



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 185, SÁBADO, 30 DE NOVEMBRO DE 2019

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodase



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 234ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2019

1.1 – ABERTURA 7

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) 7

1.2.2 – Realização de sessão

Realização de sessão especial em 2 de dezembro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, destinada a comemorar o Dia do Síndico, nos termos do Requerimento nº 1.008/2019, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores. 7

1.2.3 – Oradores

Senador Paulo Paim – Destaque à mobilização da sociedade contra a instalação da Mina Guaíba, entre os Municípios gaúchos de Charqueadas e Eldorado do Sul/RS. Preocupação com a produção de arroz e outros alimentos orgânicos, que pode ser impactada pela mineração no Estado do Rio Grande do Sul. Registro da criação do Centro de Inovação Sesi em Tecnologias para a Saúde, no Estado de Santa Catarina, que tem como objetivo o desenvolvimento sustentável. Leitura de carta do Sr. Saul José Pereira sobre preocupações com o impacto da reforma da previdência nos trabalhadores que atuam em área insalubre, penosa e periculosa. Defesa do meio ambiente. 7

1.2.4 – Convocação de sessão

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para 3 de dezembro de 2019, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados. 15

1.2.5 – Oradores (continuação)

Senador Izalci Lucas – Considerações sobre o mercado de compras governamentais, que pode ser um aliado da inovação brasileira. Posicionamento contrário à fusão das instituições como Capes, CNPq e BNDES. Pedido de audiência com o Ministro Paulo Guedes, para tratar sobre investimentos em ciência e tecnologia e sobre a lei da informática. 15



Senador Confúcio Moura – Análise da importância dos 130 anos da proclamação da República brasileira. Destaque para o livro Escravidão, do escritor Laurentino Gomes. Observações sobre a situação atual do País, com ênfase na discussão sobre o pacto federativo.	22
Senador Acir Gurgacz – Homenagem à estudante Nayara de Oliveira, selecionada para representar o Estado de Rondônia no Programa Jovem Senador 2019. Comentários sobre as famílias acampadas que pedem a volta do transporte escolar para os alunos de distritos da cidade de Porto Velho/Rondônia. Divulgação do movimento Bonifica Unir. Comentários sobre a situação das escolas e da merenda escolar em Rondônia.	29
1.2.6 – Mensagem do Presidente da República	
Nº 615/2019, na origem (Mensagem nº 86/2019, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.	39
1.2.7 – Oradores (continuação)	
Senador Styvenson Valentim – Comemoração pela decisão do STF de autorizar o compartilhamento de informações de dados fiscais com o Ministério Público sem autorização judicial. Defesa da prisão após condenação penal em segunda instância. Análise sobre a conjuntura da Justiça brasileira. Posicionamento favorável à Senadora Selma Arruda, que será julgada pelo TSE acerca de gastos de pré-campanha. .	39
Senador Paulo Paim – Exposição sobre o posicionamento da Consultoria do Senado que questionou a legalidade do Programa Verde e Amarelo do Governo Federal.	52
Senador Izalci Lucas, como Líder – Breve histórico das motivações da diferença salarial existente entre as categorias da Segurança Pública do Distrito Federal. Ponderação sobre a atual situação das ações do Governo Federal e do GDF para diminuir diferença salarial da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e do Corpo de Bombeiros. Comentários sobre o andamento do Projeto nº 1.645/2019, sobre a reestruturação das Forças Armadas, na CRE.	53
Senador Eduardo Girão – Alegria com o recebimento do prêmio Melhores ONGs pela Associação Peter Pan, que cuida de crianças com câncer no Estado do Ceará. Leitura de mensagem psicografada por Divaldo Pereira Franco, de autoria do Dr. Bezerra de Menezes, sobre a infância.	60
1.3 – ENCERRAMENTO	64

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 234ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno .	66
--	----

2.1.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 615/2019, na origem (Mensagem nº 86/2019, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.	72
--	----



2.1.3 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 440/2019, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 572/2015. 119

Nº 441/2019, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 228/2016. 120

PARTE III

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA 122

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 124

5 – LIDERANÇAS 127

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 129

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 134

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 137

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 177



Ata da 234ª Sessão, Não Deliberativa,
em 29 de novembro de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Izalci Lucas e Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 2 minutos e encerra-se às 13 horas e 19 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide parte II do Sumário**)

A Presidência lembra às Sras. e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocando sessão especial, a realizar-se no dia 2 de dezembro, segunda-feira, às 10h30, destinada a comemorar o Dia do Síndico, nos termos do Requerimento 1.008, de 2019, do Senador Izalci Lucas e de outros Senadores.

Sessão não deliberativa.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador, sempre presente aqui, nosso querido e grande representante do Rio Grande do Sul e do País, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Izalci Lucas, sempre presidindo as sessões. Se for chamado, eu sei que é segunda, terça, quarta, quinta e sexta. Isso é bom, muito bom.

Senador Confúcio Moura, sempre presente. É uma satisfação falar com V. Exa. no Plenário, pois vai usar da palavra na sequência.

Sr. Presidente, eu tenho usado este espaço, principalmente da segunda à tarde e de sexta de manhã, para fazer alguns registros sobre situações que percebo da maior gravidade, seja no meu Estado, seja no País.

Quero falar hoje, Sr. Presidente, de uma preocupação que é mundial. Trata-se da questão do meio ambiente. Cada vez mais, eu percebo que, principalmente na Europa, nos países do Primeiro Mundo, a política se volta para a questão ambiental. E os chamados partidos verdes, que têm na sua causa o meio ambiente, a vida de todo o ecossistema, crescem. Muitos dizem, inclusive, que eles serão uns dos instrumentos de geração de renda e emprego no futuro, nesta linha de cuidar, preservar e valorizar o ecossistema e não como está acontecendo, infelizmente, não só no Brasil, mas também em outros países.

Mas vou falar do meu Rio Grande no que diz respeito a essa realidade. Movimentos sociais, partidos políticos, ambientalistas e população em geral estão mobilizados contra a instalação entre os Municípios gaúchos de Charqueadas e Eldorado do Sul, numa distância de 16km da capital, Porto Alegre, da maior mina de carvão a céu aberto no Brasil, a chamada Mina Guaíba. A empresa responsável, que está à frente do projeto, ignora o fator humano e naturalmente o social que está envolvido. Alega apenas o desenvolvimento econômico e a geração de empregos, embora eu entenda que muito poucos.

No mês de junho, a comunidade local, em parceria com os movimentos sociais, realizou uma assembleia popular para debater os impactos da extração mineral e socioeconômica. Cerca de 300 pessoas participaram, entre eles, assentados da reforma agrária, pescadores, agricultores, estudantes, ambientalistas, quilombolas, ciganos, trabalhadores e trabalhadoras urbanas das regiões do Delta do Jacuí e Grande Porto Alegre.

O projeto prevê a extração de 166 milhões de toneladas de carvão a partir de 2023, numa área de 4 mil hectares, com milhões de toneladas de resíduos, 422 milhões de metros cúbicos de areia e 200 milhões de metros cúbicos de cascalho, o que contém altos teores de sílica, enxofre, alumínio e ferro.



Reitero que os impactos sociais e ambientais serão enormes, uma vez que ela colocará em risco uma das maiores produções de arroz orgânico da América Latina. Desaparece o arroz e vêm minas expostas de carvão. Essa plantação orgânica foi feita por assentamentos que trabalham na linha da agroecologia, no assentamento Apolônio de Carvalho, assim como atingirá mais de cem famílias do Condomínio Guaíba City, que terão que deixar as suas casas. Haverá rebaixamento de dezenas de metros de terra e conseqüentemente contaminação do lençol freático, dos mananciais e afluentes, inclusive do Rio Guaíba, afetando toda a bacia hidrográfica responsável pelo abastecimento de água de mais de 4 milhões de pessoas que serão afetadas pela poluição e pela contaminação. No lugar da produção de comida saudável – e refiro-me aqui ao arroz orgânico –, teremos uma imensa mina poluidora, com pouquíssimos postos de trabalho e quase nada de pagamento de impostos.

A bióloga Naieti Bagro da Silva, integrante do Amigos do Meio Ambiente, aponta que a mineradora está tentando trazer uma visão errônea de que não vai haver impacto no meio ambiente, de que existe uma melhoria para o Estado e uma qualificação nisso. Mas sabemos, claramente, que isso não existe, que não é real. É um absurdo que um Estado como o Rio Grande do Sul, que tem tecnologia, que é riquíssimo em ciência, com ótimas faculdades, com um sistema agrário e uma plantação orgânica já bem estabelecidos e reconhecidos, tire isso para colocar uma extração de carvão muito pobre, um carvão de baixa qualidade. O principal, segundo ela, é que será ao lado do nosso afluente mais limpo, que é o Rio Jacuí.

Segundo o Prof. Caio dos Santos, pesquisador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (Furg), as empresas responsáveis por essas minerações tendem sempre a minorar os impactos usando o discurso de uma alta tecnologia como solução para qualquer impacto que, na prática, venha a acontecer em relação ao meio ambiente – vejam bem aqui – e à água. Abro aspas:

Temos percebido que na indústria da mineração eles usam, se possível, a pior tecnologia, que é a mais barata, como é o caso das barragens [por que não lembrar com tristeza?] de Brumadinho e Mariana. Tendem também, ao se falar dos impactos, a reduzir a população a ser atingida pelo projeto como, por exemplo, em São José do Norte, onde os pescadores ficam de fora dos impactos da mineração, como se isso não fosse afetar a vida deles. [Afeta, não tem como].

Faço os seguintes questionamentos: como ficarão as famílias desalojadas que produzem alimentos saudáveis? Como ficará o meio ambiente? Como ficará a saúde da população? Como ficará a água que abastece 4 milhões de pessoas?

Há 166 projetos de mineradoras no Estado. Dentre eles – olhem para aonde vamos – São José do Norte, Caçapava do Sul, Lavras do Sul. Estou lembrando aqui alguns só, dos 166. E Guaíba.

Está circulando ainda, em solo gaúcho, um manifesto contra a instalação da Mina Guaíba. Parte dele, que resumo, diz o seguinte:

Sabemos que a situação do Brasil é calamitosa, na qual os nossos direitos não estão sendo resguardados, as riquezas naturais são saqueadas e o meio ambiente sofre com a exploração predatória, que visa somente ao lucro pelo lucro. Os projetos de mineração previstos para o Rio Grande do Sul não possuem qualquer compromisso com a população e suas necessidades, muito menos com o meio ambiente. Por isso, resistimos a essa grave ameaça às nossas vidas, cidades e meio ambiente. Por isso, num país soberano e sério, o



ataque às nossas terras, o ataque ao meio ambiente, não pode continuar. [Aqui diz]. Por isso, somos contra o saque dos nossos minérios.

Concluo, Sr. Presidente, e vou para o segundo registro.

Eu recebi um relatório muito interessante, longo, mas positivo, onde eu registro o convite que fez a meu gabinete a Confederação Nacional da Indústria (CNI) para que um ou dois assessores do meu gabinete estivessem no evento que foi realizado em Santa Catarina, com a organização da CNI e também naturalmente com a participação de alguns Deputados e Senadores. Sei que o Senador Esperidião Amin esteve lá, acompanhou o evento. Estou-me referindo a ele porque foi o Senador... Foi também o Senador Jorginho Mello. E os Senadores que não puderam ir, naturalmente mais próximos à região, mandaram os assessores.

Eu quero cumprimentar essa iniciativa da CNI. Eles voltaram de lá muito empolgados com o Centro de Inovação Sesi em Tecnologias para a Saúde (CIS Tecnologias para a Saúde), criado ali, em Florianópolis, que tem como objetivo o desenvolvimento sustentável. Ficaram muito impressionados.

Eu faço só como registro que teremos, em curto espaço de tempo, um satélite que será o primeiro projetado de forma integralmente pela indústria nacional. Está previsto para ser lançado em setembro ou outubro de 2020, produzido pelo sistema na Índia, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O satélite será ocupado com uma câmera de alta resolução capaz de coletar imagens com qualidade radiométrica e geométrica, fatores fundamentais para a aplicação em áreas agrícolas e também na linha de proteger o meio ambiente.

Cumprimento essa iniciativa. Cumprimento todos. Todos sabem que eu tenho uma afinidade. Acho que ele pode ser aprimorado, mas querer exterminar o Sistema S, exterminar o Sebrae, exterminar iniciativas como essa, que levam à formação de milhões de jovens em todo o País, é um equívoco, é um atraso. Eu espero que não aconteça.

Esse documento que foi formulado pelo assessor que esteve lá, com todo o apoio da CNI e de todos os técnicos lá presentes, eu peço que seja considerado na íntegra e que fique nos *Anais* da Casa.

Por fim, Sr. Presidente, o último registro que faço é um registro simples, mas importante. Um senhor mandou para o meu gabinete uma carta. Das centenas de cartas que recebo, se somar com às da Comissão de Direitos Humanos, serão tantas que seria impossível ler, nem que eu viesse todos os dias à tribuna. Carta que recebi do petroquímico Saul José Pereira, Rio Grande do Sul. Ele aqui discorre, eu vou apenas fazer uma introdução. Enfim, registro neste momento a carta que recebi do Sr. Saul José Pereira, Rio Grande do Sul. Ele fala sobre suas preocupações com o momento atual do País. É um texto simples, sincero, verdadeiro, corajoso, que expõe a realidade da nossa gente lá no chão das fábricas, lá no ambiente de trabalho.

Diz ele:

Senador Paim, estou aflito [muito aflito] com as coisas que estão acontecendo tanto em relação à perda de direitos trabalhistas quanto ao que eu chamo de golpe de misericórdia nos trabalhadores, que é essa reforma da previdência, também passando por projetos que pretendem alterar as normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalhador, que são fundamentais para garantir o mínimo de segurança em um país como o nosso que, atualmente, ocupa uma posição nada confortável de quarto lugar entre o número de acidentados de trabalho no mundo. [E nós estamos abrindo mão agora das normas de segurança].



Diz ele:

Senador Paim, façamos uma analogia [localize-se como se estivesse pegando] com o nosso Transurb [que é o metrô lá de Porto Alegre], saindo de sua estação inicial, Novo Hamburgo, completamente lotado de passageiros, no seu deslocamento por todas as estações de todas as cidades – Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia, Esteio, Canoas e, finalmente, Porto Alegre.

Aí ele diz:

[Faça de conta que] nenhum dos passageiros pode descer, pois terão de descer apenas no terminal final, no centro de Porto Alegre. Pergunto ao senhor: o que irá ocorrer com todos os passageiros que [já estão no trem ou que já] estão nas estações [...] [Qual a perspectiva deles?].

O que eu quero dizer com isso, Senador, é o seguinte: se atualmente temos grandes problemas de geração de empregos [temos!], pois o fluxo entre quem está saindo do trem e quem está entrando não está fechando adequadamente, como podemos aumentar o tempo de permanência de trabalhadores [...] no mercado de trabalho? [Será fechando as estações, e ninguém entra e ninguém sai?] Precisamos, urgentemente, gerar mais empregos.

Seria urgente, no caso do exemplo, que outros trens como esse fossem colocados, mas não fechar as portas. É o que está acontecendo no Brasil com o número de falências de empresas.

Além disso, como podemos comparar o trabalho de um vendedor de pipocas [diz ele], profissão muito digna e pela qual tenho o maior respeito [e tenho colegas que até atuam nessa área]...

Mas vamos analisar: o meu colega que vende pipocas – e eu compro dele, diz ele –, como compará-lo a

... um mineiro que está centenas de metros abaixo da terra em sua atividade, ou um petroleiro que está há vários dias em uma plataforma? [Como comparar?].

Os produtos químicos extremamente tóxicos, como benzeno, o tolueno, o xileno e outros, inclusive radioativos, agora, com a reforma da previdência, parece que deixarão de fazer mal ao trabalhador.

E ele volta a dar o exemplo do trem. É fechar as portas? Ninguém entra, ninguém sai? É fazer uma reforma e dizer que todos esses produtos que ele citou aqui, como o benzeno, que fazem mal à saúde – e qualquer médico, qualquer enfermeiro, qualquer auxiliar ou aprendiz sabem disso –, com a reforma da previdência, não vão mais fazer mal? Claro que vão, afirma ele.

Será que as pessoas que essas pessoas que estão aí em Brasília dentro dos gabinetes com ar condicionado sabem o que é trabalhar em um regime alternado de turno, passando noites e noites em claro? [diz ele]. Claro que não.

Gostaria muito de ver Parlamentares [...] [que falam que isso não é real; pois bem, que falam, como se tivessem conhecimento. Quem sabe eles possam] subir em um helicóptero e se encorajar a ficar em uma plataforma não por alguns minutos, mas todo um ciclo [...] [São 21 dias como se estivessem preso, numa plataforma, para sentirem o que é estar isolado numa plataforma, ou, todo dia, descer a 100m, 150m numa mina]. E nunca eu



ouvi ninguém falar [diz ele aqui] do número de mortes que acontecem tanto na plataforma, como também nas minas.

Repete ele:

Não apenas alguns minutos, ficar todo um ciclo de 21 dias com os colegas que lá trabalham, e, após chegar no Congresso Nacional, falar como são simples e fáceis as atividades especiais.

Ele quer dizer, na verdade, que aqueles que forem lá, os Parlamentares, vão perceber que não é simples e fácil, como é falado aqui que é uma coisa trivial trabalhar no subsolo de uma mina ou numa plataforma.

Em verdade, falam os Parlamentares porque não conhecem. Não conhecem [diz ele] ou não fazem a menor questão de conhecer cada atividade especial, antes de subirem em uma tribuna para falar de fatos que não conhecem, sobre que não têm conhecimento de causa, ou, o que é pior, apertarem um botão...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

... para retirar direitos que levaram anos e anos para serem reconhecidos [e conquistados], e hoje o INSS rejeita [...] [com facilidade, ou faz vista grossa sobre os benefícios daqueles que teriam o direito de se aposentar nessa situação].

Enfim, é fato real. Essa exposição é diária para aqueles que têm o princípio da aposentadoria especial e, como ele diz, não é só especial o termo, são pessoas que trabalham em áreas em que a saúde está em alto risco, seja pela insalubridade, seja pelo serviço penoso ou pela periculosidade, que queriam até engessar na Constituição, porque "periculosidade não faz mal" – como se disséssemos para a nossa juventude que perigo não faz mal. "Perigo é perigo, mas não faz mal".

Enfim, aí, termina, dizendo:

Senador Paim, falo não apenas em nome da minha categoria petroquímica, mas também em nome de professores, mineiros, vigilantes, enfermeiros, pessoas que trabalham com radiologia e tantos outros. As classes especiais precisam de um olhar diferenciado. São especiais não por serem especiais, mas pela gravidade dos perigos envolvidos nessas atividades.

Em nome do maior patrimônio que tenho [diz ele], o maior patrimônio [Senador Confúcio], o melhor patrimônio em toda minha vida, que é meu filho. Ele tem nove anos. Esse é o meu patrimônio, que poderá ter seu futuro comprometido, porque hoje tenho 22 anos de atividade especial, ou seja, faltariam 3 anos para minha aposentadoria.

Infelizmente, em relação a essas pessoas, será que a aposentadoria delas, para a qual faltavam dois ou três anos – ou de alguns para quem faltava até um ano, no caso da questão da periculosidade, ou faltavam alguns meses – vai virar um sonho somente?

É triste que a aposentadoria dele, graças a essas pessoas sem piedade, vá desaparecer.

"Isso poderá fazer com que, em breve, eu e muitos colegas, ao avançar da idade, sejamos dispensados pela minha empresa", porque a empresa não tem nenhuma obrigação nem o compromisso de manter o funcionário até que ele chegue, pela nova redação, à época em que ele,



em tese... Em tese, né? Porque a maioria, por exemplo, dos que trabalham em situação de periculosidade não se aposenta mais. É com 25. Como é que você vai chegar a 40? Porque não há nenhuma regra de transição. Você estava com 22, iria se aposentar dali a três, e, de um momento para outro, jogaram para 40 e 65.

Enfim, ele termina dizendo: "O Governo apenas supõe que as empresas vão manter essas pessoas velhas no mercado de trabalho". É não olhar as estatísticas. É não conhecer os números do IBGE. É não olhar para o mundo real. O mundo real é outro. As empresas botam para a rua e pegam a mão de obra até mais barata, mais jovem e com seu conhecimento tecnológico, que é outro. Então, quem vai manter a vida dessas famílias? E ele deu o exemplo de seu filho de nove anos.

Eu falei que ele é corajoso. Ele termina aqui, dizendo, de forma muito sincera e corajosa. Senador Confúcio Moura – sobrenome que eu vou guardar ainda –, ele disse: "Senador Paim, muito obrigado, um abraço muito forte, e diga meu nome aí. Meu nome é Saul José Pereira. petroquímico, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul".

Claro que ele tem esperança de que agora... Há um projeto de lei complementar, de que o Senador Esperidião Amin é o Relator, e eu tenho dialogado muito com ele, para que a gente consiga diminuir os danos a partir daquele projeto para essas pessoas que atuam em área insalubre, penosa e periculosa. O caso dele é específico, como ele coloca aqui. O projeto vai ser debatido, espero, da forma mais democrática possível, inclusive com audiência pública, se for possível.

Senador Confúcio Moura, a assessoria me lembra que V. Exa. está pedindo um aparte. Eu vou conceder, com muita satisfação.

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para apartear.) – Muito obrigado, Senador Paim.

Cumprimento o Senador Izalci, que preside a sessão de hoje.

V. Exa., Senador Paim, fez dois ou três discursos no mesmo momento. Eu vou pegar só a parte relativa à política ambiental, que V. Exa. destacou no início do seu pronunciamento, sobre as relações entre a mineração, as extrações, as atividades econômicas, a manutenção dos aquíferos, dos rios, riachos e igarapés, como são chamados na Amazônia, esse equilíbrio necessário que V. Exa. destacou e também o uso de venenos, de um modo geral, nas lavouras e as consequências de tudo isso para o ser humano, para o solo, enfim, para o meio ambiente.

Eu trabalhei em garimpo no início da minha carreira médica, em Rondônia, muito antes da Constituição de 88. Tudo era feito no olho. A gente fazia represamento de barragens, mas na prática... E as consequências disso tudo até hoje estão lá: realmente, áreas reviradas de solo, o leito dos rios aparecendo. Lá mesmo, no meu Estado, no meu Município, há o Garimpo Bom Futuro, que é o maior garimpo a céu aberto de estanho, cassiterita, tudo feito no braço, igual Serra Pelada. Então, aquilo realmente atrapalhou muito, danificou bastante a questão dos leitos dos rios, da água.

E está tudo escrito, bem escrito, na Constituição Federal, no seu art. 225 e outros, acima e abaixo. Lá, está muito bem regulamentado. Não é agora o grito de um ministro, palavra de outro que pode atropelar uma Constituição. V. Exa. fez parte dela, votou favorável naquela época e ajudou a contribuir com tudo isso. Então, está lá na Constituição. Agora, chega um ministro e fala "não, isso aqui pode, isso aqui pode", como se ele fosse o grande constituinte-mor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O dono da verdade absoluta.



O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O dono da verdade absoluta, agredindo as pessoas, os princípios, as instituições, as próprias autarquias que trabalhavam com a manutenção do meio ambiente, como o Ibama, o ICMBio, tantas outras importantíssimas, as fundações que cuidam da medição dos danos ambientais. Então, isso tudo, esse desprovimento de tudo, parece que está querendo reconstruir do zero, parece que está querendo voltar ao ano de 1500. "Vamos voltar ao ano de 1500 para recomeçar o Brasil de novo." Então, essas coisas V. Exa. destaca muito bem.

Agora, por fim, vem o problema da carne. O preço da carne está realmente altíssimo. E a carne vem de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia, Pará. E há esse esforço de entrar nas florestas, com o desmatamento, para plantar pasto para produzir mais boi agora. Isso é passageiro, mas mesmo assim há esse impacto, sendo que hoje pode-se criar muito boi confinado, sem precisar desse impacto. Além do mais, esse atravessamento de conversas fiadas pode atrapalhar o fazendeiro produtor de carne, porque o mundo comprador quer saber a origem desse boi, se esse boi é produzido em reserva indígena, se esse boi é produzido em áreas de unidades de conservação, em parques, etc., ou áreas de invasão. Daí a pouco a rastreabilidade impede o negócio. Então, os próprios fazendeiros, o povo do agro, o agronegócio, já estão virando a cabeça. "Não faça isso! Vai atrapalhar o meu negócio!" Então, vamos verticalizar.

E V. Exa. destaca na sua toada de discurso muito centrada e muito racional todos esses elencos que o senhor coloca aqui didaticamente desse que deve ser o respeito ao meio ambiente. Ele é mais ou menos sagrado.

Então, eu cumprimento V. Exa. pelo discurso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Confúcio Moura, eu faço questão de que o seu aparte seja colocado na íntegra no meu pronunciamento. Todo o seu aparte, mas, nessa questão do meio ambiente, V. Exa., que já foi Governador, destaca que já trabalhou lá no minério como médico, conhece bem essa realidade, e eu fico muito feliz de ver – triste, mas feliz –, porque o depoimento é um depoimento real, o seu depoimento, de quem conhece toda essa realidade. E é inegável que este Congresso vai ter que se debruçar mais sobre o meio ambiente, não tem como.

Todo mundo sabe, Senador Girão, todo mundo sabe que eu tenho muito apreço, muito carinho pela pauta trabalhista, inclusive, eu e V. Exa. temos conversado muito, V. Exa. me dizendo: "Mas espera, vamos ver um pouco, vamos ver como é que fica." É uma conversa muito positiva. Tanto que deixamos alguns projetos para o ano que vem.

A pauta trabalhista é fundamental, mas eu temo e reconheço que está havendo no mundo uma revolução, eu não vou usar o termo "revolução industrial", uma revolução no mundo do trabalho. Isso é fato e é real. Está havendo uma revolução no meu trabalho.

Eu hoje mesmo – permita que eu diga isso, aproveitar o Senador Girão –, no meu gabinete no Sul, eu sempre tive um espaço meu no escritório, agora eles me dizem e às vezes comprovam: "Senador, eu produzo muito mais se eu ficar em casa, botando em dia tudo isso que o senhor quer" e a repercussão do nosso trabalho, e, quando eu digo nosso, é porque não é só meu, "do que eu estar lá batendo ponto de 8h às 18h". É um exemplo, casos – há casos.

Então, nós temos que analisar esse momento novo. Há uma revolução, não dá para negar. Há uma revolução no mundo do trabalho, mas ao mesmo tempo em que eu reconheço isso, entendo também que está havendo uma revolução na questão do meio ambiente.

A gente vê a juventude nos países da Europa indo às ruas e pedindo: "Pelo amor de Deus parem de cometer um crime contra a natureza, que quem vai pagar – segundo essas meninas e



meninos – serão os nossos filhos". E este Congresso vai ter também que se debruçar sobre isso com a profundidade que o momento exige.

Os exemplos que o Senador Confúcio deu, Senador Girão e Senador Izalci, eu achei muito interessante os exemplos que ele deu, que apontam nesta linha.

Há problema de falta de carne no mundo, eu diria – foi o exemplo que ele deu, não foi meu. Será que a saída é começar a cortar as matas, terminar com as florestas, atropelar os rios, enfim, só para criar gado, ou criar gado de forma mais qualificada? Há muitas formas de criar gado, até porque existe uma onda no mundo na linha de não se consumir tanta carne, e isso está começando a avançar no mundo todo. No meu gabinete já tem uns dois ou três que não comem mais carne. E estão bem, a saúde deles, inclusive, melhorou. Interessante isso! Olha que eu venho de um Estado produtor também.

Senador Girão, o aparte de V. Exa., já que é uma sexta-feira, há a possibilidade de falarmos um pouquinho mais.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. Para apartear.) – Senador Paulo Paim, Presidente Izalci, Senador Confúcio, aqui, observando o seu pronunciamento, Senador Paulo Paim sobre essa questão da carne, como exemplo, dou um testemunho meu: há 20 anos eu não coloco um pedaço de carne na boca. E eu digo para você de coração: desde que eu fiz isso... No começo era difícil, primeira semana, segunda semana, eu que gostava de churrascaria, era aficionado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o meu caso. Estou ouvindo o seu conselho.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Eu sei que a sua terra tem o melhor churrasco do Brasil, com permissão de outros colegas de outros Estados.

Mas é impressionante como a minha saúde melhorou, como eu comecei a dormir melhor, como a minha produção aumentou, a leveza, você fica leve, e há outras alternativas de proteína. Tudo isso, obviamente, com, vamos dizer, com acompanhamento de algum especialista ou nutricionista. Foi um livro que eu li chamado *Fisiologia da Alma*. É um livro do espírito, se eu não me engano, Ramatis. Esse livro me marcou profundamente. A partir dali eu tomei consciência, inclusive da questão do cemitério que fica dentro da gente, com a carne animal.

Então, só para dar esse testemunho.

Realmente, inclusive, já solicitamos uma audiência pública, não foi na sua CDH, mas, se eu não me engano, foi na CAS. Já solicitamos, e assinei o ofício para fazermos uma audiência pública sobre este assunto: o vegetarianismo e o meio ambiente, trazendo Suzan Andrews, trazendo grandes pesquisadores. É interessantíssima a tese sobre haver impacto mesmo na questão da pecuária, mas tudo tem de ser feito com muito equilíbrio, porque há muitos empregos gerados a partir da pecuária. Isso é tudo uma transição que tem de ser feita com muita serenidade, para não prejudicar a economia assim de uma hora para outra.

Mas é uma tendência mundial o vegetarianismo. Tem crescido. Aqui em Brasília, em todo o lugar, há restaurante vegetariano.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Girão. Também peço que incorpore ao meu pronunciamento a bela contribuição a este debate de que eu estou me empoderando mais, que estou conhecendo mais, querendo conhecer mais.

Toda a luta em defesa do Planeta, do ecossistema e da vida na sua radicalidade maior, que é a vida não só dos seres humanos, mas de todos: da planta, das flores, das águas, dos peixes, dos animais, enfim.



Mas vou na linha do que V. Exa. falou. E pode saber que, no meu gabinete, há dois, três adeptos já, e estão contagiando.

Isso, a gente vê no mundo todo, não só no meu gabinete, não só no seu exemplo.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu peço ao meu querido Senador Girão para presidir para que eu possa fazer também o primeiro pronunciamento, porque hoje vou falar também como comunicação inadiável. Quero fazer duas falas hoje.

A Presidência comunica às Sras...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, peço que conste na íntegra o meu pronunciamento.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(*Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.*) (Vide item 2.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Com certeza, Senador. Acato o pedido de V. Exa.

A Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Parlamentares que está convocada uma sessão do Congresso Nacional para a próxima terça-feira, dia 3 de dezembro, de 2019, às 11 horas, destinada à deliberação dos destaques aos Vetos nºs 35 e 44, de 2019, e dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 48, 46, 42, 50, 25, 26, 35, 37, 44, 47, 33, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 39, 40, 43, 10 e 15, de 2019.

(*O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muito bom dia.

Eu concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, do PSDB do Distrito Federal.

Por favor, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Girão, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, hoje, eu vou destinar a minha fala a um mercado de grande potencial econômico e que pode ser um importante aliado da inovação brasileira, o mercado de compras governamentais. Como todos sabem, o Estado faz aquisições de bens e serviços para manter o funcionamento da máquina pública e resolver as demandas específicas. São encomendas diversas, de detergentes a medicamentos de alto custo, de peças para a construção de um satélite a *softwares* de monitoramento espacial. Um estudo da CNI, a Confederação Nacional da Indústria, que foi divulgado em 2018, mostrou que o mercado de compras públicas representa em média 12% do Produto Interno Bruto dos países. Se aplicarmos o valor ao PIB mundial, esse mercado pode chegar a US\$9 trilhões. Os Estados Unidos e a União Europeia são os dois maiores mercados do mundo, seguidos por Japão e Canadá. O Brasil é o 5º maior mercado e movimenta US\$157,4 bilhões.

O que podemos constatar é que as entidades estatais estão entre os principais consumidores do comércio internacional. Por isso, a atenção a elas é essencial. Mas, além do volume de dinheiro envolvido, devemos prestar atenção em um fato importante: as compras públicas não são cobertas pelas regras gerais do sistema multilateral de comércio. Isso significa que se pode dar preferência



às empresas brasileiras sem ferir o princípio de não discriminação da OMC (Organização Mundial do Comércio). Está previsto isto, que você pode privilegiar as empresas brasileiras.

Dessa forma, regras e eliminação de barreiras estão presentes somente no Acordo Geral da OMC ou nos acordos preferenciais, como os que o Brasil tem assinado com alguns países. Sem acordos que envolvem compras governamentais, os países podem impedir a participação de fornecedores estrangeiros em suas licitações e outras formas de contratações públicas.

Só a título de curiosidade, a negociação de acordos comerciais que abrangem compras governamentais teve início da década de 1990. Na década de 2000, apenas 20% dos acordos previam compromissos com o tema. Em 2010, essa proporção subiu para 50%. Os acordos de compras governamentais estabelecem regras previsíveis de comércio, nessa área, e trazem compromissos de abertura no mercado.

Pois bem, diante desse cenário internacional, duas situações podem ser úteis para a inovação brasileira. De um lado, o Brasil pode vender os seus produtos aos países com os quais se fez acordo e estimular a inovação via concorrência de mercado, o que é muito saudável. Por outro lado, também é preciso pensar as comprar governamentais como um espaço de políticas públicas com objetivos claros como o desenvolvimento da indústria, de tecnologia, de inovação, redução de desigualdades e estímulos às pequenas empresas.

O Brasil tem acordos de compras governamentais celebrados com o Chile, com o Peru e com o Mercosul. Com esses acordos, as empresas brasileiras têm acesso a um mercado significativo de compras. Estima-se que são que cerca de US\$109 bilhões. Atualmente nós estamos negociando com Colômbia, União Europeia, México, Canadá e Associação Europeia de Livre Comércio. O objetivo fundamental é que os empreendedores brasileiros tenham acesso a um mercado de US\$2 trilhões de compras públicas.

Ao contrário do que era pressuposto há algumas décadas, os acordos de compras governamentais não representam uma abertura deliberada de mercado. Existem regras de tratamento igualitárias entre fornecedores nacionais e internacionais, mas também há exceções. Todo acordo tem a sua lista de exclusões de bens e serviços, deixando claro o que fica de fora do acordo. Então, a gente não precisa ficar com medo de ferir a soberania nacional, não precisamos ficar com medo da dependência de uma inovação ou de fornecedores estrangeiros. Os outros países também enxergam as compras governamentais como estratégicas para a implementação de determinadas políticas públicas. Por isso, são comuns cláusulas de tratamento diferenciadas como favorecimento de pequenas empresas ou determinadas regiões, programas de governo, fomento à inovação, transferência de tecnologia, de alguns bens e serviços.

As compras do setor de saúde e na área de defesa, por exemplo, são estratégicas, podem estimular a inovação e investimentos internos; igualmente necessitam de estabilidade no fornecimento. Por essas razões, os governos, via de regra, as mantêm em lista de exceções, preservando espaço para suas políticas públicas.

Além disso, as compras governamentais desses setores, por serem de grande monta, podem ser utilizadas como moeda de troca para incentivar e fortalecer o investimento estrangeiro em determinados segmentos que o Brasil ainda precisa desenvolver.

Fato é que a ação direta da iniciativa pública é extremamente importante e, no caso das compras governamentais, pode ser feita pela oferta de fomento ou pela demanda de compras públicas em modalidades como as encomendas tecnológicas. As compras públicas são uma ferramenta amplamente utilizada para alavancar a inovação em diversos países ao redor do mundo. Só para fazer uma diferenciação conceitual: as compras públicas são demandas de bens e



serviços por órgãos estatais, sejam eles ministérios, autarquias públicas ou empresas estatais; as encomendas tecnológicas são compras públicas, porém são um instrumento poderoso de desenvolvimento tecnológico e inovação, já que são destinadas a encontrar soluções para problemas específicos para o País ou de setores. Como estamos falando de soluções inéditas, o que há de especial nesse caso é o risco tecnológico. Nessa situação, a possibilidade de insucesso é real. O resultado é incerto, principalmente porque o conhecimento técnico-científico ainda pode ser insuficiente.

Um exemplo de uso brasileiro de encomenda tecnológica foi o projeto Sirius, coordenado pelo Cnpem, que teve o privilégio de conhecer, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais. Trata-se da construção de um acelerador de partículas brasileiro. Na prática, ele vai funcionar como um potente raio-X para o estudo da estrutura molecular dos mais diversos materiais.

É uma encomenda tecnológica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações MCTIC com o objetivo de colocar o Brasil em posição de alto destaque nesse tipo de pesquisa científica. O Sirius está em fase de construção e desenvolvimento de materiais no Polo II de Alta Tecnologia, em Campinas, São Paulo. E, nos últimos dias, o projeto alcançou um marco muito importante: os elétrons deram sua primeira volta completa no acelerador principal, de 518m – espetacular! Essa é uma indicação do sucesso do projeto, que serviu para estimular o desenvolvimento tecnológico de inúmeras empresas brasileiras.

As compras públicas de produtos frutos de pesquisa e desenvolvimento científicos, ou de insumos tecnológicos, não são classificadas como encomenda tecnológica, porque não envolvem risco tecnológico. Mas, ainda assim, têm potencial de alavancar o desenvolvimento tecnológico. São importantes para manter a produção de *startups* locais e outros fornecedores de produtos especiais.

Então, quando o Governo federal faz a compra de um lote de vacinas para atendimento ao Sistema Único de Saúde, ele não está desenvolvendo uma nova tecnologia. Portanto, não é considerada encomenda tecnológica, mas está usando seu poder de demanda como instrumento de política pública, uma vez que a demanda privada seria insuficiente.

Por outro lado, quando houve a epidemia do zika vírus, o Governo brasileiro precisava do desenvolvimento de uma vacina. Nesse caso, havia um problema social e coletivo. Não havia conhecimento técnico-científico para a solução. Houve a demanda de uma encomenda tecnológica. Infelizmente, não houve sucesso, mas esse é um exemplo em que coube à iniciativa pública tomar a frente da situação.

Houve uma outra solução de uma pesquisadora brasileira de sucesso. Não houve a vacina, mas houve um resultado muito importante para o País nessa área.

A pesquisa e o desenvolvimento científico precisam encontrar amparo em outros vetores, além daquilo que o mercado privado enxerga como lucrativo ou rentável. Do ponto de vista do marco regulatório, somente em 2018 as encomendas tecnológicas passaram a ter um tratamento adequado. O Decreto 9.283, de 2018, detalhou as questões relativas às encomendas tecnológicas e ajudou a estimular a inovação no Brasil ao trazer algum tipo de previsibilidade. O risco tecnológico associado e a necessidade de incentivo à ciência, à tecnologia e à inovação foram bem colocados no decreto.

A regulamentação ainda é muito jovem e esperamos que o número de encomendas tecnológicas aumente substancialmente, porque a gente sabe que na Administração Pública a demanda por soluções é grande no setor de saúde, mobilidade, administração e até mesmo de saneamento básico.



Eventualmente, vocês podem estar se perguntando: qual é a diferença entre a encomenda tecnológica e o fomento via destinação de recursos, uma vez que, nos dois casos, há financiamento estatal? A principal diferença está na atuação direta da iniciativa pública na demanda. Por exemplo, quando uma verba é destinada à UnB, a universidade aqui de Brasília, ou quando a Finep lança um edital de fomento, elas estão ofertando meios de pesquisas e desenvolvimento. Neste caso, o objetivo é a pesquisa tecnológica em si.

De outra forma, se o Ministério da Ciência e Tecnologia faz uma encomenda tecnológica, ele está demandando um esforço tecnológico específico: existe uma situação problemática e o Governo toma a iniciativa de buscar uma solução. Notem que a diferença fundamental se dá entre a ação por meio da oferta ou da demanda.

Em tempos de cooperação entre nações, o caminho da boa diplomacia é fundamental. Quando falo em compras públicas como motor da inovação, este mercado não se restringe somente à nação berço das empresas e das indústrias. Desde a década de 1990, há negociações de acordos de compras entre países, o objetivo é permitir acesso entre mercados de várias Nações.

Quando você estabelece regras previsíveis de comércio e compromisso de abertura de mercado, todo mundo ganha. A entidade governamental compradora consegue preços mais baratos, os fornecedores mais eficientes têm ganhos de escala e todas as empresas são incentivadas a inovar ainda mais para serem mais produtivas e, principalmente, competitivas. Esses acordos premiam a eficiência tecnológica e as relações de custo-benefício.

Uma outra pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria, em 2017, mostrou que o setor industrial brasileiro tem muito interesse no tema das compras governamentais. Entretanto, na época, a maioria dos entrevistados não tinha conhecimento suficiente sobre o tema, não conhecia os acordos comerciais que envolvem tais compras. Sem informação suficiente, as empresas não só perdem negócios, quanto a sociedade pode cair em discursos atrasados de protecionismos excessivos. Sendo que, no decorrer desse discurso, a gente pode perceber que o equilíbrio entre o acesso a diversos mercados estatais pelo mundo e o tratamento específico para as compras governamentais como políticas públicas é essencial para se ter inovação assertiva e eficaz. Então, fica clara a importância do sistema de compras públicas e das encomendas tecnológicas para a alavancagem da inovação e da economia como um todo.

Também é importante ressaltar que esse sistema de compras contribui não só para atender o serviço público, mas também para ajudá-lo a desenvolver novas tecnologias que vão proporcionar mais saúde, bem-estar e qualidade de vida para toda a população.

Ontem mesmo, eu fiz aqui uma audiência pública pela Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação no setor de saúde. O Brasil tem um déficit imenso de compras de medicamentos e produtos tecnológicos na saúde. São mais de US\$20 bilhões de déficit. A gente compra mais do que vende porque nós não estamos aplicando recursos na inovação, na tecnologia. A gente vende milhões e milhões de sacas de café e de soja e importa materiais da área de saúde de alta tecnologia, sendo que um equipamento vale mais do que vários contêineres de soja e matéria-prima. Então, nós precisamos investir em inovação, em pesquisa, cada vez mais.

Agora está aqui um projeto para acabar com o fundo nacional de ciência e tecnologia. É um único fundo e está contingenciado em mais de 90%. É incrível! É incrível como as pessoas realmente não pensam. Este Brasil só terá futuro – e a gente fala isto aqui todo dia – se tiver educação de qualidade, se tiver pesquisa, se tiver inovação.

O Paim falou agora em crise no mercado de trabalho. É óbvio. A gente nem sabe mais quais serão as profissões que vão estar aí daqui a dez anos para nossos filhos e para nossos netos. A



gente só vai descobrir e preparar nossos filhos e nossos netos para isso se der uma boa educação, para ele saber realmente se virar e resolver, porque não haverá mais esse emprego que exige apenas trabalho braçal. Isso os computadores vão fazer, os robôs vão fazer. Então, a gente precisa investir em educação de qualidade, em educação integral, em qualificação profissional, em pesquisa e inovação. Todo dia nós falamos isto aqui, mas, na prática, na hora do vamos ver, não acontece nada, infelizmente. Eu fico assim...

Estou agora com a relatoria da educação. Estou desesperado, porque não há recurso para nada. Vai faltar dinheiro para tudo. Na pesquisa, não há dinheiro para comprar material básico, fomento. Cortaram tudo. Tem 18 milhões para todo o ano que vem, o que não serve para nada. Dá para pagar o quê? Água, luz... Para comprar matéria-prima, comprar laboratório não tem.

Está aí a reforma do ensino médio, que nós aprovamos. Como é que nós vamos implantar a reforma do ensino médio a partir do ano que vem se as escolas não têm equipamento, não têm computador, não têm laboratório, não têm professor qualificado na área profissional. E fica todo mundo parado, ninguém faz nada...

A gente buscou agora uma solução que não mexia em nada, que não atrapalhava em nada. Era só realmente abrir o teto, só isso. Não conseguimos aprovar. Isso poderia colocar mais R\$9 bilhões no orçamento. A gente fica assim, revoltado, porque a gente que acompanha... Eu participei do marco regulatório de ciência e tecnologia, e ver que no País o orçamento para o ano que vem é menor do que o de 20 anos atrás, 15 anos atrás, em que a gente tem agora mais pesquisadores, avançamos muito nas universidades... Não adianta pagar a bolsa se não houver fomento, se não houver recurso para comprar os bichinhos, os equipamentos, pagar a energia, não dá.

Então, a gente vai ter que discutir muito essa PEC 188, 187. Nós não podemos admitir, sob hipótese nenhuma, fusão de Capes com CNPq, BNDES, para economizar palito e destruir um sistema. O fundo nacional de ciência, tecnologia e inovação é a única esperança que nós temos para que a gente possa alavancar um pouco mais a inovação. Então, não é só não deixar acabar com o fundo, é descontingenciar o fundo. Há lá R\$6 bilhões contingenciados. Não se aplicou nada este ano.

Então, como é que nós vamos competir com os outros países? Nós vamos ficar comprando a vida toda material de saúde, material de educação, todos? Vamos comprar em vez de desenvolver? O Brasil tem potencial para desenvolver: o brasileiro é criativo, competente. O que falta ao brasileiro é o financiamento, a oportunidade, uma política de exportação, de inovação. Isso é que está faltando. Então, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Senador Izalci, posso fazer um breve aparte?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É lógico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE. Para apartear.) – Esse seu pronunciamento é muito contundente, muito forte. O senhor está dizendo a pura verdade. E a gente percebe que, além de não acabar com esse fundo, com o qual nós temos um compromisso de tentar reverter essa tendência, é descontingenciar realmente, para tentar minimizar os efeitos, porque nós estamos perdendo muita gente boa há décadas para o exterior, brasileiro, cabeça boa. Pessoas que poderiam dar uma grande contribuição para o País deixaram o Brasil para irem para outros países onde se dá mais valor à pesquisa, à ciência. Essa turma tem que voltar. Eu sonho que esses brasileiros vão novamente voltar para o País, mas a gente precisa criar condições. E o senhor realmente aqui é um baluarte nessa área da ciência e tecnologia, da educação, querendo



sempre buscar uma alternativa para que os nossos filhos e netos, todos os brasileiros tenham o que o Brasil merece mesmo. O talento nosso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – A gente precisa, Senador Girão, e incorporo o aparte de V. Exa., parar de pensar na próxima eleição e pensar na próxima geração. Esse é o nosso papel.

Então, eu estou vendo agora... Nós lutamos muito. Eu fui secretário aqui de 2004 a 2007. E a nossa luta era colocar na lei a obrigatoriedade de investir 2% da receita corrente em pesquisa e inovação aqui no DF. Nunca conseguimos. Agora, íamos atingir, em 2021, 2%. O Governador mandou agora um projeto reduzindo para 0,3%. Aí, houve uma reação da universidade, dos Deputados Distritais, devolveram o projeto. Ontem, aprovaram já no primeiro turno para pegar todo o dinheiro que tinha lá no orçamento e jogar para outra coisa, para pagar a dívida dos terceirizados: 340 milhões. "Ah, mas a secretaria não conseguiu executar." Lógico que não conseguiu, vai ficar contingenciado. Não pode. Como é que o cara vai executar, se não pode executar, depende da Fazenda? É o que acontece com a gente também. "Ah, tem dinheiro, tem 6 bilhões no orçamento do fundo." Sim, mas o fundo está contingenciado, como é que eu vou executar? Então, a gente precisa melhorar realmente, tirar do discurso e ir para a prática, porque realmente este País só vai desenvolver... E eu fico preocupado, você falou uma coisa seriíssima: os nossos jovens, os nossos pesquisadores estão indo embora. Então, a gente investe, o pessoal vai embora e vai produzir tudo o que poderia ser aqui no Brasil lá fora.

O Senador Confúcio, pediu também para fazer um aparte.

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para apartear.) – Senador Izalci, eu observei um certo desalento no seu discurso, devido a batalhar, lutar, lutar e as coisas não irem para frente e realmente a prática não acontecer, mas o senhor não pode, de maneira nenhuma, se abater. A gente tem que continuar falando, interferindo na Comissão de Orçamento, nas comissões correspondentes, nos ministérios, no discurso, porque o discurso tem um efeito interessante, ele é irradiado pelo Brasil, ele vai incorporando o protesto, ele vai incorporando, na comunidade científica, nos estudantes, uma reação.

Então, nós temos que fazer com que o seu discurso, que é perfeito, é grandioso, é moderno, é contemporâneo, seja incorporado pela massa aí fora. De maneira nenhuma, V. Exa. pode... Só tem que apresentar o que está apresentando aí, justamente os dados dramáticos da pesquisa científica brasileira, lá no chão mesmo, sobre a inovação. Salvo Santa Catarina, que se destaca, e um ou outro Município brasileiro, também o Estado de São Paulo tem alguns, fora isso, realmente é um desvão do mundo, parece que nós estamos no oco do pau, não é?

Então, é preciso, de fato, que o senhor continue assim, nós todos vamos ajudar a contribuir e ser seus seguidores, seus discípulos. Não me envergonho de ser liderado por V. Exa. nessa corrente. Eu faço parte da frente parlamentar, conte comigo. Eu acho que não pode desanimar. Coloque os números, coloque os motivos, chame as comunidades.

Faça com Paulo Paim aqui. Se eu fosse contabilizar as horas que Paulo Paim falou aqui nestes últimos 90 dias, acho que supera todos nós juntos. Ele falou, falou, não conseguiu tudo, mas ele brigou até o último momento. Então, V. Exa. tem que fazer a mesma coisa e conte comigo, conte com o Girão, conte com nós todos.

E é isso aí, vamos em frente, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu já pedi, Senador Confúcio, audiência com o Ministro Paulo Guedes, para a gente falar um pouco sobre isso, não só essa questão da ciência e tecnologia, do fundo nacional de ciência e tecnologia, da



extinção, do contingenciamento, mas agora a lei da informática. Nós tínhamos que agora, até 31 de dezembro, aprovar a lei da informática, porque tem o acordo da OMC (Organização Mundial do Comércio), e a gente estava infringindo esse acordo. A expectativa era receber uma medida provisória, não veio. Aprovaram agora, antes de ontem, na Câmara, um projeto da Câmara, do Vice-Presidente Mauro Pereira, do Vitor Lippi, conduzindo isso, está vindo para o Senado. Espero que a gente consiga votar aqui rapidamente.

Mas eu não estou desanimado, não, eu só acho que a gente precisa ser mais ativo. Eu disse ontem para o setor da ciência e tecnologia das grandes empresas, que estiveram aqui na audiência, que nós precisamos popularizar a ciência e a tecnologia. As pessoas precisam entender a importância disso.

Para chegar no celular, que todo o mundo está usando, foram anos e anos de pesquisa, de inovação. As pessoas acham que foi da noite para o dia que aconteceu isso. Há menino que acha que melancia nasce em árvore, que o leite é de caixinha. A gente precisa popularizar a ciência, a tecnologia e a inovação.

Então, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – É verdade, Senador Izalci.

Só para fazer aqui uma saudação aos nossos visitantes do Senado Federal, da galeria. Sejam muito bem-vindos. A gente fica muito honrado, feliz e esperançoso com a presença, cada vez mais, de jovens aqui, de brasileiros de todas as idades, que querem conhecer como é que funciona a Casa, que querem participar da vida política.

E é assim que a gente muda o que o Senador Izalci, que é aqui do Distrito Federal, está falando. O Senador Confúcio, há pouco tempo, ratificou: precisamos debater certos assuntos, porque vai incorporando. Pensamos que não, mas milhares de pessoas, Senador Izalci – é impressionante –, acessam a Rádio Senado e a TV Senado, fazem opinião, e as pessoas vão debater com os seus Parlamentares. "Olha, o Senador Izalci falou aquilo, eu concordo com ele, nós estamos perdendo talentos, nós estamos investindo pouco". "Não há que se descontingenciar a questão dos fundos de tecnologia, dos fundos de educação".

Então, é muito importante isto que a gente faz aqui. Não é em vão esse seu grito, esse seu apelo, que não é o primeiro, mas isso vai entrando na cultura, isso vai ter um efeito multiplicador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Agradeço ao Senador Izalci pelo pronunciamento sempre forte e coerente.

Vou passar a Presidência ao Senador Izalci e passar a palavra ao meu irmão, ao meu amigo Senador Confúcio Moura. É outro homem da educação. Nós estamos aqui com dois ícones da educação.

Enquanto ele assoma à tribuna para fazer seu pronunciamento, passo uma mensagem, hoje é sexta-feira, inspiradora para as pessoas – também registrando a presença do Senador Acir Gurgacz, do Senador Styvenson Valentim – sobre a essência da força:

Forte não é aquele que nunca vai cair, é aquele que sempre vai conseguir se levantar. Até os mais fortes fracassam, e os mais jovens ficam cansados. Mas o importante é nunca desistir. Essa é a essência de todas as pessoas verdadeiramente fortes. Ao longo da vida, muitas pessoas vão tentar te desencorajar e esgotar a tua força. Não perca tempo com



elas, e procure a companhia daquelas que te dão valor por aquilo que você é e não pelas coisas que você tem. Essas pessoas, sim, serão a tua força.

Senador Confúcio, fique à vontade para fazer o seu pronunciamento.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente Eduardo Girão, demais Senadores presentes, visitantes nas galerias, telespectadores, eu tinha preparado este discurso para ser falado no dia 15 de novembro, Dia da Proclamação da República. Eu ia fazer uma análise desses 130 anos do Brasil republicano. Aí houve várias sessões do Congresso, houve várias protelações, foi passando e só hoje, tardiamente, eu vou falar como se fosse o dia 15 de novembro, o Dia da Proclamação da República.

Nós completamos 130 anos, neste ano, agora, da proclamação da República brasileira, uma data redonda e que inspira muitas reflexões sobre a formação do Brasil contemporâneo, e estamos construindo de agora para a frente o bicentenário da República brasileira, que será daqui a cem anos logicamente. O fato alterou a forma do sistema de governo em nosso País: saímos de uma monarquia parlamentar para uma república presidencialista unitária, de tal forma que possamos também ser hoje federados.

Aristides Lobo era um jornalista famoso na época, cronista daqueles dias, em descrição célebre sobre o acontecimento da República, que foi uma coisa inesperada, pois o povo não estava sabendo o que estava acontecendo, não havia publicidade... Então, Aristides Lobo falou o seguinte:

O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava aquele movimento.

Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada [militar]. [Ficavam olhando ali como se fossem assistir a uma parada militar].

Era um fenômeno digno de ver-se.

O entusiasmo veio depois [...] quebrando o enleio dos espíritos.

Oliveira Vianna, no seu clássico *O Ocaso do Império*, veio reforçar a tese de que a Proclamação da República foi um golpe militar, um golpe militar, sustentava o autor. Era a opinião militar que derrubava o gabinete de Dom Pedro II, já que a opinião popular não tinha nenhuma força para se manifestar. Isso não significava, porém, que o Império desfrutasse de popularidade, porque não desfrutava de jeito nenhum, ainda mais naquele momento. E o Vianna reconhecia a insuficiência e a fraqueza do sentimento monárquico no País. Assim, sem rumor ou barulho de armas, sem brilho de espadas que se batiam por uma causa ou o clamor das multidões enfurecidas também, o Império ruiu.

Mas parece certo que o encorajamento civil e a participação militar na política, como observou Sérgio Buarque de Holanda, contribuíram em larga escala para o golpe, sobretudo pela ação concertada pelos positivistas e agitadores políticos. Era aquele Brasil em andamento, o Brasil que vinha da monarquia, o Brasil concentrado no litoral e o restante do País distante. Era como se fosse, assim, o Brasil do fim do mundo. Naquela época, em 1800, antes da Proclamação da República, o País tinha 3,6 milhões de habitantes só. Era pouca gente, 3,6 milhões. Alcançou 7,2 milhões de habitantes em 1850 e 10 milhões de habitantes no ano de 1900.

Nesses 66 anos anteriores à proclamação, a população brasileira se multiplicou por seis, quando se aboliu a escravidão. Entretanto, vastas regiões do País – Norte, Centro-Oeste, Nordeste – eram despovoadas, ou melhor, povoadas mais por indígenas e outros.



O Brasil republicano sofreu um processo de branqueamento. Em 1872, 61% da população era negra e apenas 38% eram ditos brancos. Em 1950, inverteu-se. Não sei por quê? De repente, passou a ter só 37% de negros e 61% de brancos ou indivíduos da raça amarela, devido à imigração.

Muito bem, foi andando esse Brasil com um ritmo ainda bastante lento da Velha República, daquela República em que as lideranças não se preocupavam com muita coisa a não ser com o rito burocrático do poder local, no Rio de Janeiro.

Em meio a tantas mudanças demográficas, seria de se esperar que a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República... A diferença foi de um ano. A Abolição da Escravatura foi em 1888 e a Proclamação da República foi em 1889, um ano de diferença apenas. A gente esperava que a República viesse, justamente, promover princípios federativos, princípios republicanos, preocupação com o cidadão. E isso não aconteceu.

É muito fácil mudar uma lei, mas é muito difícil mudar a mentalidade. Mudar a lei é fácil, mas mudar a mentalidade é difícil. As imensas transformações operadas no campo social, em algumas semanas, não acarretaram iguais mudanças no espírito das pessoas. A República, de fato, instalou-se, no Brasil, porém a cidadania faltou a esse encontro. Erro de natureza social. A República abandonou à sua sorte parcela da população libertada pela Lei Áurea, em 13 de maio.

O modo de se fazer política, em nosso País, permaneceu concentrado numa pequena elite de ilustrados, quase igual à Monarquia. Por isso, as imagens do nosso passado republicano sempre representaram aquela época áurea de poucos. Tudo muito bonito, tudo muito elegante, porém muito restrito. A população mais pobre ficou muito distante, os negros ficaram distantes. Os negros não sabiam o que fazer, perdidos. A República franqueou o acesso direto a ela, não obstante o fim do voto censitário, típico do sistema político imperial.

O Império caiu no Brasil porque perdera a base social que o sustentava, ancorada, sobretudo, nas elites escravocratas. Comprar negros era um negócio da China. Comprar negros africanos, trazê-los em navios negreiros morrendo pelos caminhos do mar, era realmente um negócio maravilhoso, muito bem relatado agora nesse livro *Escravidão*, do Laurentino Gomes.

É importante que o pessoal leia Laurentino Gomes porque ele retrata muito bem a escravidão brasileira, a situação dramática dos negros libertados pela Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Mas essas massas ficaram ao deus-dará, de qualquer jeito. O Império caiu porque perdera a base social. Várias instituições importantes, como a Igreja, as forças militares, já não conferiram apoio que delas esperava o sistema imperial; foram saindo devagarzinho do apoio a Dom Pedro II.

No plano político, a propaganda republicana lastrava-se nas áreas urbanas e passava a contar com o apoio dos setores economicamente avançados. Era interessante essa transição de Monarquia para a República.

Estou vendo uma meninada na galeria. Quando vocês lerem *Os Sertões*...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Confúcio, são os alunos do ensino fundamental da Escola Ceprom, de São Sebastião, aqui, de Brasília.

Sejam bem-vindos!

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem-vindos, meninos de São Sebastião!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Assistam a essa aula do nosso professor.



O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Eu estava falando aqui para vocês lerem, quando puderem, o livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Na Revolução de Canudos, ele mostrava justamente o choque. Antônio Conselheiro era contrário à República, ele era a favor... Mesmo dotado de uma certa santidade nordestina, acompanhava as suas marchas pelo interior da Bahia e outros cantos mais e foi parar em Canudos, ele se revoltava contra a Nova República e rasgava os editais da República das prefeituras – não eram nem prefeituras, aquelas coisinhas que representavam as cidades do interior do Nordeste. Por isso, houve a Revolução de Canudos, para matar um monarquista rebelde, contra a natureza.

O certo é que *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, é objeto hoje de quatro ou cinco livros. Vargas Lhosa, aqui, do Peru, escreveu *A Guerra do Fim do Mundo*, um livro semelhante ao de Euclides da Cunha. Houve até um austríaco que escreveu um livro sobre Canudos. E houve muitos outros livros escritos também sobre essa questão do choque no momento entre Monarquia e a República.

Eu estou falando aqui, alunos de São Sebastião, sobre os 130 anos de Proclamação da República brasileira.

Muito bem, a exclusão continuou, gente. A pobreza continuou. O analfabetismo continuou cada vez mais. Ninguém se preocupou em alfabetizar negro. Passou esse tempo da República Velha e ficou quase do mesmo jeito que era no Império, a mesma coisa. E a população não sabia o que era República.

A República significa um governo preocupado com o cidadão. República significa um governo preocupado com o povo, preocupado com as políticas sociais, preocupado com a educação, preocupado com a saúde, preocupado com o emprego e com a renda; esse é o papel da República. E o que significa República Federativa? Significa que nós temos Estados – 27 Estados hoje.

Cada Estado é um ente da Federação. Mas, hoje, nós estamos vendo uma coisa estranha: Estados quebrados. Eu quero saber como é que a gente pode entender uma República Federativa com Estados quebrados. Como é que a União não monitora a vida interna, intestina dos Estados, das prefeituras, para saber a hora que eles estão passando dos limites e corrigir e dar uma catracada? Mas deixa ao deus-dará; deixa ao sabor das pressões das corporações. Isso vai indo e estoura.

O Estado de Minas Gerais.... Como é que eu posso aceitar que um Estado como Minas Gerais, o berço da Inconfidência, da libertação brasileira, da Independência, em 1822, como é que eu posso aceitar Minas quebrada? Como eu posso? Aqui dentro o meu coração não aceita. Como é que eu posso aceitar o Rio de Janeiro, a cidade de Estácio de Sá, a sede do Império e da República Velha, como é que eu posso aceitar o Rio de Janeiro quebrado? Como, gente? E o querido Rio Grande do Sul, um Estado pujante, um Estado inteligente, como é que... Então, que Federação é esta que vê os seus Estados mais importantes, mais ricos, mais tradicionais, como num efeito dominó... Alguma coisa está errada.

Nós temos que rever o pacto federativo. Temos que rever essa situação da Federação brasileira, esse faz de conta que existe no Brasil republicano de hoje. Esse faz de conta que estamos vivendo muito bem, porque estamos copiando esse modelo que deu certo nos Estados Unidos. Vamos copiar! Então, a República precisa ser revista, ajustada, e as leis devem ser, mais ou menos, como sistema de vasos comunicantes, em que os Estados se confederem simultaneamente.



Agora, os Governadores estão se sentindo sem forças. O que os Governadores estão fazendo? Estão criando os consórcios. Os consórcios são aglomerados por regiões de Governadores, que brigam... Primeiro foi o do Centro-Oeste, do qual Rondônia e Tocantins fazem parte. Depois, veio o Consórcio da Amazônia, do qual o Maranhão, Tocantins e nós também fazemos parte. Depois, veio o Consórcio do Nordeste e, agora, veio o do Sul-Sudeste, um consórcio forte, rico.

Os Governadores não estão mais confiando na República, na União. Os Governadores dos Estados, hoje, estão querendo resolver os seus problemas conjuntamente entre as nossas regiões. As estruturas dos consórcios são entes autárquicos legais. É uma inovação republicana a construção dos consórcios dos Governadores.

Então, a educação já deveria estar melhor no Brasil. E há pouco tempo o Senador Izalci disse isso aqui, referindo-se à inovação, à pesquisa e à educação. E a gente fica assim observando: por que perdemos 130 anos? E não perdemos só 130, mas 500 anos, desde o Descobrimento do Brasil. E, se nós não cuidarmos... Cristovam me disse esses dias, Senador Izalci, que, se não cuidarmos, daqui a 100 anos estaremos do mesmo jeito.

Olhe bem, povo brasileiro, se nós não cuidarmos agora, direitinho, fizermos o dever de casa, Izalci, como você acabou de falar ali, subir degraus, a cada dez anos subirmos dois, três degraus, na eficiência deste País, nós vamos chegar, daqui a 100 anos, até piores. Ou arrumamos essa casa logo, ou nós equilibramos a Federação, ou nós colocamos a pesquisa científica e a inovação, a educação como essência do republicanismo, da República verdadeira como conceito de República, ou nós estamos brincando. Nós estamos aqui fazendo discursos ociosos, vazios, sem sentido, mas nós vamos continuar.

Então, Sr. Presidente, este meu discurso aqui eu preparei para falar no dia 15 de novembro, sobre esses temas, quando fizemos 130 anos de República Federativa do Brasil. Passaram alguns dias, mas eu o estou trazendo aqui, de novo, para todos vocês, para o público ouvinte, para todos os movimentos dos indígenas brasileiros, que são outra categoria, pois os índios brasileiros foram escravizados. Ainda bem que os jesuítas ajudaram a não aceitarmos a escravidão dos indígenas. Foi pouco tempo. Logo, logo, o próprio Rei de Portugal falou: "Não, não mexe com esses índios, não", mas mataram quase todos – mataram quase todos – de doenças. Foi realmente uma tragédia louca.

Aí vieram os negros. Olhe, a população brasileira de negros foi maior do que a da América do Norte. A escravidão brasileira foi cruel. Ela foi realmente uma coisa horrorosa.

Eu estou fazendo propaganda para o Laurentino...

Eu nem conheço você – viu, Laurentino? –, que escreveu o livro *Escravidão*. E eu estou falando aqui no Senado sobre seu livro, tá?

Então, é justamente pela beleza histórica, pelos dados que você mostra e tudo, que são o início de uma reação que nós deveríamos tomar a partir de pequenas atitudes, consecutivas, para que, de fato, possamos, lá na frente, melhorar o nosso País de como está hoje.

Assim sendo, Sr. Presidente...

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Senador Confúcio, se eu puder fazer um aparte.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ah, pois não. Já estou concluindo. É oportuno.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. Para apartear.) – Se eu puder, porque, com uma aula dessas, a gente fica até constrangido de falar, pelo seu conhecimento, pela sua sabedoria, pelo seu discernimento!



Mas eu queria lhe dizer eu não li o livro do Laurentino. Todo mundo está falando nesse novo livro dele, todo mundo está falando.

No último dia 20, dia 20 de novembro, nós tivemos o Dia da Consciência Negra – não é?...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Foi.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... e eu achei providenciais algumas campanhas que aconteceram no Brasil. Inclusive uma que me marcou muito foi a do Fortaleza Esporte Clube, que fez, não apenas no dia, na semana inteira, uma campanha, resgatando ídolos da história do clube, que fez 100 anos no ano passado, ídolos negros, desde jogadores até funcionários que passaram pelo clube, e houve uma repercussão grande no País.

Nós temos uma dívida, Senador Izalci, nós temos uma dívida mesmo com os negros. O Brasil foi um dos primeiros países a escravizar...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Foi o último.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... e o último a libertar os escravos.

Isso é muito marcante, é um carma – aí eu vou para o lado até espiritual –, é um carma que o Brasil tem.

Então, tudo que a gente fizer é pouco com relação a esse assunto para a gente levar luz para esse tema e procurar fazer campanhas. Isso é muito importante. Políticas públicas... É muito importante que a gente pense nesse assunto.

Uma coisa que eu queria dizer a V. Exa. sobre República, o senhor falando aí e tal, é que muita gente questiona os políticos, não é?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – É.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Muita gente questiona: "Poxa, aquela energia negativa... Político é tudo igual...", essa coisa toda.

Nós compreendemos a população, nós sabemos que a máquina é pesada mesmo, que tem como enxugar, mas nós somos resultado da sociedade que nós temos. Quem nos colocou aqui? Quem nos colocou aqui foi o povo. Então, que o povo goste mais de política, aprenda mais na hora de estudar o seu candidato, a acompanhar o trabalho parlamentar dele antes de votar nele, perguntar o que ele pensa sobre os temas, porque, quando nós furamos uma fila, quando uma pessoa fura uma fila, Izalci, ela está dando a autorização, muitas vezes, para que Parlamentares façam coisas erradas, porque nós somos o reflexo da sociedade. Quando se estaciona em uma vaga que é de deficiente... É aquele jeitinho brasileiro – sabe? –, aquela coisa que pegou e que não... O Brasil é um país digno, honrado, e a gente tem que amar este País e valorizá-lo, porque vai dar certo. Nós temos que ter orgulho de falar do Brasil, e não ficar dizendo "não, no Brasil acontece isso, só no Brasil que acontece isso". Não, nós precisamos ter um sentimento de pertencimento a este País, um orgulho maior deste País e começar a votar melhor, porque aí é que está o segredo para que tenhamos um Parlamento, um Executivo que seja cada vez mais o espelho da nossa sociedade.

Eu queria só cumprimentá-lo...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... por esse pronunciamento e fazer esse paralelo.



O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito agradecido pela oportunidade. Senador Izalci, eu não vou encompridar mais o discurso porque há outros oradores, mas quero agradecer o aparte, a atenção dos colegas presentes, muito importante.

Eu gostaria de interpretar, de refletir os 130 anos de República. A gente agora precisa continuar com a República. Precisamos continuar com ela. Não queremos que ela saia, não. Nós só temos é que aperfeiçoá-la.

Está aí agora em votação – está chegando, já está por aqui – o novo pacto federativo, um novo desenho. É uma oportunidade maravilhosa de a gente estudar bem esse assunto, de abrir muitas audiências públicas inspiradoras e arrumar um novo ritual da Federação. Como a gente pode – eu estou vendo aqui o Senador Styvenson, do Rio Grande do Norte – deixar um Estado como o Rio Grande do Norte, tradicionalíssimo, do Nordeste, em dificuldade, como ele está passando? Todo mundo se vira lá. Lógico que alguém fez bobeira lá para trás, mas agora nós não podemos deixar, temos agora de acertar essa trava para que as coisas daqui a três, quatro ou cinco anos se encaminhem, não é, gente?

Então, eu agradeço...

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN. Para apartear.) – Senador...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN) – ... o senhor citou, além de mim, o meu Estado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu o provoquei, não é, Styvenson?

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN) – Provocou-me. (*Risos.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Você estava quietinho aí, né?

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN. Para apartear.) – Não, eu estou assistindo à aula. Já que o senhor estava falando de República e disse que a gente importa muitos modelos, não vou nem citar o francês, de revolução, que trouxe palavras como fraternidade, liberdade e igualdade, que vieram para os princípios constitucionais da nossa Constituição, e nunca são cumpridos. Se tem uma coisa que o nosso País não é, é igual. Não é igual para ninguém. Então, começa por aí: a gente já importa as coisas erradas. A gente acha bonito e traz para cá.

Só pegando a linha do raciocínio da República, para mim é até desafiante falar isso para o senhor, porque, quando a gente olha para os norte-americanos, para os EUA, o senhor falando de República, revolução ou golpe militar, tudo o que já existiu, a constituição daquele Estado, a formação daquele Estado é bem distinta do nosso. Eles conseguiram palmo a palmo de terra ou com negociações, ou com guerras, ou com ocupações em que as pessoas de fato quiseram produzir naquele país, não quiseram explorar aquele país. Estrangeiros não foram saquear aquele país, como a gente foi aqui saqueado. Logo no início da nossa origem, quando a gente estuda, o primeiro que desceu aqui no nosso País já enrolou o índio. Já começou com enrolação. Então, a gente vive dessa cultura. A gente vive da cultura de colocar o outro para trás.

Quando o Senador Girão falou que a gente precisa escolher melhor, aí a pessoa que está assistindo diz: "Como é que eu escolho, pelo amor de Deus, se a única forma que eu tenho é ouvir, é falar". Veja pelas ações, pelo que já fizeram, por quem já construiu alguma coisa, ou sendo político ou não sendo ainda político, mas que ele tenha feito alguma coisa pela sociedade. Acho



que a fala mais... O Parlamento está meio caído, em descrédito, porque fala muito, fala demais e não faz nada. E a população enxerga isso. "Só sabe falar o político, falar, falar, falar, e agir que é bom, nada."

O Senador Izalci ontem subiu ali e disse que tem ideias, tem projetos, tem algo inovador que ajudaria a República, a transparência, que é a inovação e a tecnologia, que estão paradas. Ninguém nem liga para isso, mas têm mais importância outras coisas.

Então, voltando para o meu Estado agora, onde eu queria chegar, se o meu Estado chegou aonde chegou hoje e eu estou aqui, foi justamente porque a população enxergou. "A gente tem que dar um breque agora, parar para refazer tudo de novo." E, se ele está agora atualmente na situação em que está, é por uma briga partidária e ideológica que eu não entendo, em que as pessoas que estão no meio dessa briga sofrem com isso. "Porque você é de um partido, e eu vou sufocar você até você morrer politicamente." Essa guerra partidária que atrasa, possivelmente, Senador Confúcio – aí o senhor me explica melhor, porque o senhor é mais historiador do que todo mundo aqui neste Senado, mais conhecedor –, se essa briga partidária, se essas disputas internas que há aqui dentro, essa briga de vaidades por protagonismo não estão atrapalhando essa República.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. Para apartear.) – Eu só queria complementar o Senador Styvenson, Senador Confúcio, já que fez uma pergunta ao senhor, e quero também fazer uma que me deixa preocupado.

Nas nossas origens, quem descobriu o Brasil foram os portugueses, foram os nossos colonizadores. E por que a gente fala tão mal de português? Isso é um desrespeito. Concorde? Quando a gente faz piada com português, questionando a inteligência do português. Isso é uma coisa que está no inconsciente que a gente precisa tirar. A gente precisa valorizar a precedência. Eles vieram primeiro. Temos que resgatar dívidas com os negros, temos que resgatar dívidas com os índios. Isso tudo, no meu ponto de vista, falando transcendentemente...

Há uma coisa chamada constelação familiar, que eu não sei se vocês conhecem – eu tive a oportunidade de fazer –, que é uma cura quântica, pelo campo magnético, e eu já vi coisas incríveis acontecerem ali, de problemas familiares dissolvidos, através do perdão, do autoperdão, da consciência. O Brasil precisa disso. Precisa olhar para trás e honrar os portugueses, honrar os negros, honrar os índios.

Andando pelo Brasil, Senador Izalci, eu estive, neste final de semana, em Porto Alegre e olhando ali, passando pelo centro, vendo o pessoal trabalhando, se dedicando, eu digo: "Cara, como o Governo atrapalha!". A burocracia, essa instabilidade criada, como o Senador Styvenson colocou aqui, por vaidade, para se servir, por interesses de poder, pelo poder... Tinha que acabar com a reeleição. Primeira coisa, eu acho que tinha que acabar com a reeleição no Executivo, tinha que acabar. Outra coisa, voto obrigatório tinha que acabar. Eu respeito quem pensa diferente, mas tinha que acabar. E aí a gente atrapalha muito, o Governo é muito pesado, é uma máquina pesada, atrapalha, e o mercado se regula, rapaz. As pessoas que vão trabalhar, que estão em casa nos ouvindo, nos assistindo, saem às 5h da manhã, ralando, e o Governo, de vez em quando, baixa um negócio e cria... Só faz travar muitas situações. A gente tem que partir para...

Como o senhor falou aqui outra vez, que eu até repercuti, o senhor falou aqui, que deu uma repercussão enorme no Ceará, lá no meu Estado, da burocracia, de quando o senhor era Governador, para liberar uma obra da Caixa, uma situação, travava e não resolvia, e se perdia o dinheiro do investimento, entendeu? Temos que deixar mais leve.

Perdão.



O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mas, Senador Girão, vou só lhe dar a resposta, e encerrar mesmo.

Essa crítica aos portugueses de falar que português é menos inteligente, português é isso, português é aquilo, que a culpa do nosso atraso vem de Portugal não é verdade. Não é verdade, porque Portugal naquela época era um dos países mais evoluídos na área científica na Europa. Inclusive, na navegação, a Escola de Sagres: D. Henrique, da linha sucessória da Monarquia portuguesa, ele abdicou do trono e foi para Sagres, que era uma ilha, e montou a escola de navegação. Daí ele percorreu toda a costa do Mediterrâneo, do Atlântico, chegou às Índias, chegou ao Brasil nas caravelas. Ninguém no mundo tinha caravela. A ciência começou lá. A Escola de Coimbra já mais avançada: no Império, os advogados, esses pernambucanos, os cearenses, que tinham família abastada, todos iam fazer Direito lá.

Então, Portugal não foi para nós prejudicial, de maneira alguma, nós fomos descobertos por um país evoluído naquele momento histórico. Então, nós não soubemos foi dar continuidade àquilo tudo.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado pela tolerância do tempo. Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Confúcio Moura, o Sr. Eduardo Girão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa. também, Senador Confúcio, pelo discurso, pela aula que foi dada aqui hoje de conhecimentos gerais do nosso País.

Vou passar imediatamente, então, para o nosso querido Senador Acir Gurgacz, nosso grande representante também de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado, da Rádio Senado, venho hoje, Sr. Presidente, homenagear a jovem Nayara de Oliveira.

Nayara tem 18 anos e é da cidade de Buritis, da Escola Ensino Fundamental e Médio Buritis, no nosso Estado de Rondônia. Nayara foi a estudante selecionada para representar Rondônia no Programa Jovem Senador 2019.

Há uma coisa interessante: é a quinta vez que um aluno dessa escola participa desse Programa Jovem Senador, aqui no Senado Federal, de modo que temos de cumprimentar os professores, os diretores dessa escola, que fazem um trabalho muito importante.

Nesta sexta-feira, às 14h, será realizada uma sessão plenária com esses Jovens Senadores aqui no Senado, em que a redação da Nayara e as de outros 26 Jovens Senadores serão votadas.

Estamos torcendo por você, Nayara! E lhe desejamos sucesso nesse concurso, na sua vida estudantil e também na sua vida profissional, que logo em breve deve começar. Parabéns, portanto, Nayara, por ser a nossa representante e por representar tão bem a nossa gente!

Nayara está aqui hoje porque teve condições de estudar em uma escola boa, referência para o nosso Estado. Mas nem tudo são flores na educação, no ensino em nosso Estado de Rondônia.

Pais e alunos, moradores dos Distritos de União Bandeirantes, Nova Califórnia e Extrema ocuparam de forma pacífica a Câmara de Vereadores de Porto Velho nesta semana – no dia 26, segunda-feira –, para reivindicar a volta do transporte escolar em suas localidades, que está parado desde julho deste ano. Nós já estamos em dezembro. Caminhamos para o final do ano, e, desde julho, não há transporte escolar para essas crianças.



Esse movimento cresceu, e a informação que tivemos ontem é de que, agora, mais algumas dezenas de famílias também dos Distritos de Rio Pardo e de Vista Alegre do Abunã também montaram acampamento na Câmara Municipal de Porto Velho, para cobrar dos Vereadores e do Prefeito municipal uma solução para o transporte escolar.

No Estado de Rondônia, a única cidade que não tem transporte escolar é exatamente a nossa capital, que deveria ser um exemplo para o atendimento do nosso aluno, para o cuidado dos nossos alunos, dos nossos jovens, para que eles possam ir à escola, se formar, dar sequência aos seus estudos.

E é interessante que o Ministério Público não tomou nenhuma providência com relação a isso lá na capital, Porto Velho. E os alunos estão à mercê, desde julho, da falta desse transporte.

Agora, já são mais de 200 famílias acampadas em Porto Velho, protestando contra o descaso da prefeitura e do Governo do Estado com a educação, com o transporte escolar das nossas crianças. Os moradores trouxeram barracas e uma boa quantidade de alimentos e estão dispostos a permanecer no pátio da Câmara de Vereadores até que sejam atendidos pelo Prefeito municipal, o que não ocorreu até o momento.

O Prefeito apenas mandou avisar que está trabalhando para solucionar o mais rápido possível a situação do transporte escolar e os problemas apresentados pelos moradores. Ora, resolveram, agora, em dezembro, final do ano, final do ano letivo? Isso é um descaso para com a população do nosso Estado, principalmente para a população da nossa capital.

Eu não sei se foi terceirizada para alguns parceiros políticos essa área da educação, da prefeitura municipal. Talvez tenha sido isso. O prefeito terceirizou para o seu grupo político, para parte do seu grupo político do seu partido. A terceirização aconteceu, e essas pessoas não estão preocupadas com o futuro das crianças, o futuro do nosso Município, da nossa capital, do nosso Estado. Então, tem que se ter cuidado, Prefeito, ao terceirizar a gestão de uma secretaria tão importante para o seu grupo político que tanto mal já fez para o Estado de Rondônia e para o nosso País.

Além do transporte escolar, os moradores desses distritos também pedem encasalhamento de ruas, contratação de médicos, técnicos de enfermagem, construção de uma escola, a construção de uma UPA e a pavimentação de asfalto em algumas ruas desses distritos. A falta de transporte escolar é apenas o problema mais urgente desses distritos rurais que ficam distantes cerca de 150km da sede da nossa capital, Porto Velho. E não são apenas três distritos que estão sem transporte escolar. O Município inteiro está sem transporte escolar desde julho deste ano, e mais de 2 mil estudantes estão sem ter aulas por esse motivo e correm o risco de perderem o ano letivo. É evidente que vão perder. Não há como resolver essa questão neste momento.

Eu considero essa situação um descaso muito grande com a educação, com o futuro dessas crianças, com o futuro do nosso País. O Poder Público, uma prefeitura não pode levar tanto tempo para resolver uma situação imprescindível para a educação das nossas crianças. A paralisação do transporte ocorreu após a realização da Operação Ciranda, da Polícia Federal, em maio deste ano, que desmontou um esquema fraudulento dentro da Secretaria Municipal de Educação (Semed), na prestação desse serviço. Na época, a empresa que prestava o serviço ao Município justificou a paralisação alegando que havia três meses que a Prefeitura de Porto Velho não repassava o recurso mínimo suficiente para o pagamento dos funcionários e que existiam pagamentos pendentes já de outros anos. Foi feito um acordo na Justiça para o acerto das pendências e houve até apoio do Governo do Estado na tentativa de manter o transporte escolar, mas a prefeitura não conseguiu honrar o compromisso, e apenas o transporte aquaviário, com



lanchas que atendem as comunidades ribeirinhas, foi restabelecido. A prefeitura disse que suspendeu o pagamento até que se proceda ao levantamento de todos os serviços não realizados pela empresa que fazia o transporte escolar em 2016, 2017, 2018. Claro, tem que se apurar tudo aquilo que pode estar errado, mas não podemos deixar os alunos sem transporte e sem escola por conta disso.

Por sua vez, a empresa afirma que a redução do pagamento acabou afetando suas finanças, já debilitadas, por causa do bloqueio de bens pelo não cumprimento dos acordos judiciais. A informação que temos hoje é a de que, agora pela manhã, mais famílias ainda dos Distritos de Rio Pardo e de Vista Alegre do Abunã montaram acampamento na Câmara de Porto Velho para cobrar dos Vereadores, da prefeitura, uma solução para o transporte escolar. Agora já são mais de 300 famílias acampadas em Porto Velho protestando pacificamente – é importante que se diga – contra o descaso da prefeitura com a educação, com o transporte escolar das nossas crianças.

Diante dessa situação lamentável, faço um apelo ao Prefeito, ao Governador do Estado, ao Ministério Público e ao Judiciário do nosso Estado para que resolvam essa situação de uma vez por todas. As nossas crianças não podem ficar sem escola. O que foi feito de errado tem que ser corrigido. Não podemos deixar os estudantes sem transporte, sem ir à aula por conta de erros e pela falta de capacidade do Poder Público de solucionar uma situação como essa.

Ainda na linha do ensino, Sr. Presidente, os alunos de Porto Velho fizeram um movimento, o movimento Bonifica Unir. Esse documento dispõe de 4.174 assinaturas, virtuais e físicas, em prol da solicitação de bônus regional de 10% a 20% incidentes sobre a nota do Enem para os estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio nas instituições de ensino situadas em Rondônia ou que comprovem moradia há pelo menos quatro anos no Estado, manifestação de interesse presencial.

Recebi, esta semana, os professores da Unir, os alunos, Vereadores. Está aqui o novo movimento Bonifica Unir. É um trabalho feito pelos alunos de Porto Velho – e recebi aqui essa demanda – juntamente com os professores. Isso porque os estudantes que se formam nas escolas secundaristas de Rondônia estão com dificuldades de ingressar na universidade federal do estado, a Unir, principalmente nos cursos mais concorridos, como o de Medicina. Isso porque não existe nenhuma reserva de vagas preferenciais para os estudantes de Rondônia, como já existe em outras universidades das Regiões Norte e Nordeste do nosso País. Por conta disso, os estudantes secundaristas e universitários de Rondônia criaram o movimento Bonifica Unir e reivindicam o estabelecimento de um percentual de vagas no curso de Medicina da Unir para candidatos rondonienses.

Nessa quarta-feira, estive reunido com esses estudantes e professores – representando os estudantes, o aluno Pedro Neves; e representando os professores, a Elisa Ortiz. Também, junto conosco, estava a Deputada Federal Silvia Cristina e o Vereador Aleks Palitot, de Porto Velho, para encaminharmos uma solução para essa questão. Fizemos um ofício à Unir para que atendesse essa demanda, e toda a bancada federal assinou junto conosco – os três Senadores de Rondônia e os oito Deputados Federais – para que haja uma reserva mínima de 10% a 15% para pessoas que moram no Estado de Rondônia e, assim, que tenham preferência para ingressar na universidade federal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Acir...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para apartear.) – ... Essa colocação é importante, não só no aspecto de possibilitar aos alunos o ingresso na universidade, mas porque o que vem acontecendo, Senador Styvenson, é que, obviamente, como há muito boas escolas no centro-sul, em São Paulo, em Brasília, em Belo Horizonte, esses alunos alcançam uma avaliação melhor no Enem e acabam ocupando vagas no Norte, no Nordeste e, após a conclusão do curso, eles retornam para os seus Estados, e a gente fica com deficiência de médicos e de outros profissionais nessas regiões. Isso aí, de fato, já acontece em várias universidades; já existe esse percentual. Contudo, quero dizer que, no caso específico de Rondônia, a reivindicação de V. Exa. é totalmente justa, relevante e urgente e necessária. Conte com o apoio da Comissão. Eu acho que a Comissão de Educação pode ajudar nesse sentido.

E parabéns a esses alunos que fizeram esse movimento, que, de fato, é importante para a região!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN) – Senador Acir, já que o Senador Presidente pediu um aparte, se o senhor também pudesse me conceder...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Claro.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN. Para apartear.) – Estou ouvindo aqui atentamente os problemas de educação das prefeituras do seu nobre Estado e estou vendo o empenho dos Parlamentares em resolver. Vi também o senhor citar o Jovem Senador do seu Estado. Preciso citar a minha: a Laila Soares, de Mossoró, um Município do Estado, aluna do Centro Estadual de Educação Profissional Professor Francisco de Assis Pedrosa.

Ela ganhou o prêmio pela redação de cidadania exercida, na qual, Senador Izalci, essa jovem coloca no texto palavras de participação ou de como ela tem de exercer a sua cidadania, isto é, fiscalizando, entrando nos portais de transparência. Esse foi o tema da redação com a qual ela venceu o concurso no meu Estado.

Quero dizer que se trata de uma escola pública, uma escola com dificuldade. É uma escola... Todos os Prefeitos que vêm até o gabinete do Senador Styvenson, a maioria deles, pedem por ônibus – e o senhor está falando de transporte. Mesmo com toda a dificuldade, a Laila Soares fez uma redação espetacular.

A dificuldade que o senhor está citando no que tange a transporte escolar eu transfiro para a salas de aula sem ar-condicionado, com carteiras velhas, métodos e objetos antigos de ensino, como a lousa e o giz ainda. Há escolas no meu Estado que eu visito... Estou levantando uma por uma para que, através de emenda individual, a gente possa equipar, melhorar, transformando a vida daquelas crianças. Mas há uma coisa, Senador Izalci, em relação à qual não há o que fazer: a merenda escolar. É um biscoito *cream cracker* e um copo de suco. Eu não sei como é no Estado do senhor. Ora, suco... Não é suco não; é aquele de pó químico.

É uma dificuldade que esses alunos têm e é por isso que eles não têm condições de entrar em uma universidade federal. E por quê? Quem entra em uma universidade federal hoje em nosso País? Isso é discriminação? Isso é dizer que é feita para rico? Não! É para quem pode pagar um estudo de boa qualidade, para quem tem uma alimentação, para quem tem cursos isolados, para quem paga, mesmo depois do estudo regular periódico numa escola particular, prévias antes do Enem, e ainda faz, isolados, cursos isolados de química, física, biologia, que são caríssimos. Quando uma criança dessa consegue, alcança um curso de Medicina, um curso dentro de uma universidade federal, é meritório, precisa ser aplaudida...



O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sem dúvida.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN) – ... porque não tem condições. A gente, que conhece mesmo, de verdade, e vai para as escolas, quando entra nas escolas, é o professor com uma dificuldade imensa de dar aula, não é só por falta de estrutura não, é porque o aluno está desregrado também. Já vem do ambiente familiar, já vem do ambiente social dele totalmente destruído e corrompido.

Não tem a mínima perspectiva, Senador Izalci. Se perguntar a qualquer aluno agora: "O que você quer para o seu futuro?" "Não sei". Aí vai para a escola, muitas vezes, poucas escolas desse País, e eu cito uma aqui, a de Nísia Floresta, a secretária que fez um convênio com universidades e se preocupa com a alimentação do aluno. Mas, Capitão, por que a alimentação é tão importante?

A educação não se restringe só a alimentação. Mas vá você ficar com fome, para ver se aguenta ficar pelo menos aqui nessa cadeira? Quando a audiência daqui é longa, da gente, e vem um passando mal, outro caindo, passando mal... E olha que existe gente servindo, toda hora, café e chá para a gente, imagine uma escola pública, lá no interior do Rio Grande do Norte, como essa dessa garota. Mossoró fica a 400km, 300km de distância da capital.

Então, o transporte público é um pedido com que os Prefeitos chegam até aqui, Senador Izalci. Já é praxe. Quando vêm, já se diz: "É um ônibus, não é, o que o senhor quer?". Primeiro, vêm pelo ônibus, depois vêm para ajeitar as escolas, porque primeiro tem que transportar essas crianças das casas, muitas vezes rurais. E creches. Outro problema que a gente tem na educação.

Até a gente chegar no nível superior, como o senhor falou, tentar corrigir, a gente não vai corrigir nunca, Senador Izalci, com um método totalmente descompensado do jeito que está. Lá, nessa cidade, Mossoró, existe a universidade Ufersa, que tem o curso de Medicina; pelo menos 40% das vagas quem as ocupa são os cearenses. É, porque o cearense...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não é só lá, não. Também lá no ITA – ouviu, Girão? –, grande parte dos alunos são do Ceará. O Ceará, realmente, tem sido um baluarte aí na educação.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN) – Mas me diga o que o Ceará tem que o Rio Grande do Norte não tem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Cearenses.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN) – A cabeça grande? Não, não é?

Estou brincando, gente!

Então, isso que eu quero dizer, Senador, é que ele se forma e deixa lá o vácuo de 40% de médicos que poderiam ficar no meu Estado, que poderiam ficar naquele Município. Poucos ficam ali naquela região, os que passam.

Então, eu estou dizendo isso para o senhor, porque o senhor levantou o problema da educação, o Izalci é preocupado, eu sou preocupado, eu ando pelas escolas e estou tendo esse trabalho de fazer um levantamento individual de cada lugar que a gente precisa ajeitar. Eu sei que é pouco o que a gente tem, cerca de... E vai ficar ainda menos com o Fundo Eleitoral, que tirou o que tinha da gente, o que vinha de emenda de bancada, o que vem de emenda para o Parlamentar. Com esse pouco, é bom que os Prefeitos escutem isso, a gente tenta fazer o máximo possível, ajeitando escola por escola.



Então, essa é a minha missão agora. E, ouvindo o senhor falar sobre o nível superior, falando sobre as crianças que estão aqui com toda dificuldade, escolas públicas, Jovens Senadores, exercendo justamente esse papel de cidadania, de fiscalização, é um prêmio e temos que trazer mais jovens para cá mesmo, para que se interessem pela política.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem.

Muito obrigado, Senador Styvenson.

Agora, V. Exa. imagina numa capital de um Estado, na nossa capital, Porto Velho, dois mil alunos sem transporte escolar desde julho. Não dá para aceitar!

Há um problema de contrato? Cancela o contrato, faz outro, chama outra empresa, compra ônibus... Mas não dá para deixar 2 mil alunos sem transporte escolar.

Olha como é diferente de uma cidade para outra. A situação de Ji-Paraná, por exemplo, que é a segunda cidade do Estado. Eu tenho visitado também as escolas de Ji-Paraná. São de uma qualidade fantástica, totalmente diferentes, com transporte regular, todas as salas climatizadas, algumas já com quadros digitais... É uma maravilha. Também é o ensino básico. Como uma cidade é tão diferente da outra, Senador Izalci? É uma questão de gestão, é uma questão de priorizar a educação e o ensino.

Então, é lamentável a gente ter que vir aqui não para falar mal de "a", "b" ou "c" – não é isso –, mas para pedir para que o gestor, para que a Prefeitura – não vamos personalizar – e os Vereadores possam ajudar essas crianças. Estão lá 300 famílias pacificamente acampadas em frente à Câmara Municipal de Porto Velho, pedindo para que retomem o transporte escolar das suas crianças. É evidente que essas crianças estão nas escolas públicas porque não têm condições de pagar uma escola particular; necessitam do transporte porque não têm como se locomover de casa para a escola e vice-versa.

Então, é uma responsabilidade do Município, uma responsabilidade da Prefeitura de Porto Velho. Espero que algo seja feito o mais rapidamente possível para atender essas crianças...

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – ..., essas famílias que estão lá.

Com prazer, ouço o Senador Girão.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. Para apartear.) – Senador Izalci, eu queria cumprimentá-lo pelo seu desabafo.

Aliás, Senador Acir. Izalci e Acir aqui.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – São muito parecidos, não é?

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Eu queria cumprimentá-lo pelo seu grito realmente sobre esse assunto delicado.

O Senador Styvenson colocou a realidade do Rio Grande do Norte aqui. Em determinado Município lá do Rio Grande do Norte, 40% é de cearenses. Eu tenho algumas teorias sobre isso, Senador Acir. O senhor é da área da educação, e eu acredito... Não é de hoje que o Ceará tem um índice alto de aprovações no ITA e em outros institutos e academias do Brasil inteiro e do exterior. É um trabalho que vem acontecendo há muitos anos, e não só nessa área. Você vê o trabalho que é desenvolvido em restaurantes. No Brasil, em qualquer um a que você vá há sempre um cearense – gosta de servir, é um líder servidor, é resistente, se adapta...



Agora, desse Município de que se falou aqui há pouco, o que a gente percebe, conversando com algumas lideranças e tudo? Existe um cuidado com a alimentação. Existe um cuidado lá no Estado do Ceará. O Estado não tem uma educação das melhores. Eu posso dizer isto. Se não, nosso s índices de violência não seriam os maiores do Brasil. Há alguma coisa errada na educação do Estado do Ceará. Nós já tivemos a oportunidade até de debater isso na Comissão de Educação e Cultura, porque acredito que falta formação de caráter. Falta na educação do Brasil, um componente que já há na Índia já e que está sendo uma revolução na Índia...

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... que são valores humanos, Senador Acir – valores humanos –, e não apenas aquela educação formal. Eu sou da época em que havia OSPB, que havia Educação Moral e Cívica. Eu acho que a gente precisa resgatar isso.

Eu visitei a escola do Senador, que ele abraçou, lá no Rio Grande do Norte, Escola Maria Ilka, que é uma escola que estava destruída, do Governo do Rio Grande do Norte. Ninguém queria ir para lá, nenhum aluno, o tráfico tomou conta. A escola ia fechar, eles a abraçaram, os policiais militares, fizeram um trabalho compartilhado, com pedagogos, professores, e há um *case* lá de filas quilométricas para conseguir uma vaga. Então, acho que existe uma necessidade de ordem, uma necessidade que os pais querem ver nas escolas, com mais disciplina.

Então, eu acredito que o Município que V. Exa. falou, só me lembre aqui o Município que o senhor disse, em que 40% das crianças...

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Mossoró.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Mossoró é ali, muita gente até considera do Ceará, porque muito cearense está lá, com todo o respeito, mas existe uma cultura muito próxima. Mas há outros Municípios, acho que São Miguel, ali perto de Icó, perto daquela região, em que existe aquela coisa do cearense dar um jeito para ir buscar lá, no Rio Grande do Norte, o ensino também. Pega carona... Tem gente, rapaz, que rala, mas rala para estudar, trabalha durante o dia, vai à noite para outro Estado para estudar. É um negócio que a gente tem que valorizar. É o que o Senador Izalci falou há pouco tempo da tribuna, a gente tem que valorizar esse nosso povo bravo, corajoso, dedicado, que merece apoio do Governo, do Parlamento, enfim.

Obrigado, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para apartear.) – Senador, aproveitando a fala do Senador Girão e do Senador Styvenson, todos sabem, e é bom as pessoas saberem também que nós temos parte do Salário Educação, grande parte, quase que 100% do programa vai para os Estados e Municípios. E esse recurso – que é muito recurso, são mais de R\$20 bilhões – vai exatamente para a merenda escolar. Merenda escolar, vai da União. Agora, o que falta também são as famílias participarem e cobrarem. O dinheiro vai direto, tem dinheiro indo direto para a escola, que também é do programa do Salário Educação, e transporte escolar. Então, esses três itens, e os livros didáticos, são quatro itens, são valores que são transferidos do FNDE, do programa do Salário Educação, especificamente para isso.

A família não pode admitir dar para a criança biscoito e suco. A lei, inclusive, diz que você tem que adquirir no mínimo 30% dos produtos da agricultura familiar. Então, a família tem que participar da escola. O Senador Girão fala da OSPB, eu também participei, mas a formação do caráter vem de casa. Acho que a família precisa se preocupar um pouco mais com isso, porque a escola ensina, até ajuda na formação, mas o caráter é de berço. Então, a família tem que se cuidar um pouco com isso. Mas só para alertar os pais para que participem mais das escolas. Não é pedir



favor, não. É ir lá e exigir uma merenda escolar decente, um transporte, que é o repasse do Governo Federal, lógico que complementado também pelo recurso estadual e municipal. Só aproveito para esclarecer.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Obrigado, Senador.

Senador Styvenson, por favor.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN. Para apartear.) – O senhor puxou um assunto interessante aí. Vai receber aparte o dia todo hoje.

Em relação ao que o Senador Girão falou de um trabalho que a gente fez em 2017 e ainda perdura. Eu, quando aparteei o Senador Confúcio e falei de ideologia partidária, que, muitas vezes, está atrapalhando a República que a gente tanto quer, que as pessoas tanto desejam, que é para o público, para as pessoas, preciso lhe dizer que, por conta de ideologias, escolas que deram certo, dentro de periferia – porque não foi em qualquer lugar, não, foi dentro de uma periferia, não é a Zona Sul, não é na parte nobre, não, é dentro de favela –, deu certo com a intervenção e auxílio de policiais que não ganham nada, a não ser a própria segurança deles. Eles entenderam que, ocupando uma escola, tirariam da rua 500 crianças – das escadarias de favela, do meio do sinal – e estariam se protegendo também, seriam beneficiados por aquela ocupação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – E construindo um futuro melhor.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN) – Isso, eu levei essa ideia para a cabeça dos policiais, que estão lá sem ganhar diárias, sem ganhar acréscimos, sem ganhar, sem auxílio de R\$1 milhão do Governo Federal. Eu fiz isso em 2017, quando se quer, Senador Izalci, quando quer, a gente faz. Não fica esperando a ajuda de ninguém, não, esperando por Deus, não. A gente foi lá e fez.

E, em relação à alimentação da Escola Maria Ilka, eu lembro que eu passava nos supermercados, que eu dei muita palestra, eu ia lá com a viatura. Eita, improbidade! Vão dizer que é improbidade. Eu ia lá com a viatura administrativa, e havia aqueles cestos. Eu ia lá para dentro de onde estava aquela alimentação que eles jogavam fora – abacaxi novo, só porque estava amassado, o cara joga fora, melão. Eu enchia aquelas caixas, chegava lá, aproveitava, fazia salada de frutas, merenda para eles. Pessoal que deve estar me ouvindo agora, está dizendo: "Absurdo!" Absurdo é passar fome. Absurdo é num País que a gente vive hoje estar comendo biscoito com suco.

Se o senhor está dizendo que tem 20 bilhões, então, é má gestão. Então, tem alguém desviando esse dinheiro que era para a merenda? Porque se tem o dinheiro, e o dinheiro não chega na ponta... Porque eu estava lá na escola, eu via com meus olhos, quando chegava a alimentação da família lá da agricultura familiar, eram duas caixas de batata doce, dois sacos de cuscuz, para 500 crianças. Como é que faz isso? Mas existia na lei, tem lá um papel muito bonito, na porta da escola, com a nutrição do menino. Maior mentira aquilo.

Então, já que o Senador Girão me citou, eu fui dizer aqui o modelo que foi feito, modelo hoje ameaçado por uma questão ideológica, e fui citado várias vezes em entrevistas no meu Estado. Não sou do PT, na verdade, não sou de partido nenhum. Estou no Podemos hoje por causa da liberdade que me deram; se não me derem também, eu fico sozinho. Pela questão ideológica, atrapalha a vida das pessoas que estão lá na fila esperando para colocar mais alunos.

Do que eu tinha de emenda individual, Senadores, eu destinei uma boa parte para reconstruir aquela escola todinha, para ter hoje capacidade para mil alunos, porque eu não tenho condições de



ficar com uma fila de 200, 300, 400 esperando, e é briga, viu? Para poder entrar na escola. Eu não tenho mais condições de estar todos os dias como eu estava antes, dentro da escola, fiscalizando, vendo como é que está o comportamento do aluno, porque simplesmente não querem que menina ande de cabelo amarrado. Não quer que menino corte o cabelo, não quer que use brinco. Quer dizer que essa falta de ordem é o quê? Qual é o problema, Senador Izalci, de o menino obedecer a professora? Sentar na postura? Ficar em silêncio na sala de aula? Cantar o Hino Nacional? Qual é o problema de vestir uma farda? "Não, ele tem que ter liberdade". Criança não tem que ter liberdade; criança tem que obedecer, para poder chegar a um adulto no mínimo respeitador. Tem de haver.

Mas, aí, existe um confronto de ideologia de que eu não quero participar. A escola está lá funcionando, capenga, mas está. Muitas vezes com recursos que a gente coloca. Mas agora vai melhorar, vai melhorar definitivamente, porque a gente vai destinar – e eu vou fazer isso especificamente para o Governo do Estado –, para que lá seja reformado, ampliado, para que lá haja tecnologia, porque não dá mais para a gente querer atrair o aluno para a sala de aula, Senador Izalci, com giz e quadro-negro, não. Hoje estamos no mundo da tecnologia. Como é que você vai dar aula hoje com o professor desatualizado? Os professores hoje estão desatualizados em tecnologia. Então, não adianta colocar uma lousa digital, um *tablet*, algo digital, algo informatizado se o professor não sabe manusear. Quem vai ensinar a ele é o aluno agora, né, sobre pelo menos mexer na tecnologia nova que vai ser disponível.

Então, era isso que eu queria falar, Senadores – já puxando o aparte que eu fiz anteriormente ao Senador Confúcio –, sobre essa disputa ideológico-partidária que está atrapalhando também a democracia, a República. Democracia é a mãe e o pai escolherem onde querem botar o filho, Senador Izalci. Isso é democracia. E não, com autoritarismo, se dizer onde deve ser ou em escola militar ou se em escola totalmente baderneira. Há que se escolher isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Styvenson.

O Senador Izalci colocou uma coisa muito importante, que é a participação dos pais nas reuniões, às vezes semanais, quinzenais ou mensais, para se resolverem as questões importantes da escola. Em Rondônia, isso acontece com muita frequência. E onde há efetivamente a participação dos pais, o ensino é muito melhor.

As merendas escolares vêm não apenas como 30%, mas, em Rondônia, passam de 50%, da agricultura familiar. Agora, é financiada pelo Governo Federal. E foi retirada uma grande parte do orçamento da compra da agricultura familiar para a merenda escolar. Isso causou um transtorno muito grande lá em Rondônia e, evidentemente, acredito em todo o Brasil.

Mas concordo com V. Exa.: a participação dos pais junto à escola é de fundamental importância. E a não politização também do ensino, Senador Izalci, é da maior importância.

Eu tive o prazer de ser Prefeito de Ji-Paraná em 2000, assumi em 2001, e fui convidado, com mais...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu fiz uma auditoria lá em Ji-Paraná na época do Jotão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Do Jotão!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Fui fazer uma auditoria na prefeitura. Já faz um tempo.



O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Faz um tempo!

Cinquenta e dois Prefeitos foram convidados a participar de um encontro aqui em Brasília em 2000...

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – ... antes ainda de assumir a prefeitura. Quem comandou foram o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Pitágoras e a Fundação Banco do Brasil. E apresentaram para os Prefeitos novos um modelo de gestão, que seria acompanhado, nos próximos quatro anos, pelo Instituto Ayrton Senna.

Quem quisesse poderia aderir. E, claro, nós aderimos a esse programa. Isso transformou o ensino em Ji-Paraná. E nunca deixamos politizar. E os Prefeitos que me sucederam também continuaram com esse programa.

Só um exemplo: eu conheci a minha Secretária de Educação, a Mari Solange.

Aproveito para mandar um abraço para a Mari, que, infelizmente, está hospitalizada, mas está bem.

Conheci através de um questionário cedido pelo Instituto Ayrton Senna para que pudéssemos escolher o secretário ou a secretária pela meritocracia. E, através desse questionário, dessa prova, vamos dizer assim, eu conheci, então, a Secretária de Educação, que fez um belíssimo trabalho. Isso foi em 2001. Depois disso, os prefeitos todos deram sequência a esse trabalho. Tanto é que o ensino básico de Ji-Paraná é considerado o melhor do Norte do País, graças a não politização e à meritocracia dos nossos professores e também da secretária ou secretário de ensino de Ji-Paraná.

Mas voltando ao Bonifica Unir, eu quero dizer que o encontro que nós tivemos aqui esclareceu a importância de se conceder uma bonificação na nota dos estudantes que fizeram o ensino médio ou residem em Rondônia há pelo menos quatro anos e também de se estabelecer um percentual de vagas para os rondonienses que pretendem ingressar no curso de Medicina na Unir, pois, hoje, mais de 72% dos estudantes são de outros Estados. Vão para Rondônia, formam-se e depois voltam para os seus Estados.

Pronta e juntamente com todos os Parlamentares da Bancada Federal de Rondônia, encaminhamos ao Conselho Superior Acadêmico da Unir um ofício solicitando que este órgão institua, por meio de resolução e políticas específicas de ações afirmativas, reserva de vagas para estudantes que residam e tenham concluído o ensino médio em escolas no Estado de Rondônia. Apoiamos essa causa e, de imediato, encaminhamos o pedido de solução ao órgão competente.

Mais uma vez agradeço a todos os Deputados e Senadores de Rondônia que assinaram junto conosco esse ofício.

Hoje, apenas 28% dos estudantes de Medicina da Unir são rondonienses. O percentual varia, mas nunca chegou a alcançar sequer 50% das vagas disponibilizadas anualmente. Os demais 72% são ocupados por estudantes do Sul, Sudeste e Nordeste, que migram para Rondônia com o objetivo de cursar a faculdade e, logo após a conclusão da graduação, retornam aos seus Estados de origem.

O resultado desse desequilíbrio na oferta de vagas a estudantes rondonienses gera uma perda de formação técnica e estratégica, na medida em que o investimento despendido pelo Estado na formação do profissional, não terá uma contrapartida com sua prestação de serviços na cidade, na região ou no Estado.



Essa bonificação já é feita nas universidades federais do Pará, de Roraima, do Amazonas, do Acre e do Mato Grosso, além de muitos Estados do Nordeste. Só falta Rondônia.

Portanto, Sr. Presidente, contamos com a atenção do Conselho Superior da Unir para que também adote essa bonificação para os nossos estudantes de Rondônia.

Agradeço os apartes de V. Exa., do Senador Girão, do Senador Styvenson, que muito contribuíram para o nosso pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Bem, antes de passar a palavra para o próximo orador.

Eu tenho aqui uma Mensagem da Presidência da República nº 86, de 2019 (nº 615, de 2019, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Nestor José Forster Junior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.

A mensagem, então, vai à CRE. (**Mensagem da Presidência da República nº 86/2019 – vde item 2.1.2 do Sumário**)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Só para uma questão de ordem, Senador Izalci, porque agora quem vai falar é o nosso querido Senador Styvenson, é para registrar que – e estávamos falando de educação no Brasil – o Alan Alves Henrique Ferreira foi o jovem Senador do Ceará que ficou em segundo lugar, do Brasil, nesse concurso desenvolvido aqui pela Casa. Então, fica o meu abraço.

Esta semana, ele esteve aqui conhecendo as instalações, com a sua coordenadora. Realmente, é um grande ser humano, que superou muitas adversidades para chegar aonde chegou. E tem muita coisa boa para acontecer a ele. É uma inspiração para muitos outros jovens. Por mais que não se tenha condições – e essa é uma falha nossa, do Brasil, dos Parlamentares, dos Governos que passaram –, nós temos muito talento, um povo de muita fibra, de muita raça. Vai haver coisas boas para eles, e muito breve. Continuem assim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu não poderia, antes de passar a palavra para o Senador Styvenson, deixar de registrar que temos, também, a nossa representante do Distrito Federal, a Suzanny Dias, que é do Colégio Militar D. Pedro II, colégio militar dos bombeiros. Ela é daqui de Brasília e foi a primeira colocada no concurso, aqui no Distrito Federal. Então, também a parabenizo. Como V. Exas. falaram, é muito importante a participação dos jovens na política.

Com a palavra, então, o meu querido Senado Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senadores, todos os presentes, os que estão nos assistindo, os que estão nos ouvindo, pela TV Senado e pelas redes sociais, serei rápido. Serei rápido porque este pronunciamento eu iria fazer ontem, Senador Girão, mas aguardei. Não esperei que ainda fosse se prolongar a discussão. É tanto que fiquei aguardando, mas ontem teve fim. Graças a Deus, depois de três sessões, o STF manteve o que já estava decidido, anteriormente, pela Lei Complementar 105, de 2001, que já era considerada constitucional pelo tribunal e que permitiu o compartilhamento de dados detalhados sem autorização judicial. Eram respaldadas naquela decisão as investigações que acessavam dados sigilosos.

Então, ontem, foi uma grata surpresa. Eu fiquei surpreso, acho que o Brasil ficou surpreso. Não foi mais um golpe contra as operações de combate à corrupção. Mantiveram o voto que já era



conhecido os Exmos. Ministros Alexandre de Moraes, Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, entre outros. Sobre o que mais fiquei curioso, Senadores, foi que, antes de encerrar a sessão, o Ministro Presidente daquela Casa, o Exmo. Ministro Toffoli, mudou o seu entendimento. Então, aquele voto que ele deu na primeira sessão, Senador Girão, agora no final mudou. Bom, as pessoas podem mudar, podem mudar de opinião, podem mudar, visto que quase todos estavam favoráveis a que esses dados dessem continuidade às investigações por quem tem que fazer, esse compartilhamento de dados, feito pelo antigo Coaf e agora pela Unidade de Inteligência Financeira, e passasse a investigar. Então, com isso, Senador Girão, voltam aqueles quase mil casos à investigação do que estava sendo feito.

Eu li alguma coisa hoje sobre alguma segurança jurídica sobre isso ou retomar todas as investigações de uma origem, eu acho que não, porque, da forma que ela foi parada, ela tem que dar continuidade. Alguém falou, algum especialista disse que não, tem que fazer tudo de novo. Aí não, não é desse jeito. Se houve alguma manobra para que esse entendimento seja aceito, então está aí o perigo porque é curioso uma unanimidade quase de todos os ministros em relação a um tema que já tinha sido discutido anteriormente, como eu já disse, e mantiveram a decisão daquele próprio tribunal em que o compartilhamento não precisaria de nenhuma burocracia judicial.

Veja bem, cidadão que está me ouvindo: o Coaf ou a UIF (Unidade de Inteligência Financeira) localiza uma movimentação suspeita, uma movimentação com indícios de lavagem de dinheiro, de crime, de terrorismo, de tráfico, de narcotráfico, de corrupção, aí eu envio para o Ministério Público ou para Polícia Federal. Aí lá a Polícia Federal ou o Ministério Público vai fazer um pedido ao juiz: "Peço que o senhor me autorize a abrir essas contas e a investigar se é possível ou não". Bom, claro que o juiz vai dizer para abrir porque se há um indício de crime, se está tendo a investigação, se ele não abrir é porque está conivente com isso aí. Mas não precisa dessa burocracia mais, não, Senador Girão, é tudo muito travado. Foram discutidas aqui hoje a manhã todinha as travas que existem nos processos, principalmente legislativos e em processos judiciais, que atrapalham a vida de todo mundo.

Eu não sei qual é a dificuldade, Senador Izalci, uma vez que durante as eleições eu tive que declarar meu Imposto de Renda, mostrá-lo para todo mundo, falar meus bens, dizer o quanto eu ganho. Eu não sei qual a dificuldade hoje de alguns Senadores, Deputados ou de algumas pessoas que desempenham cargos públicos... Eu acho que por lei a gente deveria mudar, Senador Girão, e todo representante público, funcionário público, qualquer um que ocupe função pública deveria por obrigação mostrar espontaneamente tudo que ganha. É incompatível. Senador Izalci, a gente vê alguns funcionários públicos, como diz minha mãe, "charlando" por aí de carro importado, fazendo viagens caríssimas. Está sendo financiado por quem, se você não tem patrimônio para aquilo? Aí apareceram decisões judiciais sendo vendidas na Bahia. Preso hoje. No nosso Estado, no meu Rio Grande do Norte, não foi diferente. Precatórios que não deram em nada. E a pena para quem faz isso? Aposentadoria compulsória. Eu roubo e ainda fico solto ganhando do povo. Está certo isso?

Então, eu vim aqui – quando é para elogiar, a gente elogia, Senadores – elogiar a decisão do STF ontem: manter as investigações como estavam, manter os dados, a informação, a comunicação, o compartilhamento de todos os indícios que existem de quase mil casos que foram paralisados, inclusive de políticos aqui dentro, que voltem a ser investigados. Inclui Senadores também Senadores aqui – ouviu? – e ex-Senadores do Estados do Rio Grande do Norte, que estão sendo investigados também pelo emprego de fantasmas.



A grande vantagem que eu tenho, Senador Izalci, é porque eu não tenho rabo preso. Na verdade, nem rabo eu tenho. Então, eu posso sentar aqui e descer o pau em qualquer um. Não adianta procurarem na minha vida, porque não vão achar nada. Não vão achar nada demais! Vão achar o quê?

Como eu já disse ontem, repito: coisas que eu me arrependo de ter feito no passado, como ter usado a força física para manter a ordem pública dentro de comunidades quando era policial, eu já fui julgado por isso. A não ser que façam igual o CNMP, que julguem duas vezes, como fizeram com o Procurador Dallagnol.

Então, Senador Izalci, eu vim aqui ontem para falar sobre os dados, sobre o Coaf, sobre o julgamento, sobre o que estava acontecendo – e eu estava temeroso –, mas, graças a Deus, ontem eu fui dormir bem. E fui dormir bem, Senador Girão, porque até o Toffoli mudou de ideia.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Era isso que eu queria perguntar a V. Exa. se me permitir o aparte.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Claro.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. Para apartear.) – Temos de celebrar, sim, porque a gente sempre faz ponderações aqui sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal, atuações extremamente controversas ultimamente. Mas, como a gente teve essa boa notícia, precisamos parabenizar, precisamos celebrar essa boa notícia para a Justiça do Brasil. Isso me fez feliz ontem, essa decisão do Supremo sobre o compartilhamento de dados do Coaf com o Ministério Público.

O Supremo Tribunal Federal vem caindo muito no conceito da população brasileira. É uma das entidades hoje, penso, mais desacreditadas, mas, ao mesmo tempo, a gente sabe que há ministros lá que são pessoas honradas, que cumprem o seu dever e que querem uma instituição forte, transparente. E é por isso que a gente luta aqui no Senado, desde o primeiro dia de nossos mandatos, querendo a CPI da Lava Toga, que só esta Casa pode fazer; querendo deliberar sobre o *impeachment* de ministros do Supremo Tribunal e do STJ, dos tribunais superiores, porque há farta documentação que precisa de investigação, e só o Senado Federal pode fazê-lo. Mas, ontem, nós tivemos esse alento.

O que eu queria lhe perguntar, Senador Styvenson, é o que fez, na sua opinião, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que parou a investigação, que travou a investigação há seis meses. Seis meses, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Desde julho.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Desde julho ficou parada essa investigação que envolve peixes graúdos, contribuintes influentes, parentes de ministros, pessoas poderosas. Há seis meses essa investigação está parada e parece que, agora, vai ser destravada. Mas o que fez o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que se manifestou claramente a favor desse travamento, para que não houvesse o compartilhamento, e mudou o voto aos 47 minutos do segundo tempo? Ele mudou de opinião, ele disse que quis votar com a maioria. Como assim? E a sua convicção? Será que é para – a história vai dizer – ficar bem com a população? É porque vai ter o poder da relatoria para mostrar, no relatório final, algumas situações, para tentar travar algumas situações na reta final? Regulamentar e desfazer o que os outros fizeram? O que, na sua opinião, o senhor que é investigador, o senhor que tem esse faro, está por trás dessa decisão, quase por unanimidade, do Supremo Tribunal Federal ontem? Nós temos que aplaudir a decisão, mas fazendo esse contraponto, para que a gente tenha serenidade.

Eu queria dizer que, nos Estados, a CPI da Lava Toga está acontecendo já, nos Estados. O senhor bem colocou aí. Já foi preso, agora, o ex-Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, sob



acusação de venda de liminares, algo assim, bem pesado lá. No Ceará, no meu Estado, já houve também desembargador punido, investigado. No seu Estado, em 2017, houve também, no Rio Grande do Norte. Essa limpeza está acontecendo. Isso é bom – isso é bom –, porque a verdade precisa vir à tona.

Hoje, nós tivemos a boa notícia da Operação Apate, operação que envolveu 130 agentes da Polícia Federal, 40 servidores da Receita Federal, 31 mandados, para São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, DF, que é uma operação da PF, Ministério Público e Receita Federal contra a sonegação fiscal.

O pessoal está se movimentando e estão de parabéns essas instituições, que são muito acreditadas pela população – Polícia Federal, Ministério Público Federal e Receita Federal. Nós precisamos fortalecer, Senador Styvenson, essas instituições.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – E não enfraquecê-las.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – E não enfraquecê-las. Nós fomos, juntos, para o Conselho Nacional do Ministério Público, na terça-feira, não foi?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Exatamente.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Um julgamento do Deltan Dallagnol, do Procurador da força-tarefa da Lava Jato, quando a gente espera, em qualquer país fariam isso, que ele fosse enaltecido, fosse ganhar um prêmio, fosse receber uma comenda pelo trabalho obstinado, dedicado, a favor do Brasil, a favor da ética – já recuperaram R\$13 bilhões do dinheiro desviado por políticos corruptos, por empresários corruptos; eles recuperaram; existe muito mais ainda para recuperar, existe muito mais gente para ser presa – aí o que nós vimos lá? Eu queria até que o senhor comentasse o que nós vimos lá. Nós vimos uma punição a ele, por uma entrevista. Acreditem se quiserem! Uma advertência, Senador Izalci, por uma entrevista que ele deu falando da leniência do Supremo Tribunal Federal. O que a gente vê nessas decisões, à exceção da de ontem? O que a gente tem visto nas decisões do Supremo? É ou não é leniência?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Quando citou os *habeas corpus* dados por aquele tribunal a certos corruptos, sim. No meu ponto de vista, ele foi leniente com a corrupção.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Leniência com a corrupção.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – O Brasil todo enxerga isso.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – E aí o Deltan Dallagnol...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Qual foi a punição?

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... a população não sabe disso, foi advertido, rapaz! Que país é este? Aí nós vamos para aquela música do Legião Urbana, da tua terra. Que país é este? Vai punir o rapaz? Tinha que... Ele, para mim, é um herói nacional, rapaz! É um herói, como, para mim, também o Ministro Sergio Moro e tantos outros dessa operação, pessoas que trabalham nos bastidores. São centenas. Um trabalho que é honrado, que é digno. Outra coisa, Senador Styvenson: é um trabalho reconhecido internacionalmente. A OCDE esteve aqui, e já se diz preocupada. O Brasil vinha avançando contra a corrupção, mas começou a voltar atrás, com decisões dos três Poderes, tá? Não vamos colocar a culpa só lá no Supremo, porque a gente está sendo injusto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Muito.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – A gente está sendo injusto.

O senhor está com um emblema no peito.



Mostre aí. Se a câmera puder mostrar... Se a câmera puder mostrar para quem está nos assistindo agora, esse adesivo que o Senador Styvenson está...

A câmera não chega, né?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Bem no coração.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Seria bom se chegasse aí.

Ele é da prisão...

Tem que ser essa câmera da direita aqui. Pronto, ele vai colocar agora. Ele vai colocar.

A prisão em segunda instância tem que ser já neste País, rapaz! Não existe nenhum país do mundo que tenha voltado atrás, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Não.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Só o Brasil.

Não vamos permitir isso, não. Prisão em segunda instância tem que ser já, e através de um PLS.

Está aí: Segunda instância já.

Tem que ser através de um projeto de lei, que é o 166, que já está pronto para ser votado. Ele foi lido.

Aí, nas madrugadas, no final de semana, tudo acordado, inclusive com o Ministro Sergio Moro, que redigiu o texto, tudo certinho para a gente votar, os Líderes se reúnem, e a decisão da maioria foi qual? "Não, vamos ver aí essa PEC que vem da Câmara". PEC? PEC? PEC vai demorar um século. PEC é para tirar de tempo, como a gente diz no jargão do futebol. PEC tem um rito, ainda mais na Câmara, onde demora mais ainda. O projeto de lei, que eu ainda espero que a Senadora Simone Tebet cumpra a palavra que deu – e ela é uma pessoa honrada, tem uma história bonita, já vinda de gerações anteriores, como a de seu pai, que foi Presidente do Senado Federal, o Senador Ramez Tebet –, eu espero que a Senadora Simone Tebet o coloque em votação, porque esse é o desejo da maioria dos Senadores e o desejo do povo brasileiro, que quer o fim da impunidade neste País. A gente não vai voltar atrás, não. Quem é o investidor do mundo, Senador Styvenson, que, para gerar emprego no Brasil, vai investir num país que não é sério, em que os corruptos são soltos e são protegidos? Quem é que vai investir? Como este País vai dar certo?

Então, nós vamos restabelecer a prisão em segunda instância, com a ajuda do povo brasileiro. Dia 8 de dezembro, há uma manifestação – dia 8 de dezembro. Dê um jeito para ir para a rua. Eu sei que é pedir demais. Vocês já votaram, já acreditaram na gente, já colocaram outro Presidente, já colocaram outros Senadores, Deputados... Eu sei que a gente fica pedindo, poxa, mas a gente está bem pertinho, está na beirinha, na boquinha. Com um pouco mais de pressão, com um pouco mais de pedido para os Deputados, para os Parlamentares, para os Senadores, se resolve logo essa questão da segunda instância.

Tem que ser este ano, Senador Styvenson, tem que ser este ano. E, através do projeto de lei do Senado que já foi lido, que está pronto para ser votado, a gente consegue resolver isso aqui no Senado e coloca para a Câmara. Aí, a Câmara vai ter que fazer a parte dela, a Câmara dos Deputados. Mas é fundamental. O Ministro Sergio Moro está aqui. Na próxima semana, quarta-feira, 11h da manhã, vai haver uma audiência pública aqui sobre esse projeto de lei do Senado. E eu espero, sinceramente, que, logo depois, a Senadora Simone Tebet, porque a pauta é dela, coloque na pauta o Projeto de Lei 166, do Senador Lasier Martins, que através de um texto construído com o Senador Rodrigo Pacheco, Senador Oriovisto, Senador Alvaro Dias, Senadora Juíza Selma, aprovado também, dada autorização do Presidente desta Casa Davi Alcolumbre, que se possa continuar aquilo que foi acordado e a gente não desfazer.



Então, essa é a minha esperança. E eu espero sinceramente, Senador Styvenson, que com a ajuda do povo brasileiro, mais um pouquinho... Dia 8 de dezembro vão para as ruas. Vão mostrar isso! Dia 8 de dezembro. É muito importante que a gente consiga restabelecer a prisão em segunda instância no Brasil, para o bem desta Nação.

Que Deus nos abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para apartear.) – Senador Styvenson, Senador Girão, por dever de ofício, por estar presidindo a sessão e por ter participado da reunião de Líderes, com a presença, inclusive, do Ministro Sergio Moro, do Presidente da Câmara e do Senado e também da Presidente da CCJ, Simone Tebet, eu tenho que fazer aqui alguns esclarecimentos, até para não ficar essa responsabilidade com a Simone. Eu não tive dúvida de que lá na reunião essa questão da segunda instância é praticamente unanimidade. Agora, a forma... Primeiro, a PEC já foi votada na Câmara por 50 votos a 11, na CCJ, portanto, com ampla maioria. Há perspectiva realmente concreta de se instalar a prisão em segunda instância após a aprovação. É óbvio, todos sabem que ela só entrará em vigor, aprovando lá e, na sequência, aprovando no Senado.

Não adianta aprovar lá e aqui arquivar, muito menos aprovarmos aqui um projeto de lei e ser arquivado na Câmara.

Então, eu fiz, inclusive, um pronunciamento, eu disse... Olha, até porque o projeto de lei é incompatível com a PEC que foi aprovada, com a redação. É óbvio que, se você aprovar o projeto aqui e se ele for aprovado na Câmara, não existe problema nenhum; entra em vigor, sem problema nenhum. Agora, a PEC tem termos incompatíveis com o projeto de lei. O próprio Ministro Moro, num momento, disse que poderia até aprovar o projeto e lá na frente, aprovou a PEC? Teria que fazer um outro projeto para regulamentar a PEC.

Agora – eu disse isso na minha fala –, o que nós precisamos fazer é um calendário de votação, porque não adianta aprovarmos um projeto aqui, como já foi sinalizado, que, chegando à Câmara, será arquivado, porque na Câmara o entendimento é de que a prioridade seja a PEC. Agora, é óbvio que cada Casa tem a sua função e a sua autonomia, mas, se realmente queremos a prisão em segunda instância efetiva, concreta, lógico que o melhor é o entendimento Câmara e Senado.

E, pelo entendimento que foi feito – nós estamos aguardando, e espero que seja na segunda-feira –, a Senadora Simone disse que, se não definirmos as datas, vai colocar na pauta; se definirmos um calendário de votação, compatível com a necessidade e a urgência e o entendimento nosso de que deve ser votado imediatamente, ela vai aguardar. Então nós estamos aguardando. E eu espero que, semana que vem, nós tenhamos o calendário de votação da Câmara e do Senado. E houve um compromisso do Presidente do Senado de fazer também, como fizemos na previdência, uma Comissão concomitante para acompanhamento agora se definido este calendário. Então, eu vejo assim, se apresentarem um calendário compatível com o regime de urgência, com as datas definidas, acho eu, e foi esse o entendimento dos Líderes, não só do Senado mas também da Câmara, que era a melhor opção, com a presença inclusive do Ministro Sergio Moro, que estava na reunião. Então, a tendência é esta... Semana que vem, a Senadora Simone Tebet, que é a Presidente da CCJ, diz assim: "Se tiverem um calendário compatível, que demonstre essa urgência e relevância e que vai ser aprovado, vamos aguardar e votar logo na sequência aqui. Se não houver este calendário, nós vamos botar na pauta, independente de qualquer coisa".

Só para esclarecer o que ocorreu nesta reunião, que foi uma reunião de Líderes, na segunda-feira de manhã – não foi à noite, não foi na calada na noite –, foi um entendimento feito de manhã, com a presença do Ministro Sergio Moro, de todos os Líderes do Senado e da Câmara e



também com a presença dos Presidentes da Câmara e do Senado. É só dever de ofício de esclarecimento do que aconteceu.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. Para apartear.) – Eu queria lhe agradecer essa sua ponderação, embora me permita discordar. Faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Eu estava nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só esclarecer.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Mesmo sem ser Líder, eu sou Vice-Líder, mas, mesmo que não fosse nada...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Você é Senador da República, meu irmão.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... como é um assunto de interesse nacional, eu fiz questão de irmos juntos, o Senador Styvenson, a Senadora Juíza Selma. E realmente esse foi o entendimento entre os Líderes, embora nós...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quero dizer que eu fui o segundo a assinar a carta do Senador Lasier Martins, a segunda assinatura.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Eu sei, o senhor está sempre junto com a gente: CPI de Lava Toga, prisão em segunda instância, *impeachment*, enfim.

Mas eu queria só lhe dizer, Senador, que tem mais experiência do que nós que estamos chegando aqui – e eu respeito muito...

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... a precedência, respeito demais e sei do seu idealismo –, mas a minha leitura – posso estar falando bobagem e peço desculpa se eu estiver falando bobagem aqui – é de que essa história de calendário, de que "vamos ver calendário que vem da Câmara", essa coisa toda é uma estratégia para ficar para o ano que vem, porque nós sabemos que o calendário de uma PEC, por mais que se coloque urgência, tem ritos a se cumprirem. Vem Natal, vem Ano-Novo, vem Carnaval, e me parece, Senador Styvenson, não sei se V. Exa. tem essa mesma impressão, que a ideia é postergar isso, tirar de tempo, esfriar.

Então, eu acho que o melhor caminho para o Brasil, para a Justiça, para o fim da impunidade no Brasil é, na próxima semana, independentemente do calendário que vai chegar da Câmara, que a gente vai abraçar – o calendário que vier da Câmara a gente vai abraçar –, é a gente não deixar de fazer o nosso papel de votar o projeto de lei, que está muito benfeito, Senador Styvenson. Foi o Ministro Sergio Moro com vários Senadores aqui que fizeram esse texto.

Eu quero até ler uma nota pública, que foi redigida pelo nosso colega Alessandro Vieira, com relação à tramitação desses projetos de lei e da PEC sobre a segunda instância.

Olhem que interessante aqui a construção com Deputados e Senadores unidos, a nota pública:

Com relação à tramitação do PL 166, do Senador Lasier Martins, do PL 5.932, do Deputado Gilson Marques, e da PEC 199, do Deputado Alex Manente, o movimento suprapartidário Muda Senado, a Frente Parlamentar Mista Ética contra a Corrupção, os partidos Cidadania, Novo e Podemos declaram: 1) não existe nenhuma incompatibilidade entre os três projetos e podem tramitar simultaneamente; 2) a sociedade brasileira exige a urgente retomada da possibilidade de prisão após condenação em segunda instância; 3)



vamos trabalhar em conjunto para que os projetos tramitem com a maior agilidade possível.

Assinam a nota: Grupo Muda Senado, Muda Brasil, Frente Parlamentar Mista Ética contra a Corrupção, Partidos Cidadania, Novo e Podemos, Senador Lasier Martins, Deputado Federal Alex Manente e Deputado Federal Gilson Marques.

Olhem a harmonia que foi construída, inclusive com a declaração coadunando, corroborando com a declaração do próprio Ministro Sergio Moro, que, na ocasião, disse que não tinha nenhuma predileção por nenhum desses projetos, que eles podem tramitar simultaneamente, que a decisão é do Congresso, que ele não vai interferir e que, na visão dele, se complementam – embora se possa fazer ajuste, se complementam.

Então, eu acho, Senador Izalci, respeitando muito quem pensa diferente, que a gente está com a bola para fazer o gol, está na marca do pênalti. Já foi até lido o relatório. É chutar a bola e fazer o gol para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só reforçando, porque dá a impressão de que eu sou contra. Eu não sou contra de forma alguma. Eu só tenho a obrigação, como Presidente agora, neste momento, de esclarecer. O que a população precisa entender, e aí é experiência da Casa, até porque já tenho três anos de Câmara e agora no Senado, é que não adianta absolutamente nada aprovarmos o projeto de lei aqui este ano, que é possível, sabendo que a Câmara já votou na CCJ e o Presidente, que tem a autonomia de definir a pauta, já disse que a Câmara Federal vai priorizar e vai votar a PEC. Nós somos independentes. Podemos votar. Agora, o que interessa ao Presidente do Senado e também à Presidente da CCJ, Simone Tebet, que todos nós sabemos que quer aprovar, que quer votar o mais rápido possível, é que nós temos que buscar a efetividade.

Então, o recesso virá agora no dia 17. É impossível numa PEC... E por incrível que pareça, essa PEC que foi aprovada na Câmara é do Senado, é uma PEC de 2011 aqui do Senado Federal. É só para esclarecer porque eu não quero que essa conta fique na conta da Senadora Simone, que está fazendo um esforço imenso para que isso aconteça. Mas ela disse claramente: "Se vocês não definirem exatamente como vai ser isso e datas, eu vou botar em votação". E só para esclarecer. Se tiver que assinar alguma coisa, V. Exa. sabe que sempre fui o primeiro a assinar, porque acho que a segunda instância é assunto aqui liquidado no sentido de unanimidade praticamente dos Senadores, hoje, que são favoráveis à questão da segunda instância.

Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Infelizmente, não é unânime, porque há gente que se coloca contra, pede audiência pública. Canso de ouvir as pessoas, na rua, reclamando sobre prisão em segunda instância. Isso não precisaria de audiência pública.

Senador Girão, só uma ideia que eu tive agora ouvindo a discussão entre o senhor e o Senador Izalci, por que não pega o conteúdo *ipsis litteris*, todo o conteúdo que está lá na Câmara e que já foi votado, tira-o e coloca numa emenda daqui? Pronto! Eles não já aprovaram lá? Tira o conteúdo de lá e coloca numa emenda do projeto que está aqui.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – Lá é PEC.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Coloca na PEC.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para informação. Ontem, assinei, inclusive, já uma PEC idêntica à da Câmara – que talvez seja isso, alguém vai apresentar, eu já assinei, cujo autor é o Senador Roberto Rocha –, já assinei nos



mesmos termos da Câmara, exatamente para não ter – vamos aprovar aqui, e vai para lá o mesmo texto – desculpa lá, depois, dizendo que não vão votar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Ah, então ele fez isso com outra PEC? A ideia que eu tive...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, porque tem que ser PEC. Não pode ser...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Vamos dizer que esse papel esteja lá na Câmara, porque todo mundo já votou e concordou. Tira o conteúdo e coloca no nosso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Na PEC.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Coloca como se fosse uma emenda. Pronto! Acabou! Há uma harmonia total.

Mas só voltando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Styvenson, eu não quero polemizar, mas foi o próprio Ministro Sergio Moro que disse claramente lá: "Aprovada a PEC – aprovada aquela PEC, aquele texto –, o projeto de lei é incompatível com o texto da PEC". Eu não sou advogado, não entendo dessa área, mas o que foi dito é que acaba com os recursos, alguns recursos extraordinários, e é incompatível. Mas de qualquer forma, aprovando a PEC, obrigatoriamente, tem que haver um projeto regulamentando, detalhando a PEC. É só para...

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. Para apartear.) – Eu entendi outra coisa do que o Ministro Sergio Moro falou. Para mim, ele deixou claro que se complementam, que se pode fazer ajuste e que o importante é que o Congresso decida. Aí o senhor falou que, realmente, não adianta o Senado fazer aqui...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – E lá não fazem.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Essa é a verdade, é a política. Mas essa conta quem tem que pagar não somos nós, quem tem que pagar é a Câmara. Porque o Senado está com a bola na marca do pênalti para fazer o gol, que é o projeto de lei do Senador Lasier, que restabelece a segunda instância no Brasil. PEC demora demais, PEC demora muito, gente! A gente está atrasado com isso.

Isso tudo, Senador Styvenson, por causa da decisão de seis Ministros do Supremo Tribunal Federal que pensam uma coisa num ano, pensam outra coisa no outro, depois, segundo a questão política, pensam outra. Isso tudo...

Agora, nós temos condição de consertar o que aconteceu. O projeto de lei sai este ano. Aí deixa a Câmara dizer que não vota. O povo vai lá cobrar da Câmara dos Deputados.

O Senado fez um acordo. Inclusive não ia haver nem audiência pública lá na CCJ, se a gente não tivesse aceito. A gente tinha voto para derrotar a audiência pública, a gente tinha voto para derrotar e para votar naquele dia o relatório, já lido, da Juíza Selma. Nós aceitamos, a pedido do PT, que pediu uma audiência pública com o Ministro Sergio Moro. Como nós não temos receio de debate com nada, nós aceitamos. Mas o que fizeram, na semana seguinte? Acabaram com a votação: "Não, vamos fazer só a audiência pública, não vai ter mais votação", porque vão esperar o calendário da Câmara dos Deputados. Aí, não! Aí, ei acho que estão quebrando um acordo que é de interesse da sociedade brasileira.

(Soa a campainha.)



O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Posso concluir?

Senador Izalci, com todo o respeito que tenho ao senhor... Todos sabem aqui que o senhor assina tudo o que é favorável ao Brasil. Ninguém está com desconfiança de nenhum Senador, principalmente do senhor, que está em minha presença, que está aqui, mas preciso dizer, Senador Girão, retomando a fala do discurso do Senador Confúcio, que as pessoas não acreditam mais nas instituições. Primeiro, aqui, o Parlamento: fala muito e faz pouco. "Demora uma PEC...". Não, demora não, porque vi PEC aqui passar ligeiro, com votação em dois turnos em uma hora. Meia dúzia falava alguma coisa, e a coisa ia passando... Falo daquela de Gleisi Hoffmann, agora, para destinar o dinheiro aos Municípios. Eu vejo PEC passar aqui, eu vejo projeto de lei passar aqui atropelando tudo. Então, esse rito, essa demora todinha... Tem que dizer para a população, viu, a população tem que estar atenta, porque, quando é para votar abuso de autoridade, fundo partidário, alguma coisa que beneficie aqui, é rápido. Eu disse isso uma vez aqui e repito agora. Mas, quando é em relação ao anseio popular, à vontade pública, aí, não: "Vamos fazer um acordo, vamos fazer uma conversa, vamos fazer um café, vamos fazer um almoço, vamos fazer...". Aí, não dá não!

Só voltando ao voto, Senador Girão, porque a gente começou a falar sobre o incêndio que causaram no País com a segunda instância. Lembro-me de que, quando a gente foi pedir aqui as assinaturas, Senador Izalci, para abrir a CPI da Lava Toga, alguém disse: "Não vamos incendiar este País. Não vamos botar as instituições umas contra as outras!", mas o STF pode pautar temas como a prisão em segunda instância, que já tinha sido decidida lá atrás. Eles já tinham deliberado que era para prender mesmo, já tinham decidido.

Aí retomam a decisão, retomam a discussão...

(Soa a campainha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – ... para colocar de novo gasolina no povo brasileiro.

Eu acho que não é o Senado que está incendiando nada, não. Agora, cabe ao Presidente do Senado, cabe ao Presidente da Câmara, cabe ao Presidente do STF e cabe ao Presidente da República pautar justamente esses temas. Quando o Presidente quer, manda, não é? Decreto de arma para cá, mas não mandou nada em relação a esse tema. Quando é realmente de interesse público, parece que não está mandando.

Então, Senador Girão, perdoe-me, Senador Izalci, a incipiência cognitiva política, mas eu tenho pressa, eu tenho muita pressa mesmo. Um ano já acabou, um ano já acabou. Ano que vem faltam sete, daqui a pouco seis, daqui a pouco cinco, e a gente não fez nada! Então, foram anos de política em que projetos como esse... E o senhor disse que saiu daqui do Senado desde 2007, se não me engano, o senhor me falou. Olha o tempo que está rolando.

E, ontem, Senador Girão, como o senhor disse que pode mudar, de fato, mudou. Vou compartilhar aqui o voto de cada ministro que chegou para mim.

Ministro, Exmo. Supremo Dias Toffoli – eu não estou com ironia, não; é porque cada ministro é um Supremo. Isso não é ironia. Cada Ministro forma o Supremo, então cada ministro é um Supremo –, relator do processo, entende que os dados podem ser compartilhados, mas com limitações, como a proibição de relatórios feitos, aspas, "por encomenda" – não entendi o relatório feito por encomenda – dos investigadores, e a ressalva de que as informações do Coaf não valem isoladamente como prova. Claro, é um meio de prova que ainda vai ser investigado, mas eu não entendi na fala "por encomenda", sinceramente.



O Exmo. Ministro Gilmar Mendes seguiu o raciocínio do Toffoli quanto às limitações dadas à Unidade de Investigação Financeira, antigo Coaf – aspas:

Ressalto ser ilegítimo o compartilhamento de relatório de inteligência financeira pela UIF com o Ministério Público e Polícia Federal, feito a partir de requisição direta da autoridade competente, sem observância estrita das regras de organização e procedimentos definidos com recomendações do Grafi [Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo].

Mas não impõe restrições aos dados da Receita. Quer dizer, "a gente aprova, mas com algumas restrições". Sempre com restrições.

São estudantes os senhores e as senhoras? Qual escola?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Maria Divina, Barro Alto. Brasília, Distrito Federal?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Goiás.

Muito bem-vindos, estudantes! Falamos de vocês hoje sobre condições escolares.

Vocês comeram biscoito com suco hoje?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Ainda estão esperando? Então, não comeram.

O Alexandre de Moraes propôs, Senador Girão, que é legal o uso de dados do Coaf, UIF, e Receita, sem restrições mencionadas por Toffoli. Acompanham Alexandre de Moraes os Exmos. Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux e Cármen Lúcia.

Senador, os restantes opinaram que não podem enviar: Marco Aurélio e Celso de Mello.

Não vou me estender muito mais nesse assunto, não, porque eu vim aqui falar sobre quando se faz...

Tudo bem, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem. Como vai o senhor?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Eu vou bem.

... quando a gente faz algo benfeito, precisa ser reconhecido, não é?

Então, espero que não haja nenhum tipo de jabuti no meio disso tudo, dessa votação toda.

Em relação a todas as perguntas que o senhor me fez – e eu já esqueci a maioria delas – sobre o que eu vi lá no Conselho Nacional do Ministério Público em relação à punição, ainda que seja branda, uma advertência, por uma entrevista dada na CBN por aquele Procurador, na qual ele disse "leniência do STF com a corrupção" e se referindo a três Ministros, se não me engano, ainda que não citasse os nomes, deixando bem amplo, Senador Girão, lembro que está vindo por aí proximamente o julgamento sobre a suspeição do então juiz, hoje Ministro, durante a Operação Lava Jato. Então, temos que ficar bem atentos sobre isso também, porque, logo, logo, vai chegar esse julgamento sobre a suspeição.

De uma forma ou de outra, Senador Izalci, o que eu posso enxergar é que as coisas que aconteceram, que estão sendo retomadas agora, estão causando essa efervescência no País. As



peças acreditaram, confiaram que este País estava caminhando para uma limpeza, para o combate à corrupção, para uma situação em que pessoas que até então nunca haviam sentido o aço das algemas nos braços e que nunca haviam ficado atrás de grades estavam sentindo e isso estava acontecendo.

E a sensação que se tem hoje, Senador Izalci, Senador Girão, Senador Paim, é que está sendo tudo desfeito. Eu não falo só de políticos ou de pessoas com alto poder aquisitivo; falo de pessoas que têm, de uma forma ou de outra, pelo crime, dinheiro para pagar advogados que entram com recursos. Enquanto isso, pessoas pobres, pessoas que não têm recursos, que dependem da advocacia pública, que é muito boa também, mas que tem uma demanda muito grande... São cerca de 300 ou 400 mil pessoas que estão presas e que nem julgadas foram ainda; e réus confessos estão sendo liberados.

Sobre aquele julgamento que eu vi, eu vejo que se precisa ter imparcialidade. É difícil haver hoje, no setor público, Senador Girão, imparcialidade, tratamento imparcial. O que eu vejo na Justiça, infelizmente, é parcialidade, é favorecimento para uns e para outros não. Isso não é Justiça! Porque, se fosse Justiça, que se tratasse por igual todos que cometem os mesmos erros. E cito aqui o caso da Senadora Juíza Selma. Se ela está sendo investigada, acusada, se está sendo julgada por algo que fez em campanha, que se julguem todos os outros que cometeram crimes também.

Eu digo que há gente hoje, Ministros como o Ônix, que não podem ficar da forma como está. Se Selma for julgada e se for cassada por aquilo, que cassem todos os outros também. Isso é Justiça! O que é para um tem que ser para todos.

Se ela cometeu ou não cometeu – e ela diz que não cometeu, e eu acredito cegamente nela –, que ela tenha o julgamento adequado, com prazo, com tempo. Mas o dela, da forma como está, Senador Girão, relâmpago, não! Isso não é Justiça, não!

Da mesma forma, Senador Izalci, que eu posso dizer aqui para o senhor – e digo de volta: quando é de interesse, PECs passam aqui em 10 meses. Eu já vi isso acontecer várias vezes. Num instante se vota, num instante se arruma, num instante se faz tudo. Não precisa de audiência pública. Aí, todo mundo vai ali, faz uma reunião, um acordo. Daqui a pouco, todo mundo passa, porque é bom para o País.

Então, Senador Izalci, esses tratamentos são o que falta, como eu disse aqui para o Senador Confúcio, porque princípios que foram trazidos de França, de Estados Unidos, como igualdade, no nosso País não existem. É mentira. Cadê a igualdade agora?

Quando o senhor disse que participa das reuniões de Líderes, mas sem ser Líder, sem ser nada, o senhor é Senador da República, como qualquer outro aqui. Todos são iguais aqui dentro. Todas as cadeiras são iguais. Não existe um melhor e um pior não. Esse papo de alto e baixo clero mostra para as pessoas, dá uma conotação para as pessoas, Senador Girão, de que existe um diferenciamento aqui dentro, Senador Paim: de quem participa de panelinha, parafraseando o Dallagnol, e quem não participa de panelinha.

Isso não é para ser assim. É para ser claro, público, explícito, da forma como está sendo aqui.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Eu queria só fazer um, se o senhor me permite, Presidente, rapidamente. Eu sei que o tempo já...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Deixa eu só registrar a presença aqui, dos que estão conosco aqui, da instituição de ensino Escola Municipal Dona Maria Divina da Silva, do ensino fundamental, de Barro Alto, de Goiás.

Sejam bem-vindos aqui a nossa Casa!



O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. Para apartear.) – Já que o senhor falou na colega nossa, a Juíza Selma, que senta aqui olha, senta aqui nessa cadeira ao lado, ela está no Estado dela...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Eu disse só o seguinte – só lembrando: se é para ser para um, que seja para todos.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – O caso dela é muito emblemático. É uma pessoa que tem sido combativa aqui dentro, aliás, na vida dela inteira como juíza. Ela é considerada o Sergio Moro de saias. Ela prendeu Governador, prendeu Prefeito, tudo lá, mostrando a corrupção, e veio a conta, porque ela está fazendo o certo, porque ela está querendo CPI de Judiciário, porque ela está incomodando, está incomodando o poderoso.

E é assim meu amigo. Se prepare, porque vai vir para você e vai vir para mim. E vai vir para quem quer fazer as coisas certas aqui. Vai vir conta, porque existe a perseguição. E que a Juíza Selma seja inocentada, porque o processo dela a gente sabe, de forma muito clara, que é uma implacável perseguição. Caixa dois em pré-campanha? Não existe isso, não existe regulamentação nesse sentido. E, outra coisa, o prazo recorde: em sete meses, aliás, em sete horas – sete horas –, Senador Izalci, a PGR mandou...

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... para o TSE o parecer, em sete horas. Um negócio deste tamanho... Quantas laudas, hein?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Sei não, mas era grande.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Ontem, o Senador Alvaro falou sobre isso aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Sessenta, sei lá, trinta e cinco.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Tem a informação? Mais de 30 laudas, em sete horas. Ou seja...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Mas foi a mesma PGR, Senador Girão, que até então não deu nenhum tipo de resposta em relação aos que eu estou citando aqui. Cito só um nome, porque existem outros envolvidos também, com a mesma...

Eu não estou defendendo aqui juridicamente, e a Juíza Selma não precisa de advogado não, ouviu, Senador Izalci? Eu estou defendendo aqui a igualdade, a igualdade para todos, porque, se o cara é réu confesso, admitiu ter aceitado e a própria PGR não sabe nem o que está acontecendo, onde está? Por que ele não é julgado? Por que não já foi encaminhado em sete horas? Por que agora só com a Senadora? Eu estou esperando ser o próximo. Sinceramente, estou esperando. Na verdade, já fui o próximo muitas vezes, Senador Girão. Para o senhor que não me conhece como policial, já levei muita cadeia por fazer a coisa certa, por prender major, prender coronel que estava dirigindo bêbado... Levei cadeia, fui injustiçado, mas eu já estou com o coro grosso.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Agora, só para falar das sete horas, só para as pessoas entenderem em casa.

Não são só as laudas, 30 laudas, o que seja, não. Tinha que ter tempo para analisar todo o processo, que é um calhamaço. Então, que loucura é essa de fazer em sete horas? O pessoal perdeu a noção. "Não, vamos condenar essa mulher."

Mas eu acredito na Justiça, Senador Styvenson. Será terça-feira, Senador Izalci. O julgamento dela será terça-feira agora, para cassar o mandato de uma Senadora da República eleita pelo povo, por voto direto, desbancando caciques da velha política do Estado dela. Ela foi lá e ganhou. Combateu a corrupção a vida inteira. Ela mal chegou aqui e já querem tirá-la. Gente,



por favor! Mas eu acredito nos Ministros do TSE. Que Deus lhes dê sabedoria, discernimento, bom senso...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Espero que estejam lendo todo o processo.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... e vejam que...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Não em sete horas.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Parece-me realmente algo muito estranho. Mas vai dar tudo certo, em nome de Jesus.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Senador Izalci, obrigado pela paciência, por tudo, mas o que eu trouxe aqui é só um pedido de tratamento de igualdade. Citei isso na fala do Senador Confúcio, Senador Paim, no momento em que ele disse que nosso País, como República, reporta ou importa muitas coisas que vêm de fora, e eu citei aqui a igualdade, que vem da França, vem dos Estados Unidos, que têm todo esse tratamento.

A polícia americana, a Justiça americana é diferente porque não deixa a impunidade acontecer. Uma coisa é certa: lá, a impunidade não acontece. A gente poderia importar isso deles, né? Se a gente quer importar tanta legislação, Senador Girão, com tanto neologismo, ou com neoconstituição, por que não trazemos pelo menos essa para cá?

Então, o que eu quis trazer aqui foi só o pedido de tratamento da Justiça de forma igual. Se a Juíza Selma está passando por isso, por que os outros ainda não passaram? Só isso que eu quis dizer.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Paim, eu quero comunicar... Eu sei que V. Exa. está inscrito para uma comunicação inadiável...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu faço o registro daqui bem rapidamente, se V. Exa. assim entender.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Fique à vontade.

É só para dizer para o Senador Girão que eu também vou falar pela Liderança, em comunicação inadiável, porque há um assunto de que não falei e precisava ainda... Como ontem a internet do Senado praticamente não funcionou... Eu faço uma *live* toda quinta-feira, às 19h, mas caía toda hora. Então, eu tenho que falar sobre um assunto para esclarecer a questão da segurança pública aqui, no Distrito Federal.

Com a palavra, então, o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para comunicação inadiável.) – Presidente, agradeço a V. Exa.

Senador Girão, é só um registro de dois minutos de uma notícia que eu entendo importante e que me chegou agora: "Consultoria do Senado questiona a legalidade do programa Verde e Amarelo".

Diz que parecer dos técnicos afirma que a taxação do seguro desemprego fere a Lei de Responsabilidade Fiscal e a emenda do teto de gastos. Diz ainda que parecer da Consultoria também avaliou como inconstitucional o Governo isentar de contribuições que incidam sobre a folha de pagamento para a previdência.

Depois diz mais. Eu estou resumindo aqui, porque eu só grifei, Sr. Presidente, o documento.

Os consultores também questionam a legalidade de isenção de recolhimento...

(Soa a campainha.)



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... do Salário-Educação, que tem destinação constitucional para custeio da educação básica também prevista na MP.

Por fim, outro ponto da MP tratado no parecer é a taxaço do seguro-desemprego proposta pelo Governo como fonte para bancar o novo programa. Segundo os consultores do Senado, essa cobrança fere ao mesmo tempo a Lei de Responsabilidade Fiscal e a emenda do teto de gastos.

A Consultoria ainda levanta dúbidas sobre outros pontos, como o fim da multa de 10% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço paga pelo setor empresarial em caso de demissão sem justa causa e a permissão para o trabalho aos domingos.

Finalmente, as empresas hoje pagam 50% da multa, segundo os consultores, e esse dado naturalmente eu conheço, nas demissões, e 40% fica com o trabalhador, 10% para os cofres da União, que repassa os recursos para a administração do fundo. Para a Consultoria do Senado, esse ponto não poderia ser tratado em medida provisória, mas, sim, por projeto de lei.

Por fim, em relação aos trabalhos aos domingos, que nós por unanimidade aqui votamos que da forma que estava não dava, a MP repete. O parecer aponta que o tema já foi tratado e rejeitado no Congresso, na chamada MP da liberdade econômica. A legislação veda que o Governo edite nova medida provisória para tratar do mesmo tema.

Segundo informação que me chega, essa foi a orientação da Consultoria, que vai ser encaminhada ao Presidente do Senado, que provavelmente – é claro que a decisão não é minha, é do Presidente da Casa – poderá devolver a medida. E que esses temas venham por projeto de lei e sejam debatidos aqui no Congresso. Eu espero, como foi uma reunião que o movimento social, sindical teve com o Presidente da Casa, o pedido foi este, para que essa MP fosse devolvida, a MP 905, do chamado Programa Verde Amarelo. Pelo parecer da Consultoria, provavelmente, é o que o Presidente da Casa deverá fazer, mas claro que a decisão é dele. Eu apenas estou comentando o fato.

Obrigado, Senador Girão, pela tolerância de sempre. Obrigado, Senador Izalci. Ao mesmo tempo, Senador Girão, agradeço a V. Exa. o acordo que firmamos juntos para limparmos a pauta da CDH, e aqueles projetos que eu assumo junto com V. Exa. nós decidimos deixar para o ano que vem, e vamos votar tudo aquilo que é consenso, que é bom para as políticas humanitárias. Obrigado a V. Exa.

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muito bem, Senador Paulo Paim. Parabéns pela produtividade da CDH, parabéns a toda a equipe que faz parte dessa Comissão tão importante desta Casa!

Senador Izalci Lucas, eu tenho a alegria de passar a palavra para o seu pronunciamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.) – Eu já quero pedir aqui ao Senador Paim para colocar todos os projetos meus lá, que acho que é consenso, inclusive em que V. Exa. é o Relator, para colocar na pauta, para a gente votar com o acordo da questão que, equivocadamente, colocaram conselho tutelar, mas é um projeto muito simples...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A nossa intenção é votar tudo na quarta-feira.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.



O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Por votação, inclusive, simbólica, e, se houver algum que tiver obstáculo, a gente na hora também analisa e retira e deixa para um outro momento. O seu, eu sei que não é. Na minha avaliação, de minha parte, não há nenhum problema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Sr. Presidente, eu vou precisar usar o tempo de Liderança e também de comunicação inadiável, porque é um tema que vai levar um pouco mais... Mas o tema que eu quero falar hoje aqui é sobre a questão de segurança pública.

Eu acompanho já a política de segurança pública aqui já há alguns anos. Desde o meu primeiro mandato, que foi em 2003, como Deputado Distrital, eu acompanho, e achei, inclusive, interessante no PL 1.645, que é das Forças Armadas, a incorporação da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, porque você tem uma política nacional, uma sinalização nacional com relação aos militares. Exatamente foi um pedido de todos os comandantes, para não ficar à mercê do Governador de plantão, e cada Governador, em determinados momentos, privilegia determinadas categorias dentro da segurança pública.

Então, nós tivemos aqui no DF, inclusive, um grande período, onde todos sabem da preferência do Governador na época pela Polícia Civil; depois num outro momento, um outro Governador com preferência para Polícia Militar e Bombeiros; e isso causa, de fato, uma certa intranquilidade, uma divisão. E, para a segurança pública, todos os entes, todas as corporações, todas as instituições são de suma importância. Têm que ter integração, têm que ter união, têm que ter compartilhamento de informações para a coisa funcionar.

Então, tenho feito tudo para que isso ocorra de uma forma bastante tranquila, em que não haja realmente nem privilégio para um, nem para outro, ou que não haja perseguição de um para outro. E isto vem ocorrendo: realmente nós estamos vivendo um clima de guerra aqui no Distrito Federal, exatamente por falta de transparência, falta de diálogo. E o que que ocorreu? Isso é muito importante, porque, como já vai fazer agora dez meses e existem assuntos aqui de dez anos, todos precisam entender bem.

Sr. Presidente, a Polícia Civil do Distrito Federal nasceu de uma lei que é a mesma lei da Polícia Federal. Quando foi implantada a Polícia Civil aqui no DF, os servidores, os policiais podiam fazer opção: "Você quer ir para a Polícia Civil ou quer ficar na Polícia Federal?". Era opção do agente, do delegado. Então, sempre, desde o início, a Polícia Civil recebeu, exatamente por ser a mesma lei, a paridade salarial. É o mesmo salário, o salário do policial federal era o mesmo salário do policial civil, desde a criação da Capital.

Nos anos 2009, o que ocorreu? Antes, quando o Governador, na época, foi dar um aumento para a Polícia Militar e Bombeiros, a Presidenta Dilma disse: "Não faça isso, porque eu não tenho condições, neste momento, de dar um aumento para a Polícia Federal". Aí o Governador sustou o pagamento, não deu o aumento, e imediatamente a Presidente Dilma deu aumento para a Polícia Federal, na sequência. E, aqui, o Governador não deu. Aí ficou essa disparidade. Então, vai completar agora dez anos a grande reivindicação, com muita justiça, dessa paridade.

Isso foi motivo de campanha e de promessa de campanha de todos os candidatos, em todas as campanhas. Especificamente na campanha passada, eu participei, o Governador assumiu o compromisso da campanha de dar realmente essa paridade e, ao mesmo tempo, também prometeu o aumento para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros.

Ainda no mês de fevereiro, ou seja, no segundo mês do mandato, o Governador encaminhou para o Ministério da Economia um ofício, diferentemente de tudo o que se fazia antes. Qual é o



procedimento correto dos últimos anos de todos os Governadores? Primeiro, o Fundo Constitucional do Distrito Federal diz assim: compete ao Governo Federal organizar e manter a segurança pública do Distrito Federal. Então, tudo o que se faz aqui deve ser em consonância com o Governo Federal. Não dá para tomar medidas isoladas, porque o fundo é constitucional, e a gestão, a manutenção é do Governo Federal.

Simplesmente veio um ofício do Ministério da Economia falando do aumento de 37,5%, que é o índice de reajuste necessário para a paridade com a Polícia Federal, mas não veio, evidentemente, junto o que sempre mandaram... Primeiro, não era para a Economia, era para a Casa Civil. Sempre qualquer medida aqui do Distrito Federal relacionada com segurança pública deve vir com uma mensagem, deve vir com uma justificativa e deve vir com uma proposta, normalmente uma minuta de medida provisória. Então, o Governo não fez isso. Simplesmente mandou um ofício para o Ministério da Economia.

É óbvio que – eu também tenho o compromisso de fazer a defesa aqui da segurança pública aqui no Senado Federal –, como eu sou da Comissão Mista de Orçamento, e a Polícia Civil assim como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros têm aqui uma assessoria brilhante, competente, experiente, quando o Governador sinalizou, mandando um ofício para o Ministério da Economia, em que avisava que pretendia dar os 37,5% prometidos na campanha, o que nós fizemos aqui? Ora, se o Governador encaminhou, ele queria dar o aumento.

Então, nós viabilizamos. Eu, como membro da CMO, conversei com o Relator, que é um Deputado, inclusive, do Novo, e pedi a ele: "Olha, existe essa proposta do GDF, nós precisamos aqui modificar a LDO e fazer um projeto de lei complementar, um PLN, um projeto de lei do Congresso, aumentando, colocando no orçamento recurso para isso no Fundo Constitucional". Fizemos isso. Nós aprovamos, na Comissão Mista de Orçamento, exatamente isto: a mudança na LDO e os valores compatíveis para dar o aumento de 37,5% para a Polícia Civil. Feito isso, estaríamos preparados, então, para receber a mensagem e a medida provisória.

Acontece que o Governo Federal, de uma forma até correta, disse assim: "Olha, não vamos encaminhar nada para o Congresso sem antes aprovar a reforma da previdência". Então, desde março, essa questão da Polícia Civil está pendente, aguardando a votação da reforma da previdência. Aprovamos a previdência há mais de um mês. É óbvio que a Polícia Civil está aguardando esse aumento.

Mas, concomitantemente, exatamente nessa perspectiva de que segurança pública se faz com todas as forças, eu não tinha percebido nenhuma sinalização ou conversa sobre essa equiparação ou sobre aumento da Polícia Militar e Bombeiros. Então, Presidente, chamamos a Bancada do DF, conversamos com os Deputados, com os Senadores, chamamos todas as associações, os técnicos da segurança pública, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e fizemos todo o estudo do impacto do reajuste, do impacto do aumento do Fundo Constitucional, todas as condições. E preparamos exatamente isto: uma justificativa, uma minuta de uma medida provisória e uma mensagem a ser encaminhada para o Governo Federal. Entreguei uma cópia para o Governador, entreguei uma cópia para o Presidente Bolsonaro exatamente com todo esse estudo.

Questionado pelo Presidente do Sinpol, que é do Sindicato da Polícia Civil, o Presidente disse: "Não vou encaminhar nada para o Congresso de forma isolada. Eu só mando se tiver aumento para a Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, juntos". E isso causou evidentemente uma frustração dessa expectativa da Polícia Civil.

Mas quero deixar claro que o meu compromisso com a Polícia Civil, da mesma forma que estou fazendo com a Polícia Militar e Bombeiros, eu fiz lá em março e abril... Então, tudo que



dependia de nós, aqui no Senado, foi viabilizado. Só depende agora do encaminhamento para esta Casa o aumento da Polícia Civil. Da Polícia Militar e Bombeiros fizemos todo o estudo e encaminhamos também para o Presidente e para o Governador.

Esperávamos, inclusive, que essa mensagem viesse já, rapidamente. Mas, aí sim, a minuta que foi encaminhada... Aliás, não foi nem encaminhada. Foi feito um evento no Palácio do Buriti. Convidaram alguns Parlamentares, convidaram, inclusive, o Ministro Jorge, do Planalto, para comparecer à cerimônia, e lançaram lá, naquele momento, uma medida provisória, uma minuta. Quando li aquela mensagem, aquela medida, totalmente incompatível, alguns erros, vi que gerava perda salarial significativa. Em vez de haver um aumento salarial, haveria uma redução significativa desse aumento, o que causou estranheza evidentemente e uma revolta grande de parte da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Eu fiquei muito preocupado, porque o momento é difícil aqui nesta Casa, mas eu tenho certeza de que os Senadores todos – e também lá na Câmara – vão ficar sensibilizados. Primeiro, porque essa questão da Polícia Civil é uma dívida de dez anos que todos já acompanham. No caso nosso aqui, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros sempre foram primeiro e segundo lugar em termos de remuneração, mas hoje são o 17º salário.

Então, ontem mesmo, eu me reuni – já me reuni várias vezes – com o Ministro Jorge; depois, na sequência, até discutindo o PL 1.645 das Forças Armadas com o General Ramos e toda a equipe econômica; depois estive até com o Presidente Bolsonaro, porque nós precisamos votar a reforma das Forças Armadas. Então, eu vi que está sendo feito todo um esforço para que aconteça rapidamente isso, para encaminhar, então, a medida provisória antes do recesso. Nós não podemos e nem queremos e esperamos que não aconteça nenhuma questão burocrática ou econômica que possa travar esse encaminhamento. Nós esperamos que antes ainda do recesso seja editada essa medida provisória restabelecendo a paridade com a Polícia Federal. Foi o próprio Governador que encaminhou o ofício; então, nós viabilizamos isso.

Agora estamos ajustando. Espero que hoje a gente conclua essa redação, lá no Palácio do Buriti, porque o Palácio do Planalto está aguardando isso. Estive ontem lá e me disseram: "Olha, Izalci, estamos aguardando os ajustes que ficaram de fazer para que a gente possa encaminhar." Então, no Planalto eu estava preocupado de termos algum problema, mas não tem problema. A questão agora é receber do Palácio do Buriti, realmente, a proposta da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, da forma que combinamos, da forma que foi prometida, inclusive, na campanha.

Então, o que peço aqui aos nossos membros da Segurança Pública é que tenhamos um diálogo, que a gente faça tudo na paz, que a gente possa ter união. Acho que ninguém quer prejudicar ninguém; muito pelo contrário, cada um tem uma reivindicação. Acho que a Polícia Civil, hoje, vai receber essa paridade, que é de justiça – há dez anos eles aguardam isso. Evidentemente, vamos trabalhar da mesma forma para que os militares da Polícia Militar e dos Bombeiros também tenham as suas reivindicações atendidas. Que a gente possa, realmente, ter uma Segurança Pública em paz, trabalhando em prol da sociedade. Essas divisões e esses questionamentos acabam dividindo e prejudicando o cidadão que, realmente, espera proteção, segurança. A gente só vai conseguir isso com compartilhamento de informações, com tecnologia, com integração das forças, com legislação e com um ambiente saudável para que a gente possa, realmente, atender nossa população, que está aflita. V. Exa. sabe o que significa, hoje, a segurança pública no Brasil. Então, a gente não pode brincar com segurança pública.

Esse é o apelo que eu faço, então, para que as corporações e a Polícia Civil possam se entenderem, diminuir a tensão nas redes sociais, as ameaças nas conversas, para que o Secretário de



Segurança Pública, o Secretário de Fazenda e o próprio Governador possam agilizar o processo e encaminhar rapidamente ao Palácio do Planalto, para que a gente possa receber aqui no Congresso a medida provisória dessa reivindicação justa, de anos e anos, que estão aguardando.

Então, falei isso ontem nas redes sociais. A Internet estava caindo toda hora, não sei por que, o Facebook e o Instragram; então, resolvi esclarecer um pouco melhor para que, tanto a Polícia Civil quanto a Militar e os Bombeiros, entendam o que está acontecendo e para que saibam que nós, aqui, estamos, como prometemos, defendendo os interesses da Segurança Pública do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE. Para apartear.) – É impressionante, Senador Izalci Lucas, como V. Exa. é incansável nesse trabalho de articulação junto com as categorias. Já estive no seu gabinete e vi como o senhor procura fazer a boa política, mediar, tentar buscar. São impressionantes as causas que o senhor abraça para o Distrito Federal. Vejo que o senhor é um Senador muito atuante, muito trabalhador. Quero dar-lhe parabéns!

Sobre esse assunto específico, que é digno, que é justo, a gente sabe que o Brasil passa por uma situação delicadíssima. Há uma situação fiscal, que o senhor conhece muito mais do que eu e sobre a qual já falou aqui algumas vezes. É uma situação para a qual muita gente está dando o seu sacrifício.

Agora, essas pessoas que colocam a vida em risco para manter a ordem da sociedade e nos defender, precisam ser, cada vez mais, valorizadas. Os policiais militares e policiais civis, no meu Estado do Ceará, também estão passando por uma situação muito delicada.

Eu vou dar um exemplo do Estado de Minas Gerais. O senhor é de onde?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sou mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – É mineiro.

No Estado de Minas Gerais, o Governador que assumiu há pouco tempo, Zema, com toda a situação de penúria do Estado – é um Estado que está numa situação extremamente delicada –, conseguiu valorizar esse trabalho fundamental para a sociedade que é o dos policiais militares. Houve um aumento, se eu não me engano, nesse mês anterior.

No Estado do Ceará, despencou o índice da violência nos últimos meses. Eu coloco isso muito na conta também do Ministro Sergio Moro, do Governo Federal, que fez uma ação quando estavam sem controle os presídios do Estado do Ceará, e eu faço uma ressalva também ao novo Secretário de Administração Penitenciária Mauro Albuquerque, que passou aqui pelo Distrito Federal, foi para o Rio Grande do Norte e hoje está no Ceará, com um trabalho firme para colocar ordem nos presídios. Mas, infelizmente, o Estado do Ceará ainda não reconheceu o trabalho da Polícia Militar. Estão lá sem reajuste há muitos anos e precisando de uma atenção especial.

Então, eu queria me somar a V. Exa. e reiterar a necessidade de valorizarmos e reconhecermos esse trabalho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Senador Girão, se V. Exa. me der mais um tempinho...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE. Fala da Presidência.) – Claro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... eu queria aproveitar a oportunidade.

Ontem, na Comissão de Relações Exteriores, a expectativa era votar o Projeto 1.645 das Forças Armadas, e houve vista coletiva. Eu apresentei duas emendas, exatamente porque existem algumas críticas e algumas distorções que levantei. Então, teve vista, depois vista coletiva. Eu sei



que há expectativa do Governo e também das Forças Armadas. Eles achavam até que seria terminativo na Comissão, mas virá para o Plenário.

E aí eu quero dizer para as associações, para os temporários, para aqueles militares que estão na reserva o seguinte: acompanhei a questão das Forças Armadas durante anos e anos como Deputado. Senador Girão, V. Exa. sabe que os militares não podem ter sindicato, não podem fazer greve, não podem ter mobilização, não podem fazer nada e, tradicionalmente, quem conhece o Brasil sabe que as conquistas salariais dos últimos anos se devem muito às mobilizações, às greves, às paralisações. Como eles não podem fazer, ficaram totalmente defasados. Se V. Exa. vir o salário dos policiais das Forças Armadas, V. Exa. vai verificar que eles perderam muito poder aquisitivo nos últimos anos.

Eu era membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, junto inclusive com o Presidente Bolsonaro, criamos lá uma subcomissão para tratar especificamente sobre a questão das perdas salariais e de outros assuntos de interesse dos policiais que não tinham voz para reivindicar. E há algumas coisas, algumas dívidas que nós trabalhamos. Até ontem cobrei, inclusive. Tive uma reunião ontem com o Gen. Ramos, com todo o pessoal da Economia, com o Ministério da Justiça, havia vários atores, porque evidentemente me chamaram, exatamente pela questão do projeto a que foi concedida vista coletiva, e, aí, eu fui fazer um relato do que aconteceu nos últimos anos.

Pergunto a V. Exa., que talvez não tenha acompanhado: sabe quanto é o salário família nas Forças Armadas: R\$0,16! Não paga a tinta do contracheque. Eu disse ontem: ou acaba com esse negócio, ou coloca um valor compatível, ou de acordo com os servidores, ou sei lá, mas um valor que não tenha... Parece até brincadeira, não é? R\$0,16.

Até 1993 – e eu conheço muitas pessoas das Forças Armadas –, o militar que tinha uma dificuldade financeira... V. Exa. sabe que, de dois em dois anos, eles viajam, são transferidos, são obrigados a se deslocarem de um lugar para outro. Até 1993, se você tinha uma dificuldade financeira, você mesmo pedia: "Eu quero ir lá para o Amazonas, para Manaus", porque eles recebem uma ajuda financeira para o transporte. E isso valia à pena, porque dava para fazer um jeito de economizar, de modo que sobrava uma grana boa. Desde aquela época, esse valor não tem reajuste. Hoje, apesar de ser obrigatório, eles pagam do próprio bolso para viajar.

Então, são demandas como essa... Outra questão, que é uma questão de justiça: todos nós, celetistas, servidores, enfim todos que entraram na Justiça para receber os planos econômicos... E V. Exa. se lembra: no caso da URP, plano na época do Sarney, Funaro, Collor, aqueles planos todos, todos que entraram na Justiça receberam. Nas Forças Armadas – e V. Exa. sabe que a hierarquia e a disciplina são fundamentais nas Forças Armadas: –, o Comando disse: "Olha, apesar de terem direito, não entrem na Justiça". Aqueles que foram para a Justiça receberam 26%, quase 28% – receberam. A AGU, que responde pela União, criou uma jurisprudência: não recorria mais, porque não adiantava, já estava consolidado na Justiça. Então, todos que entraram – e foram poucos – receberam.

Então, essa era uma reivindicação pela qual eu venho lutando há anos, porque o Exército Brasileiro, as Forças Armadas de um modo geral, deveriam reconhecer que, pelo fato de eles não terem entrado na Justiça por terem atendido um pedido – e não digo nem pedido, mas uma ordem, vamos dizer – do Comando Geral... E hoje já está prescrito; não adianta entrar mais. Mas seria uma questão de justiça que o Governo Federal reconsiderasse e pagasse isso a eles ainda que fosse em forma de precatórios ou em dez anos, etc. Mas há uma dívida imensa com as Forças Armadas.



E eu não tenho nenhuma dúvida de que muitos pagaram o preço da revolução de 64, apesar de a maioria dos militares hoje nem terem participado disso. Mas eu me lembro claramente de que, ainda no Governo Fernando Henrique, em 2001, quando veio a medida provisória, que não foi votada até hoje, que retirou vários benefícios das Forças Armadas, como um posto acima, a própria previdência dos dependentes... Houve uma reforma previdenciária em 2001 com eles e veio essa defasagem de lá para cá.

Então, a gente vem lutando com relação a isso. O Celso Amorim, no Raul Jungmann, depois, enfim, todos os Ministros da Defesa receberam as nossas demandas e, ontem, falei com o Presidente: "Presidente, olha, V. Exa. lembra da luta que fizemos". É lógico que não dá para consertar tudo da noite para o dia. O Presidente Bolsonaro sabe que ele foi eleito com votos de todos os militares, não diria, mas é quase unanimidade.

Então, nós precisamos, nós temos uma dívida com todos os militares das Forças Armadas. Agora, o que não foi correto, mas era o momento em que fizeram, porque é o seguinte: precisava, sim, haver uma reestruturação da carreira, e foi feita a reestruturação, muito bem feita, que não é aumento salarial, é uma reestruturação da carreira, criando incentivos para que os militares fossem galgando, aos poucos, a sua missão, porque, é óbvio, quem entra nas Forças Armadas e vai ficar lá trinta, trinta e tantos anos, tem que ter um comportamento, tem que ter um plano de carreira.

Os temporários, como eu... Eu fui R2; se eu quisesse, eu ficaria até capitão – se eu quisesse –, mas eu sabia que, quando chegasse a capitão eu tinha que ir embora. Poderia ir até para a Polícia Militar como até coronel, eu poderia ter feito isso, mas eu já sabia que, por ser temporário, o nome está dizendo, depois do tempo, acabou. Você não leva nada, não tem direito nenhum.

Então, eu preferi, evidentemente, cuidar da minha vida e buscar uma alternativa. Mas nós não podemos misturar as coisas. Agora, o plano de carreira ficou perfeito. Só que coincidiu com a reforma da previdência. Aí, embutiram na regularização, no realinhamento, na recomposição, no plano de carreira, embutiram a questão da aposentadoria, a que chamam defesa social. E aí houve essa distorção, não pode perder isso, não pode perder aquilo, 10 bilhões têm que sobrar, etc. Mas disse ontem: "Olha, não dá para votar com essas questões. Existem várias questões que nós temos que modificar".

Então, me comprometi. O Gen. Ramos, o próprio Presidente. "Izalci, olha, vamos... Não adianta você me cobrar, por mais que eu também defendi tudo isso, eu não consigo fazer isso da noite para o dia. Temos que ajustar um pouco a economia. Vamos fazer o seguinte: vamos ajustar aqui o que é possível e vamos fazer isso por decreto, o Gen. Ramos assumiu e vai dizer isso aqui na terça-feira, algumas coisas vão ser feitas por decreto, outras coisas nós vamos acompanhar para corrigir essas distorções de anos e anos".

Então, vamos trabalhar para votar o projeto na terça-feira, evidentemente, já com o compromisso do Governo de buscar corrigir algumas coisas via decreto, ou, depois, lá na frente, um projeto de lei. Eu sei que as Forças Armadas precisam e terão, com certeza, pela fala que o Presidente ontem me disse, e o próprio Gen. Ramos, na medida em que a coisa melhorar, também serão corrigidas todas essas distorções aí desses anos e anos, desde 2001, em que as Forças Armadas sofreram, realmente, essa discriminação e essa, até, perseguição, como eu digo sempre isso.

Então, é só para esclarecer também. Todo mundo está aflito, porque há anos e anos estão aguardando, desde 2001, estão aguardando essa questão da recomposição do quadro com o plano de carreira.



Então, a gente vai votar e espero que a gente vá ter o apoio aqui de todos para votar e virá, então, um decreto, corrigindo algumas coisas e, ao mesmo tempo, sinalizando que nós vamos continuar acompanhando, passo a passo. Na medida em que der para ir corrigindo essas distorções, essas injustiças, essas defasagens, nós vamos estar cobrando aí do Governo Federal.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muito obrigado, nobre Senador Izalci Lucas.

Só lhe peço que, se possível, da próxima vez não me chame de V. Exa. (*Risos.*)

Você falou V. Exa. 17 vezes. Eu sei que é por respeito, mas...

Agora vou fazer meu pronunciamento.

(O Sr. Eduardo Girão, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Com a palavra, então, V. Exa., Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discursar.) – Chame-me de você, se possível, Senador Izalci. A gente se sente mais... Eu sei que é algo que já está na Casa há décadas, essa forma de um chamar o outro, mas eu acho que a gente precisa se aproximar cada vez mais da população. Houve um Ministro do Supremo Tribunal Federal que repreendeu – repreendeu! – uma advogada durante uma sessão do Supremo Tribunal Federal, acho que numa sessão da Segunda Turma, uma coisa assim, porque ela chamou o Ministro de "senhor".

Gente, onde é que nós estamos? Pelo amor de Deus! Nós somos seres humanos, com imperfeições, com limitações... A vida é passageira, o que a gente leva dela é a amizade, o bem, o perdão, o amor. Ninguém é melhor do que ninguém – ninguém é melhor do que ninguém. Hoje nós estamos Senadores – nós não somos Senadores –, mas amanhã, em outro momento... Eu sou espírita e acredito muito na vida após a morte, na reencarnação. Depois, a gente pode passar por uma experiência de estar na rua, de estar ralando aí, em alguma comunidade, tentando ganhar o pão de cada dia, sem educação, que, muitas vezes, nós tiramos aqui das pessoas, pela falta de sensibilidade, porque a gente vive numa redoma aqui, no Congresso Nacional, aqui, em Brasília. Então, muitas vezes a gente acaba se achando muita coisa, e a gente não é nada. Chega uma doença, leva... O sangue que corre na minha veia é o mesmo que corre na veia de 200 milhões. Nós apenas estamos aqui procurando evoluir a cada dia, e a gente só evolui realmente com muita humildade.

Então, eu fico feliz por estar subindo a esta tribuna mais uma vez, Senador Izalci, com muita gratidão a Deus por esta oportunidade, por ter saúde, por ter um lugar para dormir, por ter conforto, enquanto milhões de pessoas aqui, no Brasil, não têm, por ter tido a oportunidade de estudar nos melhores colégios, por ter tido a oportunidade de viajar para vários países, por ter tido a oportunidade de nunca ter faltado nada na minha casa.

E hoje eu tenho essa bênção de poder de alguma forma, nesses oito anos de mandato, se Deus permitir, poder colaborar para melhorar a vida dos meus irmãos brasileiros que sofrem muito, mas sofrem. A gente anda pelas ruas; eu sei que o senhor também gosta muito de ir às cidades satélites. Eu ando pelo Estado do Ceará inteiro, nas ruas de Fortaleza, converso com as pessoas, para a gente sentir a humanidade cada vez mais. Eu fico assim: "Poxa, que povo heroico é esse povo do Brasil". Que povo digno, que, com tantas mazelas que muitas vezes os governos provocam, que nós do Parlamento provocamos, travando a vida, burocratizando tudo, aplicando



mal o dinheiro público, uma gestão incompetente, uma gestão muitas vezes que visa o poder pelo poder, ficar aqui no poder...

Essa falta de desapego leva a população ao descrédito, realmente, com as suas instituições. E ela é que está de parabéns. Ela é que está de parabéns, por conseguir, um dia após o outro, viver ali, ter criatividade para sair de situações, um transporte ruim, com saúde péssima, com educação ruim. Mas tenha fé, porque tudo passa. E a gente está muito próximo. Eu acredito muito que Deus tem um plano para este País maravilhoso, de fraternidade, de progresso, de ordem. Tudo isso por que a gente passou, por que a gente está passando, inclusive, algumas reversões de expectativa, vem para nos fortalecer, vem para nos trazer algum aprendizado.

Mas este País é riquíssimo, este País é fantástico, porque o povo... Não é só por causa da natureza exuberante, das praias, das serras, do Sertão, não. É o povo que é acolhedor, um povo que respeita as religiões, que convive bem, que é fraterno, que tem solidariedade.

Ai se não fossem as igrejas, Senador Izalci, se não fossem as igrejas deste País. Elas chegam aonde o Governo não chega, ela tira as pessoas da rua, drogados, tira as pessoas que estão mendigando, fazem um trabalho social incrível as igrejas do Brasil, todas, seja católica, seja evangélica, seja centro espírita, mas é um trabalho de caridade que me dá muita esperança neste País, o futuro que nós vamos ter para os nossos filhos e netos.

Não vamos perder a fé, não. Pelo contrário, o Brasil está evoluindo. Pega cinco anos atrás, quando nenhum empresário, nenhum político corrupto de colarinho branco era preso neste País.

Eram só os pobres presos, só negros. Não, hoje em dia existe um movimento, graças a instituições que têm que ser fortalecidas, que têm que ser valorizadas, como a Polícia Federal, o Ministério Público, a Receita Federal. E eu sou muito otimista com o destino de nossa Nação. Vamos ter um pouco mais de paciência. Está tendo muita renovação tanto aqui quanto no Congresso Nacional, nos Estados, nos Municípios. Ano que vem tem eleição.

Participe das eleições, seja candidato! Você que gosta de política, você que está nos assistindo e nos ouvindo agora, Senador Izalci, essas pessoas que estão às 13h em ponto, 1h da tarde, que estão assistindo e ouvindo a TV e Rádio Senado, é porque gostam de política, rapaz, é porque se interessam pelo seu País. Ei, vai lá, candidate-se, procure influenciar!

O Senador Izalci sabe, a minha eleição foi um milagre no Estado do Ceará. Nós concorremos com o Presidente do Senado Federal. Eu nunca fui candidato nem a síndico de prédio. Do outro lado estava o Governo Federal, do outro lado estava o Governo estadual, as máquinas públicas, prefeitura, dinheiro. Nós conseguimos nos eleger com uma aliança com o povo. Éramos dois partidos contra 24 partidos unidos. Eu estou aqui por um verdadeiro milagre. As pessoas de boa vontade se juntaram pelo "zap", chegaram e nós vencemos a eleição do Presidente do Senado Federal.

Senador Izalci, a gente não tem que duvidar, não. Eu vou dizer uma coisa para o senhor, ainda bem que o senhor está sentado – eu sei que o senhor é um homem de fé, eu sei que o senhor é um homem de fé, eu sei disso –, eu tenho plena convicção de que da mesma forma que Jesus multiplicou os pães e os peixes, ele multiplica também os votos, e digo isso, porque as pessoas de boa vontade são movimentadas. E pode vir o poder econômico que for, quando chega a hora, chega a hora. Quando chega a hora, chega a hora.

Você não tem que temer, não, faça a sua parte, coloque o seu nome. Se você tem boa vontade em querer ajudar as pessoas, se você quer ajudar a sua cidade, o seu Município, o seu bairro, se você tem... Você vai passar por provas. Você vai passar por provas, principalmente quando chegar no poder, porque se for do plano de Deus que você chega, você vai chegar. Agora, tem que



se lançar. Agora, há um detalhe: depois você vai passar por provas para continuar o poder pelo poder, às vezes, pelo benefício que você tenha, pelo orgulho, pela vaidade, mas o caminho é o caminho da porta estreita. O caminho que leva à salvação, à redenção é o caminho do desapego de fazer o bem desinteressadamente com relação à eleição que vai haver. "Ah não, mas eu vou fazer isso aqui porque eu vou conseguir votos ali." Olha, isso, Deus não aprova. Deus aprova o coração desinteressado em fazer o bem e a ajudar. Aí as coisas se multiplicam.

Eu vou fazer um pronunciamento. Agora, vou que começar, mas vou continuar no meu tempo, oito minutos.

Com muita honra, com muita alegria, eu venho fazer este pronunciamento sobre a Associação Peter Pan, que cuida de crianças com câncer no Estado do Ceará e é uma referência no combate ao câncer infantil. Ela concorreu com centenas de instituições de todo o Brasil e foi eleita, a Associação Peter Pan, a melhor ONG do País do ano de 2019.

Em sua terceira edição, o prêmio Melhores ONGs é fornecido pelo Instituto Doar, pela Agência O Mundo que Queremos e pela Rede Filantropia, em parceria com a Fundação Toyota, com a Fundação Lemann, com o Instituto Humanize e com a FGV (Fundação Getúlio Vargas). Olhem a seriedade desse prêmio Melhores ONGs. Esse prêmio existe com a finalidade de ajudar os brasileiros a identificarem quais entidades são as mais confiáveis, servindo como porta de entrada para o doador em potencial.

A Associação Peter Pan tem como missão elevar o índice de cura e melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes portadores de câncer e também de seus familiares.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca), o câncer infantojuvenil representa a primeira causa de morte por doença entre 1 e 19 anos de idade, sendo as Regiões Norte e Nordeste as mais sofridas. Atualmente, em torno de 80% de crianças e adolescentes acometidos pela doença podem ser curados se diagnosticados precocemente e tratados em centros especializados. No ano de 2019, foram atendidas 2.560 crianças.

Eu estou vendo crianças aqui na galeria, Senador Izalci. E ficamos felizes em ver os pais e outros visitantes chegarem aqui no Senado Federal para conhecer a Casa, para conhecer como funciona. A gente fica honrado, feliz. Cada vez mais, nós estamos tendo visitas aqui. Isso mostra o interesse do povo brasileiro por política, o que falei há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Daqui a pouco, às 14h, haverá a sessão do Jovem Senador, com a participação de todos os alunos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – E nós estaremos aqui. Exatamente, daqui a pouquinho.

A Instituição Peter Pan atendeu 2.560 crianças e adolescentes não apenas do Ceará, mas de parte do Nordeste e de todo o Norte do Brasil, cuidando de crianças com câncer.

A alegria com que transmito essa boa notícia da conquista desse prêmio pela Associação Peter Pan, como a melhor ONG do Brasil, é múltipla. Primeiro, porque esse belíssimo trabalho da associação é realizado em Fortaleza, no meu querido Ceará. Em segundo lugar, porque tive a oportunidade de conhecer bem de perto essa instituição que funciona há 23 anos, graças à abnegação de trabalhadores, voluntários, como a minha querida amiga e irmã Olga Freire, Presidente da Associação Peter Pan.

Os olhos dela brilham intensamente quando está trabalhando com sua equipe. Seu coração pulsa forte quando assiste à evolução no tratamento de cada paciente, de cada criança, de cada adolescente atendido na Associação Peter Pan. Ela sorri toda vez que recebe alguém para visitar a unidade hospitalar de quatro andares, com arquitetura humanizada, composta por 95 leitos, sendo



sete de UTI, doze consultórios médicos, três consultórios de psicologia, dois de serviço social, ambulatório de nutrição e espaço de adolescentes. Mas torna-se muito austera quando se trata de controlar as finanças da Associação Peter Pan, inibindo desperdícios e valorizando cada real investido. É um *case*, é um *case*, não apenas no Ceará, mas no Brasil a Associação Peter Pan.

Inclusive, falei para ela, Senador Izalci: "Vamos levar esse protótipo, vamos levar essa expertise de 23 anos para as regiões do Estado do Ceará, regiões que podem ser multiplicadas, que atendem vários Municípios". Eu disse: "Eu te ajudo. As emendas parlamentares são para isso". Vamos levar, vamos interiorizar, porque a gente vê muitos pais, mãezinhas com crianças, lá do interior longínquo, que vêm para a capital, Fortaleza, e ficam lá. Eles têm uma casa que recebe essas pessoas, em que os pais dormem lá e esperam, mas ficar longe do resto da família não é legal. Quanto mais próximo do Município, melhor. Eu falo para ela, eu quero fazer esse apelo, porque aí a gente pode colaborar mais ainda se puder levar para o interior esse belíssimo trabalho da Associação Peter Pan.

Ela fica muito feliz, a Olga, ao ver que, em seus 23 anos de existência, essa associação foi reconhecida como uma instituição limpa. Mas ela também fica muito triste, Senador Izalci – eu já tive oportunidade de presenciar, até nos depoimentos –, quando algum paciente parte para o mundo espiritual. A equipe cria um vínculo muito forte. São muitos voluntários também e não apenas funcionários. A Associação Peter Pan funciona vizinha ao Hospital Albert Sabin do Estado do Ceará. E quando se perde uma criança, e perde, vai para os braços de Deus, fica aquele sentimento de que eu poderia ter feito mais alguma coisa. Aí vem aquilo de que o Estado poderia não ter deixado faltar. E muitas vezes, infelizmente, o Estado do Ceará deixou faltar medicamentos simples para essas crianças. E ali não pode ter... Ali já é uma luta muito grande para os pais, já é um sofrimento muito grande para quem passa por isso. E ainda falta algo que poderia prolongar ou até curar a criança, o adolescente. É muito difícil!

Os resultados alcançados pela Peter Pan me encham, me encham, de esperança no futuro do meu País. Existe um caminho luminoso que pode ser trilhado pelos Governos, em todas as esferas, ao firmarem parcerias com organizações responsáveis como a Associação Peter Pan, uma ONG transparente e eficiente da sociedade civil. A luz se erradia porque tais instituições conseguem potencializar, através do voluntariado, uma ferramenta poderosa formada pelo amor aliado a uma gestão empreendedora e transparente. Tal ferramenta permitiu a transformação da história do câncer infantil no Ceará.

Parabéns a todos os que contribuem para a existência desse grande ponto de luz que é a Peter Pan!

Por falar em ponto de luz, queria terminar com uma mensagem que, para mim – e tenho certeza de que para Olga também, pois ela é uma pessoa muito espiritualizada.... Um dos patronos da Associação Peter Pan é um grande médico e político, um dos responsáveis pela abolição da escravidão no Brasil, o chamado médico dos pobres, que já partiu para o mundo espiritual, mas atua pelo bem das pessoas, Dr. Bezerra de Menezes. É nosso conterrâneo, Zezinho, o Dr. Bezerra de Menezes. Então, há uma psicografia do Dr. Bezerra de Menezes que eu queria ler aqui rapidamente, psicografia de Divaldo Pereira Franco, o grande médium brasileiro, da obra *Compromissos Iluminativos*. Ele fala sobre a infância, e tem tudo a ver com a Peter Pan.

A infância é o sorriso da existência no horizonte da vida. Representa esperança que o pessimismo não pode modificar. É mensagem de amor para o cansaço no refúgio do desencantamento, a fulgir no sacrário da oportunidade nova.



É experiência em começo que nos compete orientar e conduzir. É luz a agigantar-se aguardando o azeite do nosso desvelo. [Sim, isso é infância.] É sinfonia em preparação... nota solitária que o Músico Divino utilizará na sucessão dos dias para a grande mensagem ao mundo conturbado.

Atendamos o infante oferecendo, à manhã da vida, a promessa de um futuro seguro.

Nem a energia é improdutiva; nem o caminho é pernicioso; nem a assistência socorrista prejudicial às fontes do valor pessoal; nem a negligência em nome da confiança no Pai de todos; nem a vigilância que deprime; nem o arsenal de descuidos em respeito falso ao futuro homem...

Mas, acima de tudo, comedimento de atitudes com manancial farto de recursos pessoais e exemplos fecundos, porquanto as bases do futuro encontram-se na criança de hoje, tanto quanto o fruto do porvir dormita na flor perfumada de agora.

Cuidemos do infante, oferecendo carinho fraterno dos nossos recursos, confiados de que um dia seremos convidados a oferecer ao Pai Misericordioso o resultado de nossa atuação junto àquele, cuja guarda esteve aos cuidados do nosso coração.

Deus abençoe o final de semana de todos, muita paz, ame seu filho, abrace seu filho, oriente seu filho, abrace sua esposa, sua namorada, manifeste seu carinho pelo amigo, pela sua amiga, visite a casa da sua avó, reúna a família. A família é a base de tudo.

Eu queria encerrar, citando uma questão, Senador Izalci, de *O Livro dos Espíritos*, que muito me inspira, de Allan Kardec, ele questionou o seguinte, a questão 642 de *O Livro dos Espíritos* – olha que pergunta simples e objetiva –: "Basta não fazer o mal para ser agradável a Deus [...]?". Sabe qual é a resposta? Não, devemos fazer o bem no limite das nossas forças, porque seremos responsáveis por todo o mal decorrente do bem que nós podíamos ter feito e não fizemos.

Fica a reflexão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabéns, V. Exa.

Não havendo mais aqui oradores inscritos – lembrando que, daqui a pouco, nós teremos a sessão do Jovem Senador –, declaro, então, encerrada esta sessão.

(*Levanta-se a sessão às 13 horas e 19 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 234ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Discurso encaminhado à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PR - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Instalação da Mina Guaíba.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, movimentos sociais, partidos políticos, ambientalistas e população em geral estão mobilizados contra a instalação, entre os municípios gaúchos de Charqueadas e Eldorado do Sul, numa distância de 16 quilômetros de Porto Alegre, da maior mina de carvão a céu aberto do Brasil, a chamada Mina Guaíba.

A empresa (Copelmi), que está à frente do projeto, ignora o fator humano e social envolvido, e alega apenas o desenvolvimento econômico e a geração de emprego.

No mês de junho, a comunidade local em parceria com movimentos sociais, realizaram assembleia popular para debater os impactos da extração mineral e socioeconômicos.

Cerca de 300 pessoas participaram, entre assentados da reforma agrária, pescadores, agricultores, estudantes, ambientalistas, quilombolas, ciganos, trabalhadores e trabalhadoras urbanos das regiões do Delta do Jacuí e Grande Porto Alegre.

O projeto prevê a extração de 166 milhões de toneladas de carvão a partir de 2023, numa área de 4 mil hectares, com milhões de toneladas de resíduos 422 milhões de metros cúbicos de areia e 200 milhões de metros cúbicos de cascalho, que contem altos teores de Sílica, Enxofre, Alumínio, Ferro.

Reitero que os impactos sociais e ambientais serão enormes, uma vez que ela colocará em risco uma das maiores produções de arroz orgânico da América Latina, feita pelo assentamento agroecológico Apolônio de Carvalho, assim como atingirá as mais de 100 famílias do condomínio Guaíba City, que terão que deixar suas casas.

Haverá rebaixamento em dezenas de metros de terra e consequentemente contaminação do lençol freático, dos mananciais afluente do rio Guaíba, afetando toda a bacia hidrográfica, responsável pelo abastecimento de água de mais 4 milhões de pessoas que serão afetados pela poluição e pela contaminação...

No lugar da produção de comida saudável teremos uma imensa mina poluidora com pouquíssimos postos de trabalho e quase nada de pagamento de impostos.

A bióloga Naieti Bagro da Silva, integrante do Amigos do Meio Ambiente, aponta que a mineradora está tentando trazer uma visão errônea de que não vai haver impacto no meio ambiente, de que existe uma melhoria para o Estado e uma qualificação nisso, mas sabemos claramente que isso não existe. É um absurdo que um Estado como o Rio Grande do Sul, que tem tecnologia, que tem um estado riquíssimo em ciência, com ótimas faculdades, com um sistema agrário e uma plantação orgânica já bem estabelecida e reconhecida, tiraremos isso para colocar uma extração de carvão muito pobre, um carvão de baixa qualidade. E o mais principal, segundo ela, ao lado do nosso afluente mais limpo que é o rio Jacuí.

Segundo o professor Caio dos Santos, pesquisador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (Furg), as empresas responsáveis por essas minerações tendem sempre a minorar os impactos, usando sempre o discurso de uma alta tecnologia como solução para qualquer impacto, o que na prática não acontece.

Abre aspas, “temos percebido que na indústria de mineração eles usam, se possível, a pior tecnologia, como é o caso das barragens de Brumadinho e Mariana...”

Tendem também, ao se falar dos impactos, a reduzir a população a ser atingida pelo projeto, como por exemplo em São José do Norte, onde os pescadores ficam de fora dos impactos da mineração como se isso não fosse afetar a vida deles”, fecha aspas.



Eu faço os seguintes questionamentos: como ficarão as famílias desalojadas que produzem alimentos saudáveis? Como ficará o meio ambiente? Como ficará à saúde da população?

Há 166 projetos de mineradoras no estado, entre eles, nas cidades São José do Norte, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Guaíba.

Está circulando no Rio Grande do Sul um manifesto contra a instalação da Mina Guaíba. Parte dele diz o seguinte ...

Abre aspas, “sabemos que a situação do Brasil é calamitante, na qual os nossos direitos não estão resguardados, as riquezas naturais são saqueadas e o meio ambiente sofre com a exploração predatória, que visam somente ao lucro das multinacionais.

Os projetos de mineração previstos para o Rio Grande do Sul não possuem qualquer compromisso com a população e suas necessidades.

Por isso, resistimos a essa grave ameaça às nossas vidas, cidades e meio ambiente. Por um país soberano e sério, contra o saque dos nossos minérios”, fecha aspas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PR - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Relatório do assessor legislativo Leandro Lemos. Viagem SC. Convite da CNI.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero registrar aqui, que, a convite da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o assessor legislativo do meu gabinete, Leandro Lemos, esteve em Florianópolis, estado de Santa Catarina, e, em Palhoça, na região metropolitana.

A CNI mantém o programa “conhecendo a indústria”, com objetivo de apresentar o sistema de unidades fabris, bem como os processos e rotinas do “chão de fábrica” aos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo.

Proporcionar aos participantes, direta ou indiretamente da formulação das políticas públicas relacionadas a indústria, a vivência da realidade e dos projetos desenvolvimento dos projetos da indústria nacional.

O programa foi criado em 2014, tendo sido realizada a primeira edição no Estado de Minas Gerais. Desde então, dentre outros, já foram realizadas visitas às indústrias do Rio Grande do Sul, Bahia e Alagoas.

A trigésima oitava edição foi realizada em Santa Catarina. Estiveram presentes, membros da equipe da CNI de SP, DF e SC, representantes dos gabinetes dos Senadores Paulo Paim, Styvenson Valentim, Espiridião Amin e Jorginho Mello, do deputado Orlando Silva, FUNDACENTRO, representantes de ministérios e outros. O deputado federal JHC acompanhou as visitas. O senador Espiridião Amin participou de algumas atividades.

As visitas ocorreram nos dias 31 de outubro de 01 de novembro.

No primeiro dia, na parte da manhã, a comitiva esteve no Centro de Inovação SESI e o Observatório da Indústria da FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina).

O Centro de Inovação SESI em Tecnologias para Saúde (CIS Tecnologias para Saúde), criado em 2016, em Florianópolis, tem como objetivo desenvolver tecnologias inovadoras e customizadas que contribuam para a melhoria da saúde e segurança dos trabalhadores e ambientes de trabalho, redução de custos e crescimento de produtividade da indústria.



O Centro oferece serviços de pesquisa, desenvolvimento e inovação, além de consultorias e capacitações em tecnologias para saúde. Possui também soluções tecnológicas como serviço (SaaS).

O primeiro projeto em desenvolvimento apresentado foi o satélite VISION, com investimento de 20 milhões de reais, exclusivamente privado, oriundos de empresas obrigadas a investir em P&D (pesquisa e desenvolvimento).

O satélite que será o primeiro projetado integralmente pela indústria nacional está previsto para ser lançado em setembro/outubro de 2020, na Índia, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais- INPE.

O satélite será equipado com uma câmera de alta resolução espacial capaz de coletar imagens com qualidades radiométrica e geométrica, fatores fundamentais para aplicações agrícolas e de proteção do meio ambiente.

O segundo projeto apresentado, foi o sistema inteligente de monitoramento de barragens de minérios, desenvolvido pelo Instituto Senai de Inovação em Sistemas Embarcados em parceria com a empresa Dona Francisca Energética.

Motivados pelos seguidos desastres ambientais, o objetivo é a criação de um sistema mais eficiente para o monitoramento de barragens, para substituir o processo manual que hoje é realizado...

O equipamento automatiza o gerenciamento da operação e manutenção de barragens, o que torna o processo mais confiável, facilitando a tomada de decisões.

O sistema está previsto para ser instalado em fase de teste na Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, em Agudo, no Rio Grande do Sul.

Ainda no Centro de Inovação SESI, foi realizada a visita ao LABFABER...

O laboratório está em fase final de criação de uma linha de montagem inteligente que possibilite a criação e desenvolvimento de protótipos em baixa escala...

O que permitirá a criação e teste de novos produtos que não são produzidos ainda em grande escala, para, posteriormente, serem replicados pela indústria.

Na visita à FIESC, antes da apresentação do observatório da indústria, o diretor institucional e jurídico, José Carlos Kurtz, fez uma apresentação sobre a indústria do Estado de Santa Catarina apresentando números e enaltecendo o parque industrial, equilíbrio e a distribuição em todo o Estado.

Ao final da visita, foi apresentado o Observatório da indústria, área da FIESC voltada ao planejamento e desenvolvimento estratégico da indústria do Estado.

Responsável por monitorar os principais fatores que afetam a competitividade industrial no Estado de Santa Catarina, o Observatório analisa o desempenho econômico e as tendências tecnológicas dos setores estratégicos, fornecendo informações para a tomada de decisões estratégicas, tanto na esfera estadual quanto regional.

Uma das iniciativas do Observatório é o Portal Setorial da FIESC, onde é possível encontrar todas as informações que um empresário precisa saber antes de tomar qualquer decisão relacionada à empresa.

A comitiva esteve no Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas-Fundação CERTI. Criada em 1986, busca prestar suporte a Empreendimentos de Base Tecnológica, que são aqueles que gerem, adaptem ou apliquem intensivamente conhecimentos científicos e técnicos avançados e inovadores em seus produtos ou serviços nas seguintes áreas: -



Instrumentação – Telecomunicações – Automação – Eletrônica – Mecaoptoeletrônica – Microeletrônica - Informática (Incluindo hardware e software) - Mecânica de Precisão.

Após palestra, em que foi apresentada a história da incubadora e cases de sucesso, a comitiva visitou algumas startups. Dentre elas, a Brasil Rad Física Médica, empresa que busca inovar na qualidade em física médica e proteção radiológica.

Startup Neoway... Empresa que oferece serviços de análise de mercado a partir de informações realizadas em Big Data e inteligência artificial. Foi realizada demonstração de cruzamento de dados a partir do banco de dados.

Sr. Presidente, no segundo e último dia, os convidados foram ao município de Palhoça, na região metropolitana de Florianópolis, para visitar a Olsen. Empresa de propriedade, Cesar Olsen, descendente de noruegueses. Torneiro mecânico, formado no SENAI. A empresa produz todos os equipamentos necessários para montagem de um consultório odontológico.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PR - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Carta do petroquímico Saul José Pereira, Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de registrar aqui, uma carta que recebi do senhor Saul José Pereira, do Rio Grande do Sul. Ele é petroquímico. Ele fala sobre suas preocupações com o momento atual do país. É um texto sincero que expõe a realidade da nossa gente.

“Estou aflito senador Paim com as coisas que estão acontecendo, tanto em relação a perda de direitos trabalhistas, quanto ao que eu chamo de golpe de misericórdia nos trabalhadores, que é esta Reforma da Previdência, também passando por projetos que pretendem alterar as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalho que são fundamentais para garantir um mínimo de segurança em um país como o nosso que, atualmente, ocupa uma posição nada confortável de quarto lugar entre o número de acidentados no trabalho.

Senador Paim. Façamos uma analogia ao nosso Trensurb (Metro) saindo de sua estação inicial Novo Hamburgo, completamente lotado de passageiros, e em seu deslocamento por todas as estações de todas as cidades: Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia, Esteio, Canoas e, finalmente, Porto Alegre.

Nenhum dos passageiros podendo descer, pois terão de descer apenas no terminal final do centro de Porto Alegre...

Pergunto ao senhor, o que irá ocorrer com todos os passageiros que estão nas estações respectivas e precisam ingressar no trem?

O que eu quero dizer com isto é o seguinte: se atualmente temos grandes problemas na geração de empregos, pois o fluxo entre quem está saindo do trem e quem está entrando não está fechando adequadamente, como podemos aumentar o tempo de permanência de trabalhadores dentro do trem (Mercado de Trabalho), se precisamos urgentemente gerar novos empregos?

Além disso, como podemos comparar o trabalho de um vendedor de pipocas (profissão muito digna e que tenho todo o respeito) com um mineiro que está a muitos metros abaixo da terra em sua atividade, ou um petroleiro que está há vários dias em uma plataforma?

Os produtos químicos extremamente tóxicos como Benzeno, Tolueno, Xileno e outros, inclusive radioativos, agora com a Reforma da Previdência, deixarão de fazer mal aos trabalhadores?



Será que essas pessoas que estão aí em Brasília dentro de gabinetes com ar condicionado sabem o que é trabalhar em regime alternado de turno, passando noites e noites em claro? Acho que não, ...

Gostaria muito de ver um parlamentar, que fala com tanta propriedade sobre aposentadoria especial, subir em um helicóptero e se encorajar a ficar em uma plataforma, mas não apenas por alguns minutos, ficar todo um ciclo de 21 dias com os colegas que lá trabalham e, após chegar no Congresso Nacional, falar sobre como é simples e fácil as atividades especiais.

Em verdade falam porque não conhecem ou não fazem a menor questão de conhecer cada atividade especial, antes de subir em uma tribuna para falar fatos sem conhecimento de causa e, o que é pior, apertar um botão para retirar direitos que levaram muitos anos para serem reconhecidos, e hoje o INSS rejeita muitas vezes pois quer fazer vistas grossas à verdade e à realidade dos fatos aos quais um trabalhador está exposto.

Senador Paim ...

Falo não apenas em nome de minha categoria petroquímica, mas também em nome de professores, mineiros, vigilantes, enfermeiros, pessoas que trabalham com radiologia.

As classes especiais precisam de um olhar diferenciado. São especiais não por serem especiais, mas, pela gravidade dos perigos envolvidos nestas atividades.

Em nome do maior patrimônio que tenho em minha vida, que é meu filho de 9 anos, que poderá ter seu futuro comprometido, porque hoje tenho 22 anos de atividade especial, ou seja, faltariam 3 anos para minha aposentadoria, que graças a estas pessoas sem piedade, vai ficar apenas no sonho.

E isto poderá fazer com que em breve eu e muitos colegas, ao avançar da idade, sejam dispensados por minha empresa que não tem nenhuma obrigação em manter um funcionário até o período de sua aposentadoria.

O governo apenas supõe que as empresas vão manter pessoas “velhas” no mercado de trabalho. Sim o governo apenas supõe.

Muito obrigado e um grande abraço.

Assinado. Saul José Pereira – Petroquímico – Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Era o que tinha a dizer.



Mensagem do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 86, DE 2019

(nº 615/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CRE



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 615

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.

Os méritos do senhor Nestor José Forster Junior que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2019.



EM nº 00322/2019 MRE

Brasília, 20 de Novembro de 2019

Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, **caput**, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



00001.008178/2019-15

OFÍCIO Nº 394 /2019/SG/PR

Brasília, 26 de novembro de 2019.


A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome Senhor NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Atenciosamente,


JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008178/2019-15

Palácio do Planalto- 4º andar - Sala:402 - Telefone: 61-3411-3899

Página 4 de 46

Parte integrante do Avulso da MSF nº 86 de 2019.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESTADOS UNIDOS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Setembro de 2019



ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
APRESENTAÇÃO DO PAÍS.....	4
PERFIL BIOGRÁFICO DO PRESIDENTE DONALD TRUMP	5
I – INFORMAÇÕES SOBRE O PAÍS	6
POLÍTICA INTERNA.....	6
POLÍTICA EXTERNA.....	8
ECONOMIA.....	10
II - RELAÇÕES BILATERAIS.....	12
INTRODUÇÃO: NOVO MOMENTO DAS RELAÇÕES.....	12
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	15
TEMAS SELECIONADOS DA RELAÇÃO BILATERAL.....	16
INGRESSO DO BRASIL NA OCDE.....	16
ACORDO DE SALVAGUARDAS TECNOLÓGICAS.....	17
ALIADO PRIORITÁRIO EXTRA-OTAN	17
ACORDO ABRANGENTE DE COMÉRCIO.....	18
FÓRUM DE ALTOS EXECUTIVOS (CEO FORUM)	19
DIÁLOGO COMERCIAL.....	20
FÓRUM DE ENERGIA.....	20
COMISSÃO DE RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS (ATEC).....	21
GLOBAL ENTRY	21
FÓRUM PERMANENTE DE SEGURANÇA.....	22
FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES COM IMPACTO SOBRE BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA.....	23
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO NO CAMPO DA INFRAESTRUTURA.....	23
III - CRONOLOGIA HISTÓRICA DOS EUA	25
IV - CRONOLOGIA DA RELAÇÃO BILATERAL.....	28
V - ACORDOS BILATERAIS.....	32
VI - TABELAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS	34



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estados Unidos da América
GENTÍLICO	Norte-americano ou estadunidense
CAPITAL	Washington, DC
ÁREA	9.631.418 km²
POPULAÇÃO (est 2018, junho)	327,167 milhões (US Census Bureau)
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (52%), católicos (24%), mórmons (2%), judeus (2%), muçulmanos (1%), outras (19%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral. A Câmara de Representantes (<i>House of Representatives</i>) é composta por 435 membros, eleitos para mandatos de 2 anos, e o Senado (<i>Senate</i>), por 100 membros (2 por estado), para mandatos de 6 anos.
CHEFE DE ESTADO	Donald John Trump (desde 20 de janeiro de 2017)
CHANCELER	Mike Pompeo (desde 26 de abril de 2018)
PIB NOMINAL (Bureau of Economic Analysis, estimativa anualizada para o terceiro trimestre de 2018)	USD 20,66 trilhões (maior PIB nominal do mundo)
PIB PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP)	USD 20,66 trilhões (2º maior PIB PPP do mundo)
PIB PER CAPITA (FMI, est 2018)	USD 65,06 mil
PIB PPP PER CAPITA (FMI, est 2019)	USD 65,06 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	1,8% (est. 2020); 2,5% (est 2019); 3% (2018); 2,9% (2017); 1,5% (2016); 2,9% (2015); 2,6% (2014); 1,7% (2013); 2,1% (2012);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018, PNUD)	0,93 (13ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	79,5 anos (PNUD, relatório de 2018)
ALFABETIZAÇÃO	Informação oficial não disponível
ÍNDICE DE DESEMPREGO	3,9% (abril de 2018 - US Bureau of Labor Statistics)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar norte-americano (USD)
EMBAIXADOR EM WASHINGTON	Em processo de designação (Encarregado de negócios: Nestor José Forster Junior)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Em processo de designação (Encarregado de Negócios: William Popp)
BRASILEIROS NO PAÍS	Mais de 1,6 milhão, segundo estimativas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (em USD milhões F.O.B) - Fonte: MDIC

Brasil - EUA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Intercâmbio	46.351,6	59.774,5	59.063,5	60.671,9	62.046,10	50.551,29	46.958,90	51.719,22	57.741,86
Exportações	19.307,2	25.804,6	26.700,8	24.653,5	27.027,77	24.079,94	23.156,30	26.872,63	28.774,09
Importações	27.044,3	33.970,0	32.362,6	36.018,4	35.018,33	26.471,34	23.802,60	24.846,59	28.967,77
Saldo	-7.737,0	-8.165,3	-5.661,8	-11.365,0	-7.990,43	-2.391,40	-646,30	+2.026,04	-193,68



APRESENTAÇÃO DO PAÍS

Os Estados Unidos da América são uma república constitucional federal composta por 50 estados e um distrito federal. A maior parte do país situa-se na América do Norte. Com 9,83 milhões de km² de área e população de cerca de 326,6 milhões de habitantes, o país é o quarto maior em área total, o quinto maior em área contígua e o terceiro em população.

Fundado por treze colônias do Império Britânico localizadas em sua costa atlântica, o país declarou independência em 4 de julho de 1776 e teve sua atual Constituição aprovada em 1787, pela Convenção de Filadélfia. A Carta dos Direitos, composta por dez emendas constitucionais que garantem vários direitos civis e liberdades fundamentais, foi ratificada em 1791.

No século XIX, sob a doutrina do destino manifesto, os Estados Unidos promoveram importante expansão territorial na América do Norte. Entre 1861 e 1865, os conflitos entre o sul agrário e o norte industrializado levaram à Guerra de Secessão. A vitória do Norte impediu a separação do país, assegurou o fim da escravidão e contribuiu para que, já no final do século XIX, a economia norte-americana se tornasse a maior do mundo. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial confirmaram a condição do país como potência militar.

Os Estados Unidos são uma das nações mais etnicamente diversas do mundo. Sua geografia e clima também são diversificados, com desertos, planícies, florestas e montanhas que abrigam grande variedade de espécies. Maior economia mundial, alimentada pela abundância de recursos naturais, por infraestrutura bem desenvolvida e pela alta produtividade, os Estados Unidos respondem por cerca de 39% dos gastos militares do planeta e são também uma grande potência nos planos político e cultural.



PERFIL BIOGRÁFICO DO PRESIDENTE DONALD TRUMP

Presidente dos Estados Unidos da América



Donald John Trump - empresário, investidor e personalidade da mídia norte-americana - nasceu em 14 de junho de 1946, em Nova York.

Depois de dois anos de estudo na Universidade Fordham, em Nova York, graduou-se, em 1968, no curso de economia da *Wharton School of Finance*, da Universidade da Pensilvânia. Após completar seus estudos, ingressou na empresa nova-iorquina do ramo imobiliário fundada por seu pai, a *Elizabeth Trump & Son*.

Em 1971, assumiu o comando da companhia paterna e mudou seu nome para *The Trump Organization*. No início da carreira, manteve foco na construção de arranha-céus, hotéis, cassinos e campos de golfe. Ao longo do tempo, expandiu seus negócios para outros setores e países: licenciamento da marca Trump para a comercialização de produtos e edifícios; venda de livros; promoção de concursos de beleza e produção de programas de televisão. O *reality show* da NBC *The Apprentice* (O Aprendiz) reforçou a sua fama.

Casou-se, pela terceira vez, em janeiro de 2005, com a modelo eslovena Melania Knauss. Tem cinco filhos: Donald Trump Jr, Ivanka Trump, Eric Trump, Tiffany Trump e Barron Trump.

Em 19 de julho de 2016, Trump foi confirmado como o candidato do Partido Republicano para a eleição presidencial nos Estados Unidos, vencendo prestigiosos nomes do establishment do Partido Republicano, como Jeb Bush, Marco Rubio e Ted Cruz, entre outros.

Derrotou, nas eleições de 8 de novembro de 2016, a candidata democrata, Hillary Clinton, ex-primeira-dama, ex-senadora por Nova York e ex-secretária de Estado do governo Obama, tornando-se, assim, o 45º presidente dos Estados Unidos, em 20 de janeiro de 2017.



I – INFORMAÇÕES SOBRE O PAÍS

POLÍTICA INTERNA

O poder legislativo nos EUA é composto por duas Casas: a Câmara de Representantes e o Senado. A Câmara de Representantes é composta de 435 deputados que exercem mandato de dois anos. Cada deputado representa um distrito eleitoral que deve conter, em média, a mesma população (em torno de 710 mil habitantes). Esses distritos são redesenhados a cada 10 anos para refletir o novo censo populacional. A Califórnia, Estado mais populoso, possui 53 distritos eleitorais que elegem cada qual um representante. Alguns Estados com população muito pequena elegem apenas um deputado (como Alaska e Delaware). Cada um dos 50 Estados estadunidenses elege dois senadores, ou seja, total de 100, que exercem mandato de seis anos.

Donald Trump elegeu-se presidente dos Estados Unidos em novembro de 2016, tendo tomado posse em janeiro do ano seguinte. O Presidente Trump logrou a nomeação de dois juízes conservadores para a Suprema Corte, a aprovação de reforma tributária, a revisão parcial do plano de saúde criado pelo Presidente Obama (“Obamacare”), o reforço do orçamento das Forças Armadas e a intensificação de políticas migratórias. O tema da construção de muro na fronteira com o México segue no centro da agenda política.

Nas eleições legislativas de meio de mandato (novembro de 2018), o Partido Republicano ampliou em dois assentos sua maioria no Senado, com 53 assentos para os republicanos e 47 para os democratas, mas perdeu o controle da Câmara para o Partido Democrata (235-200). Não devem ser afetadas, no entanto, pautas de competência exclusiva do Senado, como a confirmação de juízes para os tribunais superiores.

Em meados de fevereiro último, o Senado e a Câmara aprovaram os termos de acordo bipartidário em relação ao orçamento do governo federal, o qual previa a liberação de USD 1,375 bilhão para a construção de quase 90 km de novas barreiras na fronteira com o México.

Posteriormente, o Presidente Trump declarou estado de emergência nacional na fronteira com o México para financiar a construção do muro. Não obstante, em 14/3, o Senado aprovou, por 59 votos a 41, resolução para anular a declaração presidencial. Após a votação, o Presidente Trump utilizou o instituto do veto pela primeira vez em seu mandato. O desfecho do caso, portanto, dependerá do Judiciário, onde a medida é questionada por associações de



direitos civis e por procuradores-gerais de 16 estados norte-americanos.

Após requisição da presidência da Comissão de Assuntos Judiciários da Câmara de Representantes, em 18/4, foi divulgado integralmente o relatório do procurador especial Robert Mueller, sobre alegado conluio entre membros da campanha presidencial de Donald Trump e agentes russos. O texto mantém aberta a possibilidade de investigações legislativas sobre obstrução de justiça por parte do presidente, mas não houve uma conclusão de que a campanha do Presidente ou ele próprio tivessem se envolvido no alegado conluio. O governo buscou reforçar a tese de que o relatório exonera o presidente de ter cometido qualquer infração.

Segundo a empresa Gallup, em outubro, a avaliação favorável do presidente foi de 39% dos entrevistados. O nível de aprovação do presidente mantém-se semelhante ao de meses anteriores (que oscilou entre 39% e 44% desde julho). Já o Rasmussen Reports, muito citado pelo presidente, indicou uma aprovação de Trump da ordem de 46% em outubro (dois pontos abaixo dos 48% registrados em setembro pelo mesmo instituto de pesquisas).

Já teve início a preparação para as eleições presidenciais de 2020. De acordo com 117 pesquisas eleitorais agregadas pelo site “RealClearPolitics” desde o início de 2019, Joe Biden lidera as pesquisas de intenção de votos no campo democrata, com média de 270%, seguido por Elizabeth Warren, com 20,3%, Bernie Sanders, com 18,8%, Pete Buttigieg, com 8,3% e Kamala Harris, com 4,8%. No dia 15 de novembro, ocorreu no estado de Ohio – importante “swing state” –, o quarto debate televisionado das primárias do Partido Democrata. A divisão entre as alas “progressista” e “pragmática” do partido acentuou-se com a ascensão de Elizabeth Warren e com o relativo declínio de Joe Biden.

No dia 24 de setembro, a “speaker” da Câmara dos Deputados, Nancy Pelosi, anunciou apoio a inquérito formal de “impeachment” contra o presidente Donald Trump. O anúncio ocorreu na esteira de denúncias de que o presidente Trump teria pressionado, em ligação telefônica realizada em 25 de julho, o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, a investigar o pré-candidato à presidência do Partido Democrata, Joe Biden, e seu filho, Hunter Biden, por alegada corrupção. Hunter Biden trabalhou para uma empresa ucraniana de energia no período em que Biden foi responsável pela coordenação da política externa norte-americana para a Ucrânia.

O movimento de Pelosi respondeu ao crescente apoio público de democratas da ala moderada do partido ao “impeachment”. Pelosi afirmou que a conversa do presidente Trump com o mandatário ucraniano “violava a constituição” e que



a recusa do envio ao Congresso de documentação de inteligência relacionada à conversa "violava a lei". As reações à transcrição refletem a polarização que marca a política norte-americana. Os republicanos têm buscado mostrar união em torno do presidente. O presidente do Comitê de Assuntos Judiciários do Senado, Lindsay Graham (R-SC), afirmou que "to impeach a president over a phone call like that would be insane" e que não haveria "nada inapropriado" na conversa. Classificou o fato de Biden ter pressionado, quando era vice-presidente, o governo ucraniano a demitir seu procurador-geral como "conflito de interesse", uma vez que, segundo as alegações, o procurador estaria investigando a empresa para a qual trabalhava Hunter Biden.

No dia 31 de outubro, a Câmara de Deputados aprovou (em votação de 232 a 196) o início de fase pública de sessões relacionadas a investigação relativas a processo de impeachment do presidente Trump. A decisão permite aos integrantes da Câmara promoverem entrevistas em que podem ser apresentadas informações públicas. No Senado, o Partido Republicano mantém maioria e a aprovação de impeachment exigiria, naquela casa, votos de 2/3 dos senadores. Os republicanos insistem que o processo constitui uma perda de energia e simples tática dos democratas para buscarem aumentar sua popularidade, sem que haja nada de mais concreto que possa ser considerado um ato punível com o impeachment.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do governo do presidente Donald Trump tem sido marcada pelo conceito "America First" e pela intensa defesa do que se identificam como interesses dos Estados Unidos. A atual visão de mundo dos EUA prioriza a "competição entre potências", não só com a China – de que é exemplo a "guerra comercial" objeto de negociações ora em curso –, mas também com a Rússia. Há crescente preocupação norte-americana com a presença na América Latina daqueles atores extrarregionais, por razões econômicas e geopolíticas.

A ênfase no tratamento bilateral da agenda internacional é um dos traços distintivos da política externa do governo Trump. Verifica-se abordagem mais transacional com parceiros tradicionais (UE, Canadá) na busca de concessões e vantagens. A administração Trump tem recorrido com frequência a ações como o uso crescente de sanções (reimposição de sanções secundárias contra o Irã e sanções diversas a membros do regime de Nicolás Maduro) e medidas de defesa comercial (sobretaxas sobre aço e alumínio, por alegadas



razões de “segurança nacional”).

O governo Trump tem sido, em geral, crítico às principais organizações internacionais (ONU, OMC), que, a seu ver, não estariam cumprindo parte dos objetivos para os quais foram concebidas. Tem-se mostrado disposto, também, a revisar e/ou abandonar acordos multilaterais e regionais, como foram os casos do TPP, o NAFTA, o Acordo de Paris e o acordo nuclear com o Irã, conhecido pela sigla em inglês JCPOA. Tem buscado, ainda, o reequilíbrio de responsabilidades e custos com aliados (Coreia do Sul, OTAN) e, mais recentemente, o redimensionamento de sua presença militar externa, como na Síria e no Afeganistão.

Com relação à América Latina, a política externa do governo Trump tem sido caracterizada, basicamente, pelo tripé “imigração, segurança e prosperidade econômica”. Os EUA têm dado atenção crescente ao hemisfério, ante o agravamento da crise na Venezuela, sobretudo a partir de janeiro último, quando do reconhecimento, por dezenas de países (inclusive o Brasil e os EUA), do presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, como legítimo presidente interino encarregado daquele país até a realização de novas eleições. Os governos de Venezuela, Nicarágua e Cuba foram descritos publicamente, em mais de uma ocasião, pelo ex-conselheiro de segurança nacional da Casa Branca, John Bolton, como “troika da tirania”. No dia 14 de novembro, o governo norte-americano formalizou o reconhecimento da senadora Jeanine Áñez como presidente interina da Bolívia.

A já citada disputa geoeconômica entre EUA e China continua a concentrar a atenção dos principais agentes econômicos da economia mundial. Após o encontro dos presidentes Trump e Xi Jinping, em Osaka (junho), delegação de negociadores dos EUA reuniu-se com o lado chinês, no final de julho, a fim de identificar possíveis pontos de entendimento. No dia 1º de agosto, um dia após conclusão da primeira rodada de negociações comerciais com a China, classificadas como “construtivas” pelo governo, Trump anunciou aplicação de nova tarifa de 10% sobre USD 300 bilhões em produtos chineses. No entanto, no final de setembro, autoridades norte-americanas indicaram disposição para retomar as negociações a fim de encontrar soluções duradouras para o desequilíbrio comercial.

Analistas econômicos avaliam que processo de descolamento econômico entre os EUA e a China (“decoupling”) pode ter impactos sobre a economia global mais significativos e duradouros do que eventuais acordos setoriais entre os governos no curto prazo. A consultora Gavekal/Dragonomics registra mudança na avaliação de empresários nos EUA e na China sobre as



possibilidades de médio prazo dos investimentos e da cooperação bilateral. Por exemplo, o fluxo de investimento da China aos EUA, em 2017, foi de USD 29 bilhões; em 2018, caiu para USD 5 bilhões.

ECONOMIA

De acordo com o “Bureau of Economic Analysis”, o PIB dos EUA cresceu 1,9% no 3º trimestre de 2019, em comparação ao mesmo período em 2018. O crescimento do PIB no 2º trimestre de 2019 havia sido de 2,1%. O atual período de expansão já é o maior registrado na história dos EUA. No entanto, a economia continua a dar sinais de desaceleração do crescimento.

Os dados macroeconômicos para setembro registram taxa de desemprego de 3,5%, índice considerado por alguns analistas como de “pleno emprego”. A inflação mostra-se estável, em patamar semelhante ao de meses anteriores, em 2,2% (indicador “personal consumption expenditures”). Esses elementos contribuíram, ao lado da avaliação sobre riscos de instabilidade na economia mundial, à decisão do Fed, anunciada em 3 de outubro, de realizar o terceiro corte consecutivo da taxa de juros (de -0,25 ponto percentual), para faixa de 1,5% a 1,75% ao ano.

Na conjuntura atual de desaceleração do crescimento econômico, a trajetória de expansão da dívida pública gera preocupação entre analistas, uma vez que o déficit continua a aumentar, apesar do aumento da arrecadação (fruto do crescimento econômico) e da baixa taxa de desemprego (o que desonera programas sociais). Ainda sobre a política fiscal dos EUA, a proposta de orçamento tabulada pelo Executivo para 2019-2020 projeta déficit de aproximadamente US\$ 1 trilhão por ano, nos próximos quatro anos, sem a perspectiva de superávits fiscais pelos próximos 15 anos, mesmo levando em consideração uma expectativa de crescimento do PIB de 4% ao ano.

Sobre a balança comercial, observa-se que a crescente demanda – pelo lado do consumo e dos gastos governamentais – impulsionam a expansão das importações. De janeiro a junho de 2019, o déficit na balança comercial de bens aumentou 2,9%, se comparado ao mesmo período em 2018, alcançando o valor de US\$ 439,2 bilhões.

Com relação à China, o fluxo comercial bilateral diminuiu de USD 200,4 bilhões, no primeiro semestre de 2018, a USD 179,8 bilhões, no primeiro semestre de 2019. As exportações dos EUA para a China diminuíram 18,1%, no primeiro semestre de 2019, comparado ao mesmo período em 2018, enquanto as importações de bens chineses caíram 12,2%, comparado ao mesmo período



em 2018.

No dia 7 de outubro o USTR Robert Lighthizer e o embaixador do Japão nos EUA, Shinsuke Sugiyama, assinaram o Acordo de Comércio Estados Unidos - Japão (USJTA) e o Acordo de Comércio Digital Estados Unidos - Japão (USJDTA), em cerimônia realizada na Casa Branca, na presença do presidente Donald Trump. Segundo o USTR, as negociações concentraram-se em: acesso a mercado em bens agrícolas, redução tarifária em bens industriais e comércio digital. Em declarações iniciais sobre o acordo, o USTR expressou satisfação com a perspectiva de ganhos, em agricultura, nos setores de carne bovina e suína, trigo, laticínios, vinho e etanol. Sobre bens industriais, feita a exceção ao setor automobilístico, indicou que haveria redução de tarifas em diversos setores. Em referência a comércio digital, afirmou que o acordo promove “elevados padrões”.



II - RELAÇÕES BILATERAIS

INTRODUÇÃO: NOVO MOMENTO DAS RELAÇÕES

Os EUA são o mais antigo e tradicional parceiro brasileiro. Em 1824, foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. Em sentido inverso, o Imperador Dom Pedro II foi o primeiro Chefe de Estado estrangeiro a visitar os EUA, em 1876. As representações diplomáticas de ambos os países nas respectivas capitais foram elevadas à categoria de Embaixadas em 1905.

As relações passaram por oscilação ao longo da história - conforme o período histórico e a visão dos respectivos governos de turno -, com momentos de forte aproximação e de certa distância. No longo prazo, porém, prevaleceu o interesse mútuo em manter relações produtivas e próximas, em benefícios de ambas as sociedades.

Brasil e Estados Unidos são os dois maiores países do continente americano. Ambos possuem economias dinâmicas e diversificadas e grande convergência de valores e interesses. Os Estados Unidos são o principal destino das exportações brasileiras de produtos manufaturados, além de ser um investidor tradicional no Brasil, contando com empresas com presença no mercado brasileiro há mais de cem anos. As empresas brasileiras, por sua vez, têm investido cada vez mais nos Estados Unidos como forma de ganhar escala, absorver tecnologia e lançar-se ao mundo. As relações humanas também têm ganhado importância por meio do incremento de viagens de turismo e negócios, intercâmbio acadêmico e atividades culturais.

De um total de 6,8 milhões de turistas internacionais que vieram ao país em 2018, os norte-americanos representam o segundo maior contingente. Os EUA são o único país não sul-americano que figura na lista dos cinco maiores emissários de turistas ao Brasil. No que tange ao intercâmbio acadêmico, o Brasil é o 9º principal país de origem de estudantes internacionais (16.059) para os EUA. No período compreendido entre os anos letivos de 2017-2018 e 2018-2019, o número de estudantes brasileiros cresceu 9,8% nos EUA, o segundo maior percentual de aumento segundo o relatório “Open Doors”, elaborado no ano de 2019 pelo Instituto Internacional de Educação (IIE) dos Estados Unidos. O estado de Massachusetts é um dos cinco principais destinos de estudantes brasileiros nos EUA, ao lado de Califórnia, Nova York, Flórida e Texas.

As relações bilaterais entre o Brasil e os EUA constituem um patrimônio não apenas dos governos, mas também das respectivas sociedades, que possuem interesse na ampliação dos vínculos entre os dois países como



forma de gerar prosperidade, segurança e bem-estar para ambos os países. Há um claro interesse dos dois lados no sentido de dar um salto de qualidade nas relações bilaterais. Apesar da densidade dessas relações, há muitas e novas oportunidades que ainda podem ser exploradas nos mais diversos campos do relacionamento bilateral, com destaque para a integração de cadeias de valor, a melhoria do ambiente de negócios e o fomento dos investimentos, a facilitação e desburocratização do comércio, a ampliação das iniciativas conjuntas em ciência, tecnologia e inovação, e o fortalecimento da cooperação em matéria defesa, segurança, energia, espaço exterior, educação e cultura.

A intensa interlocução entre os governos do Brasil e dos EUA ocorre por meio de mais de trinta mecanismos de cooperação. Entre os principais fóruns de coordenação bilateral destacam-se:

- Diálogo de Parceria Estratégica, lançado em 2019 e conduzido pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil e o secretário de Estado dos Estados Unidos;
- Diálogo de Cooperação em Defesa (conduzido pelo ministro da Defesa do Brasil e o secretário de Defesa dos Estados Unidos);
- Fórum Permanente de Segurança Brasil-EUA;
- Fórum de Altos Executivos Brasil–Estados Unidos (CEO Forum);
- Fórum Brasil - EUA de Energia;
- Diálogo Comercial; e
- Comissão de cooperação econômica e comercial.

No último dia 28 de junho, os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump encontraram-se pela segunda vez, à margem da Cúpula do G-20, na cidade de Osaka. O encontro em Osaka proporcionou oportunidade para uma conversa de seguimento da visita do Presidente Bolsonaro a Washington, em março passado, considerada um novo marco na relação bilateral. Durante a visita a Washington, o elevado grau de convergência de valores e interesses entre Brasil e EUA foi utilizado para solidificar aliança verdadeiramente estratégica, ancorada numa agenda de longo prazo que se traduza em ambiciosa integração econômica, comercial e energética, na parceria cada vez mais profunda em defesa e segurança, e na promoção conjunta de uma região democrática, segura e próspera, e de um mundo mais livre, estável e pacífico.

Entre os resultados da visita de março, sobressaem os seguintes: a assinatura de um novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que permitirá lançamentos comerciais dos EUA a partir do Centro Espacial de Alcântara (o Acordo já se encontra sob análise do Congresso Nacional); a assinatura de acordo entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a NASA para o



desenvolvimento de um pequeno satélite de monitoramento do clima espacial; o apoio dos EUA para o início do processo de acesso do Brasil como membro pleno da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); a designação do Brasil como aliado preferencial extra-OTAN, que abre novas possibilidades de cooperação em matéria de defesa; a retomada ou o lançamento, em novas bases, de mecanismos bilaterais com o objetivo de remover barreiras ao comércio e fomentar investimentos (Fórum de Altos Executivos; Fórum de Energia; Comissão de Relações Econômicas e Comerciais; Diálogo Comercial).

Assuntos consulares

A rede consular do Brasil nos EUA conta com 10 Consulados-Gerais nas seguintes cidades: Atlanta; Boston; Chicago; Hartford; Houston; Los Angeles; Miami; Nova York; São Francisco e Washington.

Estima-se que a comunidade de brasileiros nos EUA é formada um milhão e seiscentos mil indivíduos. Trata-se do maior contingente de nacionais fora do país. A política de assistência consular do Itamaraty compreende iniciativas voltadas à ampliação do atendimento consular, ao reforço do associativismo em conselhos de cidadãos brasileiros, ao enfrentamento à violência contra a mulher, ao apoio ao micro e pequeno empreendedorismo, à educação de crianças e à facilitação do exercício do direito ao voto no exterior.

Dados compilados pela embaixada do Brasil em Washington registram que 538,532 turistas dos EUA visitaram o Brasil em 2018 (alta de 12%, comparado a 2017). Os EUA são o segundo maior emissor de turistas ao Brasil, com 8%, atrás da Argentina, com 38%. Os EUA são o principal destino dos turistas brasileiros, com 2,2 milhões de visitantes em 2018. No final de 2018, havia 217 voos diretos semanais entre Brasil e EUA, conectando 13 aeroportos norte-americanos a 10 aeroportos brasileiros. Os principais aeroportos nos EUA (Miami, Orlando e NY) concentram quase 60% dos voos diretos para o Brasil. Em termos de despesas econômicas decorrentes do turismo, o DoC registra que, em 2018, turistas brasileiros gastaram USD 11,5 bilhões nos EUA enquanto turistas norte-americanos dispenderam USD 739 milhões no Brasil.

Representantes do “U.S. Census Bureau” informaram o Consulado do Brasil em Boston que, de acordo com estatísticas oficiais, em 2017, foram contabilizadas 415 mil pessoas nascidas no Brasil que residem nos EUA (aumento de 10% com relação a 2016). Além disso, informaram que 481 mil residentes no país identificaram-se como de ascendência brasileira (aumento de



13% comparado a 2016). A Flórida é o estado com o maior número de brasileiros residentes, 109 mil (aumento de 23% com relação a 2016), seguido de Massachusetts, com 79 mil brasileiros (aumento de 9% com relação a 2016). O consulado observa que a metodologia de pesquisa anual, por ser de amostragem, pode subestimar o tamanho real da população imigrante.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os EUA continuam a ser, em termos absolutos, o nosso segundo parceiro comercial, com quem mantivemos intercâmbio em 2018 de cerca de USD 58 bilhões. Os EUA são o principal destino de nossas exportações de manufaturados e semimanufaturados. É também o país com maior estoque de investimentos no Brasil, estimado em mais de US\$ 103 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Entre 2017 e 2018, dados do Ministério da Economia registram que as exportações do Brasil para os Estados Unidos aumentaram 7,08%, ao valor de USD 28.774,09 milhões. No mesmo período, as importações de bens dos EUA aumentaram 16,59%, registrando valor total de USD 28.967,77 milhões. Assim, o saldo comercial Brasil – Estados Unidos, entre 2017 e 2018 foi deficitário para o Brasil em USD 193 milhões. Em 2018, os EUA representaram 12% das exportações brasileiras e foi o 2º principal destino das exportações. Em 2018, os EUA representaram 16% das importações brasileiras e foi a 2ª principal fonte de importações.

Entre janeiro e outubro de 2019, os EUA representaram 13,1% das exportações brasileiras (com USD 24,2 bilhões) e foi o 2º principal destino das exportações. No mesmo período, os EUA representaram 16,8% das importações brasileiras (com USD 23,6 bilhões) e foi a 2ª principal fonte de importações. Entre janeiro e outubro de 2019, as exportações brasileiras aos EUA expandiram 2,04% e as importações aumentaram em 7,07%. O intercâmbio comercial de janeiro a outubro de 2019 gerou déficit para o Brasil no valor de USD 1.13 bilhões.

Dados oficiais dos Estados Unidos registram que o estoque de investimento estrangeiro direto dos EUA, em 2017, era de USD 6 trilhões. Entre 2008-2017, esse estoque aumentou em USD 2,78 trilhões, representando um crescimento de 86% no período. Entre 2013 e 2017, o estoque de IED norte-americano no Brasil caiu a uma taxa média anual de -0,5%, refletindo as crises econômicas e políticas no país. Com a gradual recuperação da recessão econômica, o estoque de IED dos EUA no Brasil voltou a crescer, de USD 56,8 bilhões, em 2015, a USD 68,2 bilhões em 2017 (“Bureau of Economic



Statistics”).

Relatório do Banco Central do Brasil sobre investimento direto no país (2018) registra que os EUA respondiam, em 2016, por 15% do estoque de IED (USD 106 bilhões). Pelo critério de “investidor imediato”, o estoque de investimento era de USD108 bilhões, comparativamente a USD110 bilhões, sob a ótica do controlador final. Em 2015, a posição imediata totalizou USD 69 bilhões, enquanto a posição de controlador final atingiu USD 77 bilhões. Vale lembrar que, assim como os demais principais investidores estrangeiros no Brasil, os EUA também canalizam parte significativa (aprox. 12%) dos seus investimentos no país por meio de Luxemburgo e dos Países Baixos, o que dificulta a medição dos fluxos de IED no Brasil.

Estudo da APEX sobre o IED dos EUA no Brasil informa que, em termos de distribuição setorial, o IED norte-americano tem maiores concentrações em finanças e seguros e em mineração. Em 2015, as afiliadas norte-americanas criaram mais de 654 mil vagas de emprego, responderam por mais de USD 171,3 bilhões em vendas e geraram USD 37,2 bilhões em valor agregado ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. De 2009 a 2015, os ativos das afiliadas dos EUA no Brasil aumentaram 29,8%, enquanto as vendas aumentaram 20,6%. Somente em 2015, as afiliadas dos EUA no Brasil exportaram para o exterior USD 8,5 bilhões.

TEMAS SELECIONADOS DA RELAÇÃO BILATERAL

INGRESSO DO BRASIL NA OCDE

O apoio dos EUA à acessão do Brasil à OCDE, registrado em comunicado conjunto entre Brasil e EUA em março último, foi confirmado na última reunião ministerial da OCDE (Paris, 23/5/2019). O apoio dos EUA é um importante passo para o avanço no interesse brasileiro em aceder à OCDE, já que significa o último apoio necessário para completar consenso favorável entre os países membros. O Brasil busca obter a aprovação de seu processo de acessão pela OCDE com a maior brevidade. O apoio norte-americano não se tornará, contudo, operacional na ausência de uma solução para o conjunto das candidaturas. As negociações para a ampliação da Organização demandam consenso entre os membros sobre o grupo de candidaturas cujos processos de acessão serão iniciados. Além do Brasil, a OCDE examina pedidos de acessão dos seguintes países: Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia.



Ao Brasil interessa haver aceitação entre os membros da OCDE de proposta de sequenciamento para a acessão de novos membros, conforme apresentada pelo Secretário-Geral da organização.

ACORDO DE SALVAGUARDAS TECNOLÓGICAS

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os Estados Unidos (AST) foi assinado no dia 18 de março último, em Washington. No dia 12 de novembro o plenário do Senado Federal aprovou o texto do Acordo, que já havia sido chancelado pela Câmara dos Deputados. Concluiu-se, assim, em menos de um ano, a tramitação legislativa do instrumento. Uma vez ratificado, permitirá lançamentos espaciais comerciais do Centro de Lançamentos de Alcântara, garantindo ao Brasil acesso a mercado que hoje é de US\$ 350 bilhões, mas que crescerá para algo em torno de US\$ 1 trilhão até 2040.

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) tem por objetivo permitir que veículos lançadores e cargas úteis comerciais de qualquer nacionalidade que contenham equipamentos ou tecnologias norte-americanas sejam lançadas a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão. Muitos equipamentos utilizados nas operações espaciais em todo o mundo, seja nos veículos lançadores ou mesmo nos veículos ou cargas úteis neles embarcados, contêm tecnologias norte-americanas controladas, sendo esses componentes sujeitos a autorizações específicas para exportação pelo Governo dos Estados Unidos. Nesse sentido, o AST é condição *sine qua non* para que seja possível realizar lançamentos espaciais envolvendo tecnologia espacial desenvolvida pelos Estados Unidos, em qualquer centro de lançamento.

O AST representa uma oportunidade singular de viabilizar, em curto e médio prazos, a entrada do CLA no bilionário e crescente mercado espacial internacional. Esta nova atividade econômica trará benefícios significativos para aquele Centro, permitindo seu pleno desenvolvimento, com a atração de investimentos, o desenvolvimento de uma cadeia produtiva de alto valor agregado com inúmeros postos de trabalho no Brasil - de maneira significativa atividades que requeiram relevante capacitação -, e o fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro (PEB), incrementando ao mesmo tempo a arrecadação de impostos naquela região do país.

ALIADO PRIORITÁRIO EXTRA-OTAN

No dia 31 de julho, a Casa Branca divulgou a "Presidential



Determination No. 2019-21", pela qual o Presidente Donald Trump designa o Brasil como "Major Non-NATO Ally", ou aliado preferencial extra-OTAN. A normativa deverá ser, agora, publicada no "Federal Register", equivalente local do Diário Oficial da União, a partir de quando estará concluído o processo formal de designação do Brasil como "Aliado Prioritário Extra-OTAN" dos Estados Unidos.

O status de MNNA eleva a parceria estratégica com os Estados Unidos a um novo patamar de confiança e cooperação. A condição de MNNA é conferida a número restrito de países, considerados de interesse estratégico para os EUA, e torna-os elegíveis para maiores oportunidades de intercâmbio e assistência militar, compra de material de defesa, treinamentos conjuntos e participação em projetos.

A base industrial de defesa brasileira poderá ser beneficiada pelo status de MNNA ao integrar-se de forma mais competitiva nas cadeias globais de valor de alta tecnologia do setor. Poderão ser discutidas opções de maior acesso ao mercado norte-americano e a financiamentos para produtos de defesa exportados pelo Brasil, além da participação em licitações e empreendimentos conjuntos. Espera-se, ademais, a facilitação de trâmites para a aquisição de produtos de alta tecnologia necessários ao avanço de programas estratégicos nacionais.

Tendo em vista a oficialização do reconhecimento do Brasil como parceiro preferencial extra-OTAN, os dois governos estudam possibilidades concretas para aprofundar a cooperação bilateral. O governo brasileiro tem manifestado o interesse em utilizar o novo "status" conferido para viabilizar parcerias em termos de atividades de cooperação, oportunidades comerciais que beneficiem as indústrias de defesa dos dois países e a identificação de oportunidades de pesquisa conjunta.

ACORDO ABRANGENTE DE COMÉRCIO

No dia 30 de julho, em entrevista a jornalistas na Casa Branca, o presidente Donald Trump afirmou que os EUA trabalharão para acordo comercial com o Brasil. A declaração se deu no momento em que se realizava de visita do secretário de comércio Wilbur Ross ao Brasil, que também mencionou a possibilidade de um acordo comercial. O Presidente norte-americano afirmou sua disposição de seguir fortalecendo o excelente relacionamento com o Brasil.

No dia seguinte (31/7), o Secretário de Comércio dos EUA manteve



audiências com o Senhor Presidente da República e com o ministro da Economia, ocasiões em que se reforçou o interesse de ambos os governos no estreitamento das relações econômico-comerciais bilaterais.

Durante a visita de Wilbur Ross, confirmou-se a determinação dos dois governos de trabalhar pela aproximação comercial, expansão dos fluxos de comércio e investimentos e redução das barreiras existentes em ambos os mercados. A possibilidade de negociação comercial mais ampla, inclusive entre o MERCOSUL e os EUA, está sendo avaliada.

Em setembro, dois dos principais mecanismos de cooperação econômica realizaram reuniões técnicas. No dia 9/9, ocorreu a segunda videoconferência no âmbito da Comissão de Relações Econômicas e Comerciais (ATEC) e, no dia 26/9, ocorreu a plenária do Diálogo Comercial. Ambos os mecanismos contribuem para explorar temas específicos de cooperação econômico-comercial, como facilitação de comércio, convergência regulatória, avaliação de conformidade, propriedade intelectual, entre outros. Avanços nesses mecanismos podem gerar entendimentos concretos que estimulem diálogos exploratórios com vistas a um acordo comercial mais abrangente.

FÓRUM DE ALTOS EXECUTIVOS (CEO FORUM)

O Foro de Altos Executivos Brasil-EUA (CEO Fórum) congrega 12 CEOs brasileiros e 12 CEOs norte-americanos para tratar de temas relacionados à integração produtiva, facilitação de comércio e investimentos. Ao final dos encontros, os CEOs apresentam recomendações com propostas concretas para melhorar a relação bilateral. A última edição do Fórum ("IX CEO Fórum") realizou-se em junho de 2015, em Washington e a próxima edição ocorrerá em Washington, em novembro.

Nos dias 22 e 23 de setembro, realizou-se, em Brasília, reunião preparatória entre os assessores brasileiros e norte-americanos do CEO Forum. O encontro permitiu aos representantes empresariais revisarem propostas de políticas a serem encaminhadas aos dois governos, durante a plenária do CEO Forum. Os grupos temáticos discutidos entre os representantes empresariais norte-americanos e brasileiros são: tecnologia e telecomunicações (com foco em cooperação espacial e 5G); infraestrutura (com foco no ambiente de negócios, em transportes, energia e sustentabilidade); tributação, comércio e outras reformas (com foco no Acordo para evitar a Bitributação, no Acordo de Reconhecimento Mútuo de Operador Econômico Autorizado e no "Digital tax"); e educação e capacitação de mão-de-obra (temas de saúde e "empregos do



futuro"). A lista final de recomendações, que terá maior detalhamento, será anunciada mais próximo da data do CEO Forum (novembro, 2019).

DIÁLOGO COMERCIAL

O Diálogo Comercial tem sido importante mecanismo de diálogo do Departamento de Comércio dos EUA com o governo brasileiro para identificar temas técnicos de facilitação de comércio entre ambos os países. Realizou-se, no dia 26 de setembro, a 17ª edição do Diálogo, cuja agenda privilegiou a discussão de temas como simplificação normativa, facilitação de comércio, convergência regulatória e padrões de metrologia para contribuir ao fluxo de comércio de bens manufaturados e de serviços. O Diálogo é importante espaço para avançar a cooperação em temas técnicos que contribuirão ao ambiente de negócios e à promoção do comércio bilateral.

FÓRUM DE ENERGIA

Por ocasião da visita presidencial, lançou-se o Fórum Brasil-Estados Unidos de Energia (USBEF, na sigla em inglês), com o objetivo de aprofundar a parceria energética tanto no âmbito político quanto no aspecto comercial. O contexto é o de retomada e revitalização de agenda potencial entre o Brasil e o EUA no campo da energia, em particular nas áreas de petróleo/gás natural e energia nuclear. Primeiro encontro técnico do mecanismo ocorreu no Rio de Janeiro, no dia 23 de maio, com o objetivo de planejar ações conjuntas ao longo de 2019.

O ministro Bento Albuquerque, encontrou-se, no dia 11 de março, em Houston, com o secretário de Energia dos EUA, Rick Perry e há expectativa de visita da autoridade norte-americana ao Brasil, em data a definir, provavelmente de modo concomitante à conferência “OTC Rio 2019”, programada para acontecer entre 29 e 31/10/19.

No intuito de impulsionar as atividades relacionadas ao Fórum, está prevista a realização de videoconferência técnica, em outubro, que discutirá os meios concretos para promover a participação do setor privado. Avalia-se que o potencial de cooperação na área de energia beneficiar-se-á de crescente participação do setor empresarial, uma vez que podem identificar áreas de convergência e oportunidades comerciais específicas.

Em recente encontro entre o Ministro de Minas e Energia do Brasil e



o Secretário de Energia dos EUA, à margem da 63ª Conferência Geral da AIEA, ambos reiteraram o compromisso em aprofundar a cooperação no setor de energia, por meio do USBEF e incluindo a participação do setor privado.

COMISSÃO DE RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS (ATEC)

A Comissão Brasil–EUA de Relações Econômicas e Comerciais (ATEC) foi instituída em março de 2011, por ocasião da visita de Estado do presidente Barack Obama ao Brasil. A Comissão é co-presidida pelo Itamaraty e pelo ministério da Economia (anteriormente ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC), do lado brasileiro, e pelo representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), do lado norte-americano.

Destacado como um dos resultados da visita do Presidente Jair Bolsonaro a Washington, em março, o relançamento da ATEC tem contribuído para a identificação de oportunidades concretas de cooperação econômica e de liberalização comercial entre os dois países. Os temas da ATEC, antes restritos a irritantes comerciais, hoje incluem também cooperação bilateral (reformas regulatórias, competitividade, medidas facilitadoras de comércio, propriedade intelectual e acesso a mercados, entre outros) e coordenação em organizações internacionais (temas agrícolas, OMC, OCDE).

Em agosto, realizou-se primeira videoconferência, que reuniu representantes de diversos ministérios e agências dos dois países, a fim de discutir temas específicos de cooperação bilateral, como proposta de protocolo de facilitação de comércio, o avanço de acordo de reconhecimento mútuo de operador econômico autorizado, entre outros. A segunda videoconferência da ATEC realizou-se no dia 9 de setembro. Avalia-se que a ATEC, em complemento a outros mecanismos de diálogo bilateral, como o Diálogo Comercial, contribui para o processo de liberalização comercial almejado pelos dois países.

O próximo passo será definir a data para a plenária da ATEC e os resultados concretos a serem alcançados até a reunião.

GLOBAL ENTRY

Trata-se de programa do governo dos EUA administrado pela “U.S. Customs and Border Protection” (CBP) do Departamento de Segurança Interior



que oferece trâmite migratório simplificado e rápido para viajantes pré-aprovados. Permite aos inscritos fazer trâmite de ingresso nos EUA em aeroportos selecionados por meio de quiosques automáticos, sem contato com agentes de imigração e evitando filas. Atualmente, nacionais de 11 países ou territórios participam do programa. Na região da América do Sul, integram o “Global Entry” (GE) a Argentina, a Colômbia e o Panamá. O Brasil seria o 12º, com um teto de até 10 mil brasileiros (mas esse número seria negociável).

Trata-se de prioridade do Conselho Empresarial Brasil-EUA, do Fórum de Altos Executivos, da Câmara de Comércio Brasil-EUA (AmCham) e do “Brazil-U.S. Business Council” da “U.S. Chamber of Commerce”.

Os presidentes Bolsonaro e Trump instruíram os governos do Brasil e dos EUA a viabilizarem o ingresso brasileiro ao programa. Comunicado conjunto da visita presidencial de março registra o seguinte entendimento: “os Presidentes concordaram em dar os passos necessários para permitir a participação do Brasil no Programa de Viajantes Confiáveis ‘Global Entry’ do Departamento de Segurança Interior”.

Nos últimos meses, o tema tem recebido crescente atenção nos ministérios e agências envolvidas do Brasil. Em novembro, foi possível assinar Declaração Conjunta contendo os parâmetros gerais da participação brasileira no programa. Com esse passo, terá início uma fase experimental para grupo pequeno de inscritos (até 20) como forma de gerar aprendizado sobre as necessidades técnicas e operacionais com vista a lançar, em prazo a ser acordado com o lado norte-americano, a fase piloto e, posteriormente, a execução plena do programa.

FÓRUM PERMANENTE DE SEGURANÇA

Lançado em 2018, o Foro Permanente de Segurança Brasil-EUA, tem por objetivo facilitar a articulação interagências e desenvolver estratégias operacionais em seis áreas temáticas: narcotráfico, tráfico de armas, delitos cibernéticos, lavagem de dinheiro e crimes financeiros, terrorismo e cooperação institucional. É presidido, do lado brasileiro, pelo MRE, e do lado norte-americano, pelo Departamento de Estado.

No âmbito de cada área temática preveem-se reuniões técnicas (videoconferências e presenciais) alternadamente no Brasil e nos Estados Unidos. Nessas ocasiões, os órgãos operativos debatem aspectos práticos e acordam estratégias comuns de combate aos crimes transnacionais.

Em 31/8/2018, realizou-se a primeira videoconferência, sobre tráfico



de armas. Videoconferência sobre terrorismo foi realizada em 28/9/2018 e sobre tráfico de drogas em 3/10/2018. Em 2019, ocorreram reuniões sobre terrorismo (24/4), lavagem de dinheiro (26/4) e crimes cibernéticos (9/5).

Com a inclusão do tema no Comunicado Conjunto de março de 2019, foi possível viabilizar reunião plenária na cidade de Washington, no dia 31 de outubro de 2019.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES COM IMPACTO SOBRE BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

No âmbito da visita do presidente Jair Bolsonaro aos EUA, no dia 19 de março, o secretário de Relações Internacionais do ministério do Meio Ambiente, Roberto Castelo Branco Coelho de Souza, assinou com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), carta de intenção que prevê a criação de um fundo de USD 100 milhões para o desenvolvimento econômico da Amazônia.

A ideia é financiar iniciativas economicamente viáveis e com resultados positivos para conservação da floresta e sua biodiversidade, gerando renda para comunidades locais. O fundo contaria com recursos da USAID (USD 10 milhões) além de estar aberto para participação de financiamento privado brasileiro e norte-americano (USD 90 milhões). Fundo privilegiaria projetos de micro e pequenas empresas entre R\$ 100 mil e R\$ 4 milhões.

Além da criação do fundo de investimento, a carta de intenções cita a intenção de estreitar a colaboração bilateral no que diz respeito a compartilhamento de tecnologias de informações geoespaciais, monitoramento e sistemas de alerta.

A implementação do fundo foi um dos temas do II Fórum Brasil-EUA sobre Investimentos Florestais Inovadores, organizado em São Paulo de 30 a 31 de julho. O evento reuniu representantes dos setores público e privado de ambos os países para compartilhar experiências sobre projetos em curso nos setores de uso da terra e de gestão florestal sustentável.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO NO CAMPO DA INFRAESTRUTURA

No dia 1º de agosto, durante a visita do secretário de Comércio, Wilbur Ross, a Brasília, foi assinado Memorando de Entendimento para



fortalecer a cooperação entre a “Overseas Private Investment Agency” (OPIC) e o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Casa Civil. O memorando propõe-se a desenvolver marco legal que delineia vias para o financiamento de projetos de infraestrutura que converjam com os objetivos da OPIC e do Brasil. Ao recordar que a missão da OPIC é mobilizar o investimento privado dos Estados Unidos mediante financiamento direto ou do seguro de risco político a projetos de investimento, o Memorando entre a OPIC – PPI representa elemento adicional que contribuirá à promoção do fluxo de investimento externo dos Estados Unidos no Brasil.



III - CRONOLOGIA HISTÓRICA DOS EUA

1776 – Independência.

1861 – Início da Guerra Civil Americana (até 1865, com a derrota dos confederados).

1898 – Início da Guerra Hispano-Americana (aquisição de Porto Rico, Cuba e Filipinas).

1914 – Início da 1ª Guerra Mundial; Estados Unidos entram no conflito só em 1917.

1929 – Quebra da Bolsa de Nova York; Grande Depressão; “New Deal” de Roosevelt em 1932.

1941 – Ataque japonês a Pearl Harbor; bombas atômicas sobre o Japão em 1945.

1944 – Conferência de Bretton Woods cria FMI e Banco Mundial; dólar é reserva internacional.

1945 – Ata de São Francisco; criação da Organização das Nações Unidas.

1947 – Assinatura do GATT, Acordo Geral de Tarifas e Comércio (futura OMC).

1947 – Plano Marshall apoia a reconstrução europeia (US\$130 bilhões, em valores ajustados ao ano de 2006).

1949 – Criação da OTAN; início da Guerra Fria com a URSS.

1950 – Envolvimento norte-americano na Guerra da Coreia (até 1953).

1954 – Início do movimento de direitos civis.

1961 – Rompimento das relações diplomáticas com Cuba; tentativa de invasão da Baía dos Porcos.

1964 – Envolvimento militar no Vietnã após ataque a navio americano no Golfo de Tonkin.

1968 – Martin Luther King Jr. e Robert F. Kennedy são assassinados; Partido Democrata racha na Convenção em Chicago e Richard Nixon é eleito presidente.



1971 – EUA suspendem conversibilidade do dólar em ouro; crise monetária mundial.

1972 – Nixon visita a China; EUA e URSS assinam acordo para limitação de armas.

1973 – Embargo da OPEP causa choque do petróleo e crise na economia.

1974 – Nixon renuncia após escândalo Watergate.

1975 – EUA se retiram do Vietnã após intensa campanha de mobilização social.

1978 – Carter promove Acordo de Camp David (Sadat e Begin); fim do conflito Egito-Israel.

1981 – Governos Reagan. Invasão de Granada (1983) e escândalo “Irã-Contras” (1986).

1987 – Gorbachov e Reagan assinam tratado de redução de arsenal nuclear; declínio da URSS.

1990 – George Bush “pai” lidera Guerra do Golfo após invasão do Kuwait pelo Iraque.

1992 – Presidentes Bush e Gorbachov se encontram em Camp David; fim da Guerra Fria.

1993 – Assinatura do NAFTA (acordo de livre comércio e regras com México e Canadá).

2001 – Ataques ao World Trade Center e ao Pentágono fazem quase 3000 mortos.

2001 – George W. Bush inicia guerra contra o Afeganistão.

2003 – George W. Bush inicia guerra contra o Iraque.

2008 – Barack Obama é o primeiro afro-americano a eleger-se presidente da República

2010 – O partido democrata perde a maioria na Câmara nas “mid-term elections” de novembro.

2010 – Site "Wikileaks" inicia a divulgação de série de telegramas diplomáticos norte-americanos, expedidos entre 1966 e 2010.



2011 – Barack Obama ordena, durante visita de estado ao Brasil, início da incursão norte-americana à Líbia, em adiantamento a missão internacional que deporia Muammar Gaddafi.

2012 – Barack Obama é reeleito presidente.

2016 – Donald Trump é eleito presidente.

2018 – O partido Republicano perde a maioria na Câmara nas “mid-term elections” de novembro



IV - CRONOLOGIA DA RELAÇÃO BILATERAL

1824 – Os Estados Unidos reconhecem a Independência do Brasil (primeira nação a fazê-lo). Estabelecimento das relações diplomáticas. Abertura da Legação do Brasil em Washington.

1825 – Abertura da Legação dos Estados Unidos no Brasil.

1876 – Visita do Imperador Dom Pedro II aos Estados Unidos.

1905 – Elevação do status de ambas as Legações a Embaixadas. Joaquim Nabuco é o primeiro embaixador do Brasil em Washington e David E. Thompson é o primeiro embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro.

1936 – Visita do presidente Franklin Delano Roosevelt ao Brasil.

1947 – Visita do presidente Harry Truman ao Brasil.

1949 – Visita do presidente Eurico Gaspar Dutra aos Estados Unidos.

1960 – Visita do presidente Dwight D. Eisenhower ao Brasil.

1978 – Visita do presidente Jimmy Carter ao Brasil.

1982 – Visita do presidente Ronald Reagan ao Brasil.

1986 – Visita do presidente José Sarney aos Estados Unidos.

1990 – Visita do presidente George H. W. Bush ao Brasil.

1995 – Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso aos Estados Unidos.

1997 – Visita do presidente William J. Clinton ao Brasil.

2005 – Visita do presidente George W. Bush ao Brasil.

2006 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Estados Unidos.

2007 – Visita do presidente George W. Bush a São Paulo (março) e assinatura de Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis.

2007 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Camp David.

2007 – Resolução da Câmara dos Representantes reconhece a “calorosa amizade” e a crescente “relação estratégica” entre Estados Unidos e Brasil (setembro).



2008 – Visita da secretária de Estado Condoleezza Rice a Brasília e Salvador. Assinatura do Plano de Ação para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica (março).

2008 – Visita do ministro da Defesa Nelson Jobim a Washington (março). Promoção da reaproximação entre os dois países na área militar.

2008 – Visita da então ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, a Washington (abril).

2008 – 1ª reunião do novo “Brazil Caucus”, agrupamento informal que reúne parlamentares com interesse pelo Brasil e pelas relações bilaterais (setembro).

2009 – Visita do secretário-geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, a Washington (junho).

2010 – Visita da secretária de Estado, Hillary Clinton, ao Brasil (março). Lançamento do Diálogo de Parceria Global.

2011 – Visita do secretário do Tesouro, Timothy Geithner, ao Brasil (fevereiro). Diálogo sobre a situação econômica internacional.

2011 – Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota aos Estados Unidos (23 e 24 de fevereiro). Diálogo sobre temas da agenda bilateral e global.

2011 – Visita do presidente Barack Obama ao Brasil (março). Assinatura de 10 acordos bilaterais.

2011 – Realização da II Reunião do Diálogo de Parceria Global, em Washington.

2012 – Visita oficial da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos (9 e 10 de abril).

2012 – Visita ao Brasil da Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, Hillary Clinton (16 e 17 de abril). Realização da III Reunião do Diálogo de Parceria Global, em Brasília, que teve por objetivo o estabelecimento dos “próximos passos” para a relação bilateral.

2012 – Visita da secretária de Segurança Interna dos Estados Unidos, Janet Napolitano, ao Brasil (julho). Aprofundamento do diálogo bilateral sobre vistos e migração.



2012 – Realização da IV reunião do Diálogo de Parceria Global. Anúncio da conclusão do Plano de Ação da Parceria em Aviação.

2013 – Visita do ministro Antonio Patriota a Washington (20 de maio).

2013 – Visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ao Brasil (31 de maio). Agenda com foco em assuntos econômicos e de energia.

2013 – Visita ao Brasil do secretário de Estado dos Estados Unidos da América, John Kerry (13 de agosto).

2013 – Visita do vice-presidente Joe Biden ao Brasil (31 de maio).

2015 – Visita do vice-presidente Joe Biden ao Brasil por ocasião da posse da presidente Dilma Rousseff (1º de janeiro).

2015 – Viagem do ministro Mauro Vieira a Washington (13 a 16 de janeiro).

2015 – Viagem da presidente Dilma Rousseff a Nova York, Washington e São Francisco (29 de junho a 1º de julho).

2016 – O ministro Mauro Vieira visita os Estados Unidos por ocasião da III Reunião da Comissão Brasil-EUA de Relações Econômicas e Comerciais e da IV Cúpula de Segurança Nuclear, em Washington (31 de março e 1º de abril).

2016 – O chanceler José Serra mantém encontro bilateral com o secretário de Estado John Kerry, no Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, por ocasião da abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (5 de agosto).

2017 – Visita do Subsecretário de Assuntos Políticos dos Estados Unidos, embaixador Thomas Shannon, ao Brasil, ocasião em que foi recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, José Serra (17 de dezembro).

2017 – O Ministro Aloysio Nunes Ferreira visita Washington e se reúne com o secretário de Estado dos Estados Unidos, Rex Tillerson (2 de junho).

2018 – Visita a Brasília do vice-secretário de Estado dos Estados Unidos, John J. Sullivan (22 de maio).

2018 – Visita a Brasília do vice-presidente dos Estados Unidos da América, Mike Pence, (26 e 27 de junho).

2018 – Visita de cortesia do secretário de Defesa dos Estados Unidos, James Mattis (Brasília, 13 de agosto).



2019 – O ministro Ernesto Araújo recebe o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo (Brasília, 2 de janeiro), que representou o presidente Donald Trump na posse do presidente Jair Bolsonaro.

2019 – O ministro Ernesto Araújo visita os Estados Unidos (Washington, 5 a 7 de fevereiro), para encontros com membros do governo dos EUA, formadores de opinião, empresários e congressistas.

2019 – Visita oficial do presidente Jair Bolsonaro ao Estados Unidos (Washington, 17 a 19 de março), acompanhado dos Ministros das Relações Exteriores; Economia; Justiça e Segurança Pública; Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicação; Minas e Energia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas. Anúncio do apoio dos EUA ao ingresso do Brasil na OCDE. Anúncio da designação do Brasil como Aliado Prioritário extra-OTAN.

2019 – Visita oficial do vice-presidente da República, Hamilton Mourão (Washington, 8 e 9 de abril).

2019 – Visita do ministro da Defesa, aos EUA (25 a 29 de abril).

2019 – Visita de trabalho do chanceler Ernesto Araújo a Washington, para dar seguimento aos temas tratados na visita presidencial (29 de abril).

2019 - Visita do senhor presidente da República a Dallas, para receber o prêmio “Personalidade do Ano” da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos”, acompanhado dos ministros da Economia; Relações Exteriores.

2019 – Encontro entre os presidentes Bolsonaro e Trump à margem da Cúpula do G-20, na cidade de Osaka (28 de junho).

2019 – Visita do secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, ao Brasil (São Paulo e Brasília – 30 de julho a 1º de agosto).

2019 – Visita do ministro Ernesto Araújo aos EUA, para a reunião inaugural do Diálogo de Política Estratégica (13 de setembro)



V - ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara.	18/03/2019	x	Tramitação no Congresso Nacional (aprovado pelo plenário do Senado em 12.11)
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América	30/06/2015	01/10/2018	26/06/2018
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA	23/09/2014	26/06/2015	25/08/2015
Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	19/03/2011	03/04/2018	15/03/2018
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa	12/04/2010	26/06/2015	21/12/2015

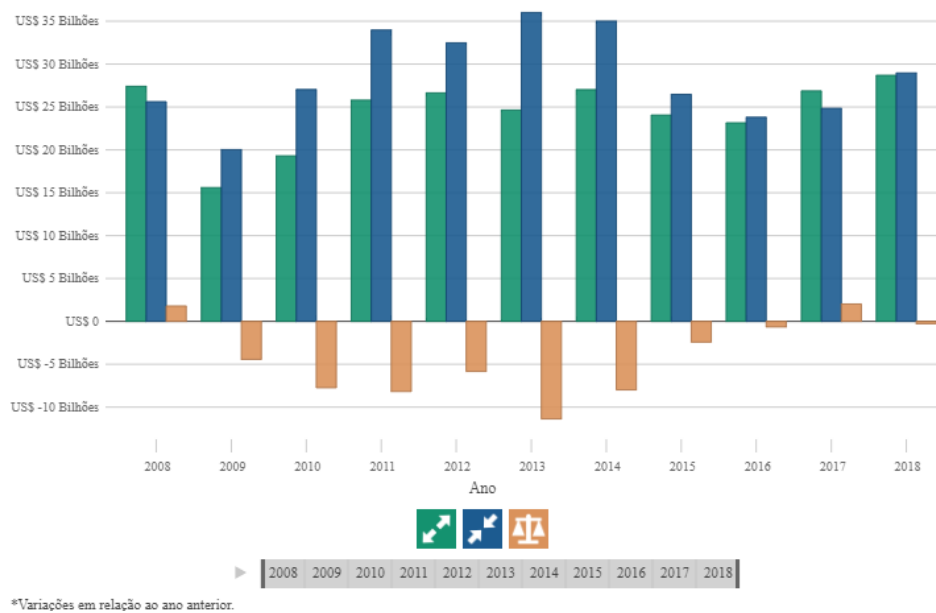


Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América Relativo à Assistência Mútua entre as suas Administrações Aduaneiras	20/06/2002	14/12/2004	06/04/2005
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear.	14/10/1997	15/09/1999	14/10/1999
Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	14/10/1997	21/02/2001	21/12/2000
Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes	12/04/1995	28/04/1997	03/06/1997
Acordo sobre Transporte Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	21/03/1989	13/01/1992	10/02/1992
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia.	06/02/1984	15/05/1986	04/07/1986



VI - TABELAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS

➤ Exportações, importações e balança comercial: Brasil - Estados Unidos



➤ Principais categorias de bens exportados e importados pelo Brasil aos Estados Unidos entre janeiro e outubro de 2019





➤ **Dados gerais de comércio bilateral entre Brasil e Estados Unidos**

35

Lado do Brasil (dados oficiais do Ministério da Economia)					
Exportações para os Estados Unidos (em US\$ milhões)					
	2015	2016	2017	2018	2019 (até outubro)
Valor	24.058.509.554	23.155.738.824	26.872.631.189	28.696.717.001	24.224.960.797
Em relação às exportações totais	12,60%	12,50%	12,40%	12%	13,1%

Lado do Brasil (dados oficiais do Ministério da Economia)					
Importações dos Estados Unidos (em US\$ milhões)					
	2015	2016	2017	2018	2019 (até outubro)
Valor	26.474.508.676	23.805.730.109	24.846.597.607	28.967.774.648	25.361.811.948
Em relação às importações totais	15,44%	17,30%	16,40%	16%	16,8%

Lado dos EUA (dados oficiais do US Bureau of Economic Analysis)				
Exportações para o Brasil (em US\$ milhões)				
	2016	2017	2018	2019 (até setembro)
Valor	30.139.000	37.168.000	39.349.000	31.878.000
Em relação às exportações totais	2,08%	2,41%	2,37%	2,56%

Lado dos EUA (dados oficiais do US Bureau of Economic Analysis)				
Importações do Brasil (em US\$ milhões)				
	2016	2017	2018	2019 (até setembro)
Valor	24.609.000	27.801.000	29.734.000	23.569.000
Em relação às importações totais	1,20%	1,18%	1,17%	1,24%

(<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>)

(<https://www.bea.gov/data/intl-trade-investment/international-trade-goods-and-services>)

(<https://comtrade.un.org/>)



➤ **Principais produtos exportados do Brasil para os Estados Unidos por NCM/SH4 - 2010 a 2018 (em US\$ milhões)**

			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	NCM 2709 - Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	Valor	3.849.581.403	5.780.232.398	5.577.677.018	3.481.274.447	3.407.143.867	1.923.922.283	1.120.847.853	2.648.443.199	3.076.150.225
		Percentual do valor total	19,70%	22%	20%	13,90%	12,50%	7,94%	4,79%	9,75%	10,50%
2	NCM 0901 - Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e películas de café; sucedâneas do café contendo café em qualquer proporção	Valor	1.072.308.725	1.809.442.976	1.065.407.195	893.745.113	1.200.507.846	1.184.673.200	943.658.898	921.697.457	775.457.169
		Percentual do valor total	5,48%	6,88%	3,82%	3,56%	4,40%	4,88%	4,03%	3,39%	2,64%
3	NCM 7207 - Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	Valor	339.041.598	1.496.319.685	1.506.407.195	1.373.588.027	1.455.005.443	1.060.567.790	691.846.977	1.089.284.493	2.109.635.449
		Percentual do valor total	1,53%	5,70%	5,40%	5,48%	5,33%	4,37%	2,95%	4,01%	7,20%
4	NCM 4703 - Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução	Valor	821.137.297	875.764.181	828.158.765	958.654.372	920.058.890	961.287.735	871.257.989	979.378.338	1.057.437.306
		Percentual do valor total	4,20%	3,33%	2,96%	3,82%	3,37%	3,96%	3,72%	3,60%	3,60%
5	NCM 8802 - Outros veículos aéreos (por exemplo, helicópteros, aviões); veículos espaciais (incluindo os satélites) e seus veículos de lançamento, e veículos suborbitais	Valor	461.744.835	652.394.971	968.166.786	1.138.776.884	1.930.159.452	2.806.987.323	2.947.837.361	2.280.555.661	2.062.941.773
		Percentual do valor total	2,36%	2,48%	3,47%	4,54%	7,08%	11,58%	12,60%	8,39%	7,04%
6	NCM 6802 - Pedras de cantaria ou de construção (exceto de ardósia) trabalhadas e obras destas pedras	Valor	493.594.517	500.996.259	571.518.727	762.944.962	781.559.833	783.499.268	702.710.057	681.697.163	582.313.229
		Percentual do valor total	2,52%	1,90%	2,04%	3,04%	2,86%	3,23%	3%	2,50%	1,98%
7	NCM 8411 - Turboreatores, turbopropulsores e outras turbinas a gás	Valor	172.553.482	193.689.083	267.825.407	1.032.849.463	1.564.875.262	1.679.101.260	2.024.940.236	2.277.649.798	2.022.505.758
		Percentual do valor total	0,88%	0,73%	0,96%	4,12%	5,74%	6,92%	8,65%	8,38%	6,90%
8	NCM 7201 - Ferro fundido bruto e ferro spiegel (especular), em lingotes, lingoados ou outras formas primárias	Valor	617.519.677	1.060.767.264	905.648.994	715.214.922	706.900.233	449.633.568	186.319.735	334.932.029	289.164.434
		Percentual do valor total	3,16%	4,03%	3,24%	2,85%	2,59%	1,85%	0,79%	1,23%	0,98%
9	NCM 7224 - Outras ligas de aço, em lingotes ou outras formas primárias; produtos semimanufaturados, de outras ligas de aço	Valor	55.760.143	213.240.108	437.282.923	517.616.902	750.532.434	509.547.113	582.631.984	753.246.047	1.024.144.110
		Percentual do valor total	0,28%	0,81%	1,56%	2,06%	2,75%	2,10%	2,49%	2,77%	3,49%
10	NCM 2207 - Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico, em volume, igual ou superior a 80 % vol; álcool etílico e aguardentes, desnaturados, com qualquer teor alcoólico	Valor	206.075.231	584.222.103	1.517.208.104	1.103.418.719	488.029.312	451.185.729	421.801.756	578.078.823	511.377.540
		Percentual do valor total	1,05%	2,22%	5,44%	4,40%	1,79%	1,86%	1,80%	2,12%	1,74%















➤ **Principais produtos importados pelo Brasil dos Estados Unidos por NCM/SH4 - 2010 a 2018 (em US\$ milhões)**











		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	NCM 2710 - Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas em outras posições, contendo, como constituintes básicos, 70% ou mais, em peso, de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos; resíduos de óleos	Valor	2.502.678.085	3.714.772.035	4.065.597.081	4.594.350.310	5.031.602.312	2.356.840.034	3.025.145.056	5.827.749.143	7.180.607.038
	Percentual do valor total		9,17%	10,80%	12,40%	12,60%	14,20%	8,80%	12,50%	23%	24%
2	NCM 8411 - Turboreatores, turbopropulsores e outras turbinas a gás	Valor	1.479.093.459	1.731.128.361	1.772.701.360	1.780.172.982	1.934.402.938	2.297.050.254	2.409.203.305	764.079.134	436.317.547
	Percentual do valor total		5,41%	5,03%	5,40%	4,88%	5,45%	8,57%	9,95%	3,01%	1,45%
3	NCM 3004 - Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho	Valor	699.639.271	804.125.319	737.276.431	784.915.764	805.407.355	697.336.425	734.546.382	701.079.572	664.872.261
	Percentual do valor total		2,56%	2,33%	2,24%	2,15%	2,27%	2,60%	3,03%	2,76%	2,22%
4	NCM 2701 - Hulhas; briquetes, bolas em aglomerados e combustíveis sólidos semelhantes, obtidos a partir da hulha	Valor	1.150.673.010	1.860.981.258	1.360.588.728	1.090.517.554	834.039.962	609.198.373	520.979.546	1.074.198.788	1.150.353.874
	Percentual do valor total		4,21%	5,41%	4,14%	2,99%	2,35%	2,27%	2,15%	4,23%	3,84%
5	NCM 3002 - Sangue humano; sangue animal preparado para usos terapêuticos, profiláticos ou de diagnóstico; antissépticos, outras frações do sangue e produtos imunológicos, mesmo modificados ou obtidos por via biotecnológica; vacinas, toxinas, culturas de microrganismos (exceto leveduras) e produtos semelhantes	Valor	605.889.394	520.345.605	522.461.720	603.253.333	653.382.968	554.045.955	477.431.176	593.372.893	730.488.269
	Percentual do valor total		2,22%	1,51%	1,59%	1,65%	1,84%	2,06%	1,97%	2,34%	2,44%
6	NCM 3105 - Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, que contenham dois ou três dos seguintes elementos fertilizantes: nitrogênio (azoto), fósforo e potássio; outros adubos (fertilizantes); produtos do presente Capítulo apresentados em tabletes ou formas semelhantes, ou ainda em embalagens de peso bruto não superior a 10 kg	Valor	293.479.589	671.610.861	565.705.835	679.737.968	700.106.766	566.935.290	639.612.837	673.288.704	682.208.679
	Percentual do valor total		1,07%	1,95%	1,72%	1,86%	1,97%	2,11%	2,64%	2,65%	2,28%
7	NCM 3808 - Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda a retalho ou como preparações ou ainda sob a forma de artigos, tais como fitas, mechas e velas sulfuradas e papel mata-moscas	Valor	339.708.686	497.561.356	562.071.769	908.896.907	946.406.906	735.743.241	555.177.016	520.378.734	713.142.192
	Percentual do valor total		1,24%	1,44%	1,71%	2,49%	2,67%	2,74%	2,29%	2,05%	2,38%
8	NCM 2711 - Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos	Valor	295.233.035	343.393.806	322.825.413	693.748.026	1.146.604.409	471.459.614	524.398.574	600.235.225	1.263.403.990
	Percentual do valor total		1,08%	0,99%	0,98%	1,90%	3,23%	1,76%	2,16%	2,36%	4,22%
9	NCM 9018 - Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária, incluindo os aparelhos para cistilografia e outros aparelhos eletromédicos, bem como os aparelhos para testes visuais	Valor	468.062.901	511.712.504	537.885.915	617.168.310	649.085.737	600.170.658	497.467.274	460.234.884	478.217.220
	Percentual do valor total		1,71%	1,48%	1,64%	1,69%	1,83%	2,24%	2,05%	1,81%	1,59%
10	NCM 8802 - Outros veículos aéreos (por exemplo, helicópteros, aviões); veículos espaciais (incluindo os satélites) e seus veículos de lançamento, e veículos suborbitais	Valor	567.209.808	752.142.076	613.721.467	630.341.500	596.211.746	366.316.071	241.842.803	221.412.950	340.683.508
	Percentual do valor total		2,07%	2,18%	1,87%	1,72%	1,68%	1,36%	0,99%	0,87%	1,13%



➤ Principais parceiros comerciais dos Estados Unidos

			Fluxo total de comércio (X+M) em US\$ milhões								
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1	China	474.875	521.461	554.902	580.828	609.971	620.099	597.118	655.562	683.350
	2	Canadá	529.675	599.158	620.070	637.811	666.543	582.525	549.720	588.097	625.428
	3	México	395.915	463.402	495.832	509.203	537.102	534.926	526.463	559.240	614.630
	4	Japão	184.231	198.350	220.419	207.350	204.329	197.465	198.351	207.315	221.128
	5	Alemanha	132.124	149.615	159.670	163.269	174.560	176.811	165.431	173.524	185.678
	6	Coreia do Sul	89.428	102.067	103.280	106.297	116.216	117.490	114.189	121.769	132.705
	7	Reino Unido	99.002	108.158	110.858	101.067	109.124	114.990	110.433	110.413	128.042
	8	França	66.706	69.664	74.459	80.405	80.199	80.345	80.387	84.267	91.271
	9	Índia	49.957	58.997	64.010	65.028	68.592	68.129	69.392	76.167	89.946
	10	Itália	43.692	51.124	54.275	56.615	60.317	61.625	63.313	69.712	79.050
	11	Holanda	58.324	68.362	63.515	62.430	64.647	57.828	56.363	59.930	73.965
	12	Brasil	60.426	75.857	77.025	72.751	74.034	60.168	57.164	67.881	71.846

➤ Principais parceiros comerciais do Brasil

			Fluxo total de comércio (X+M) em US\$ milhões								
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1	China	56.381	77.105	75.478	83.329	77.961	66.326	59.233	74.808	98.936
	2	EUA	46.742	60.184	59.463	61.793	62.463	50.977	46.663	51.687	57.807
	3	Argentina	32.957	39.615	34.441	36.078	28.424	23.084	22.502	27.045	26.002
	4	Alemanha	20.691	24.252	21.488	21.734	20.468	15.548	13.991	14.131	15.772
	5	Holanda	12.000	15.906	18.147	19.677	16.203	12.513	12.109	11.136	14.725
	6	Chile	8.440	9.965	8.768	8.808	8.997	7.389	6.962	8.483	9.773
	7	México	7.574	9.090	10.077	10.024	9.032	7.966	7.341	8.752	9.418
	8	Coreia do Sul	12.182	14.791	13.599	13.671	12.357	8.542	8.329	8.316	8.822
	9	Japão	14.126	17.345	15.691	15.045	12.619	9.722	8.170	9.025	8.683
	10	Espanha	6.667	8.004	7.232	8.062	7.190	6.470	5.195	6.664	8.128

(<https://comtrade.un.org/>)



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE NESTOR JOSÉ FORSTER JUNIOR
CPF: 342.843.621-00

ID: 9055 MRE

1963 Filho de Nestor José Forster e Maria Lúcia Kulczinsky Forster, nascido em 10 de abril de 1963, em Porto Alegre/RS.

Dados Acadêmicos:

Licenciatura em Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 8º semestre

Licenciatura em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 4º semestre.

1985-86 Curso de Preparação à Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco

1996 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), 1º colocado

2006 Curso de Altos Estudos (CAE - "A Diplomacia Brasileira e os Mecanismos Inovadores de Financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio")

Cargos:

1986 Terceiro-secretário

1993 Segundo-secretário, por antiguidade

2000 Primeiro-secretário, por merecimento

2005 Conselheiro, por merecimento

2014 Ministro de segunda classe

2019 Ministro de primeira classe

Funções:

1987 Assistente do chefe da Divisão Consular

1988-1990 Assessor do chefe do Departamento Consular e Jurídico

1990 Chefe, substituto, da Divisão Consular

1990-92 Oficial de Gabinete da Subsecretaria-Geral da Presidência da República

1992-95 Embaixada em Washington, chefe do Setor de Política Comercial

1995-98 Embaixada em Ottawa, chefe do Setor Econômico



1998-00	Embaixada em São José, chefe do Setor Político e Econômico, conselheiro comissionado e encarregado de negócios
2000-01	Chefe, substituto, da Divisão de Pessoal
2001-02	Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União
2002	Assessor, Casa Civil da Presidência da República
2003-06	Embaixada em Washington, chefe do Setor Financeiro
2009-13	Consulado-Geral em Hartford, cônsul-geral adjunto, chefe do Setor Consular
2013-16	Chefe da Divisão de Informática, 06/03/2013 a 29/01/2016
2013-16	Chefe, substituto, do Departamento de Comunicações e Documentação
2016-17	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-geral adjunto, chefe do Setor Consular
2017	Embaixada em Washington, ministro conselheiro
2019	Embaixada em Washington, encarregado de negócios

Publicações:

1991/2002	Manual de Redação da Presidência da República, com Gilmar Ferreira Mendes
2002	Transição e Democracia: Institucionalizando a Passagem de Poder, com Rubens Sakay (2002).



Condecorações:

2002	Medalha do Mérito Tamandaré da Marinha do Brasil
2018	Medalha do Exército Brasileiro
2019	Medalha do Mérito Naval

FÁTIMA KEIKO ISHITANI

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 440/2019/PS-GSE

Brasília, 27 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 4.767, de 2016, do Senado Federal (PLS nº 572, de 2015), que “Acrescenta parágrafo único ao art. 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para estabelecer que serão processados por meio de ação penal pública incondicionada os crimes de lesões corporais leves e culposas praticados contra vítima menor de 18 (dezoito) anos ou incapaz nos casos em que o agente conviva ou tenha convivido com a vítima ou em que haja prevalência das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 27.11.2019.

Atenciosamente,



Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

Recebido em 27/11/2019
Hora: 17:20



Thiago Geovani Paes Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 441/2019/PS-GSE

Brasília, 27 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

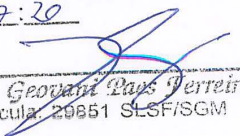
Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 9.113, de 2017, do Senado Federal (PLS nº 228, de 2016), que "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, para vedar a outorga do título de patrono ou patrona a pessoas vivas".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 27.11.2019.

Atenciosamente,


Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

Recebido em 27/11/2019
Hora: 17:20


Augusto Geovani Paes Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 12

RQM nº 546/2019	Mara Gabrilli	RISF Art. 43, I	23/10/2019 e 24/10/2019	Licença saúde.
	Mara Gabrilli	RISF Art. 43, I	De 29/10/2019 a 31/10/2019	Licença saúde.
RQM nº 548/2019	Luiz Pastore	RISF Art. 13	De 04/12/2019 a 08/12/2019	Atividade parlamentar. Participar da COP25 - Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas.
RQM nº 549/2019	Wellington Fagundes	RISF Art. 43, I	11/11/2019 e 12/11/2019	Licença saúde.
RQM nº 550/2019	Jorge Kajuru	RISF Art. 43, I	De 22/11/2019 a 28/11/2019	Licença saúde.
RQM nº 551/2019	Jarbas Vasconcelos	RISF Art. 43, I	De 18/11/2019 a 17/12/2019	Licença saúde.
RQM nº 552/2019	Humberto Costa	RISF Art. 13	28/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 553/2019	Telmário Mota	RISF Art. 13	De 25/11/2019 a 29/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 554/2019	Mailza Gomes	RISF Art. 13	De 26/11/2019 a 28/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 555/2019	Jader Barbalho	RISF Art. 13	19/11/2019 e 20/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 556/2019	Mara Gabrilli	RISF Art. 13	05/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 557/2019	Cid Gomes	RISF Art. 13	12/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 558/2019	Flávio Arns	RISF Art. 13	21/11/2019	Atividade parlamentar.



Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 2

Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento
RQM nº 547/2019	Flávio Bolsonaro	art. 40, § 1º	De 28/11/2019 a 03/12/2019	Participar do evento Abu Dhabi Grand Prix, a convite da Diretora de Relações Comerciais e Promoção Chloe Targett-Adams, da Formula One Management Limited, sem ônus para o Senado Federal
RQM nº 559/2019	Davi Alcolumbre	art. 40, § 1º	De 27/11/2019 a 30/11/2019	Participar da Convenção dos 40 anos da Associação Brasileira de Distribuidores Honda - ASSOHONDA, em Orlando, nos EUA, sem ônus para o Senado Federal.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
S/Partido - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olimpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
PODEMOS - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Luiz Pastore* (S)
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 21

MDB-14 / PP-6 / REPUBLICANOS-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz Pastore.	MDB / ES
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 12

PATRIOTA / PDT-4 / CIDADANIA-3 / REDE-3

PSB-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PODEMOS - 10

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Juíza Selma.	MT
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Reguffe.	DF
Romário.	RJ
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 10

PSDB-8 / PSL-2

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Major Olimpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

S/Partido - 1

Flávio Bolsonaro.	RJ
------------------------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	21
Bloco Parlamentar Senado Independente.	12
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	10
PODEMOS.	10
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
S/Partido.	1
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Paim** (PT-RS)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Juiza Selma** (PODEMOS-MT)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz Pastore* (MDB-ES)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Major Olimpio** (PSL-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Bolsonaro** (S/Partido-RJ)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Weverton** (PDT-MA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Irajá** (PSD-TO)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 21</p> <p>Líder Esperidião Amin - PP (29)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 14 Eduardo Braga (8,28,36)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44)</p> <p>Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (11)</p> <p>Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (10)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 10</p> <p>Líder Rodrigo Cunha - PSDB (32,45)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (20)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (33,39) Rodrigo Cunha (32,45)</p> <p>Líder do PSL - 2 Major Olimpio (5)</p> <p>Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (54)</p>	<p>Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA/PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 12</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (23)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PATRIOTA - 0</p> <p>Líder do PDT - 4 Weverton (9)</p> <p>Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (2)</p> <p>Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42)</p> <p>Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (19)</p> <p>Vice-Líder do REDE Fabiano Contarato (55)</p> <p>Líder do PSB - 2 Leila Barros (52)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (37)</p> <p>Vice-Líder Zenaide Maia (14,30)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Humberto Costa (13,22)</p> <p>Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (34)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (21)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (14,30)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (15)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (7,17) Jorginho Mello (1,16) Zequinha Marinho (18,31)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (7,17)</p> <p>Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43)</p> <p>Líder do PL - 2 Jorginho Mello (1,16)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (18,31)</p>	<p>PSD - 9</p> <p>Líder Otto Alencar - PSD (3)</p> <p>Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p>PODEMOS - 10</p> <p>Líder Alvaro Dias - PODEMOS (6)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (24,46) Oriovisto Guimarães (25,48)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Eduardo Braga - MDB (8,28,36)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (35)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (41,53) Elmano Férrer (38) Izalci Lucas (33,39) Chico Rodrigues (40)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (19)</p>		

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
4. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
5. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
7. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
8. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
9. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
10. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
11. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
14. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
15. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
19. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
20. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
21. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
22. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
23. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
26. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
29. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
35. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
36. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSIKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSIKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSIKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
53. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
54. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
55. Em 23.10.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado vice-líder da REDE (Of. 48/2019-GLREDE).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU**

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁾	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾

Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽¹⁾

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): (61) 3303-3492



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



5) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,9)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽⁷⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽⁸⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁾	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(1,6)	9. VAGO ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
8. Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
9. Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁹⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽¹³⁾	1. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ^(8,33)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹³⁾	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽⁸⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹³⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁸⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(8,32)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(8,28,31)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁷⁾
Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) ⁽¹⁵⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁷⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar ^(2,26)
Senador Carlos Viana ^(2,25)	2. Senador Lucas Barreto ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel ^(2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(4,29,30)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾

Notas:

7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisito Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
31. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
32. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
33. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾	3. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ^(8,20,25)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ^(7,23)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁶⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁶⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(15,23)	4. Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	4. VAGO ^(2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Irajá ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ^(1,13)
Senador Otto Alencar ⁽¹³⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).
23. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
24. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,23)	4. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ^(9,51)
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁷⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(7,32,39,43)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Orioivisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁸⁾
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(8,48,49,50)	5. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ^(14,46)
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ^(13,46)	6. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(15,47)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,16,19,36,37,44)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,18,45)
PSD	
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	3. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ^(4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
46. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
47. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
48. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
49. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
50. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
51. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁵⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁴⁾
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾	6.
Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ^(11,26)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁶⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁷⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹²⁾	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹³⁾
	6. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,21)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ^(3,21)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁷⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(1,2)	1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾
Senador Irajá ^(1,23)	2. VAGO ^(1,25)
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Viana ^(1,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁰⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
24. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
25. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) ^(16,17)
Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ^(10,24)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁷⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁰⁾	4. VAGO ^(20,23)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. VAGO ^(19,21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,22)	1. Senador Carlos Viana ^(2,22)
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz ^(2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹²⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
23. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
24. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)

2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valentim como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹³⁾	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ^(13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁵⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁸⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁵⁾	5. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁷⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ^(6,27)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁷⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(8,26)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(11,27)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(12,26)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,29)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾	1. Senador Sérgio Petecão ^(1,2)
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²²⁾	2.

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-GLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
25. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
26. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
27. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).
28. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
29. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
30. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,27)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁸⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) ⁽¹⁴⁾
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,17,21)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²³⁾	
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val ^(20,26)	1. Senador Elmano Férrer ^(20,26,28)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
27. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
28. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁾	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁸⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁸⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁶⁾	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾	1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾	1. Senador Oriovisto Guimarães ⁽¹⁹⁾
Senador Elmano Férrer ⁽¹⁹⁾	2. Senador Lasier Martins ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,11)
VAGO ^(5,13)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁶⁾
	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,18,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Elmano Férrer ⁽²⁰⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽²⁰⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão (Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
23. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁸⁾	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹³⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁶⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽²⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(1,20,21)
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	2. Senador Angelo Coronel ^(1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. VAGO ^(1,3)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)
3. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixa de compor a Subcomissão, em decorrência de sua saída da Comissão. (Of. nº 109/2019-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁷⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁰⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁹⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁹⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁰⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽⁴⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁾	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁸⁾	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁸⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	1. Senador Carlos Viana ^(2,3)
Senador Angelo Coronel ^(2,3)	2. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁵⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Orioivisto Guimarães ⁽¹⁹⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT (Memo. nº 17/2019-GLBSI).



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
24. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Alvaro Dias ^(11,13)	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).

4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).

5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).

6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).

7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).

8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).

9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).

10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)

11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).

12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).

13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL - CDIR**Número de membros:** 7 titulares e 4 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)**1º VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)**2º VICE-PRESIDENTE:** Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)**1º SECRETÁRIO:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)**2º SECRETÁRIO:** Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)**3º SECRETÁRIO:** Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)**4º SECRETÁRIO:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)**1º SUPLENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)**2º SUPLENTE:** Senador Weverton (PDT-MA)**3º SUPLENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA)**4º SUPLENTE:** Senadora Leila Barros (PSB-DF)

14) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁶⁾	3. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) ^(6,12,26)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(5,14)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²¹⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,23)
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Reguffe ^(19,24)	1. Senador Styvenson Valentim ^(19,20,25)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019).
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLIID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLIID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
24. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
25. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,3)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
Senador Major Olimpio (PSL-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (MG)	



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019**Notas:**

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)





7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

